

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL - DOUTORADO

VERIDIANY FILUS

“REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA”: O RELATO DA REDE SOCIAL
COOPERATIVA E AGROECOLÓGICA DA COMUNA DA TERRA

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ – BRASIL
2022

VERIDIANY FILUS

**“REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA”: O RELATO DA REDE SOCIAL
COOPERATIVA E AGROECOLÓGICA DA COMUNA DA TERRA**

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Linha de pesquisa: II- Inovações Sócio-tecnológicas e Ação Extensionista.

Orientadora: Profª Dra. Romilda de Souza Lima

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PARANÁ – BRASIL

2022

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas daUnioeste.

Filus, Veridiany

“Redes sociais de resistência”: O relato da rede social cooperativa e agroecológica da Comuna da Terra / Veridiany Filus; orientadora Romilda de Souza Lima. -- Marechal CândidoRondon, 2022.

195 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon)
-- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de CiênciasAgrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento RuralSustentável, 2022.

1. Assentamento. 2. Cooperativa. 3. ANT. 4. Agroecologia.
I. de Souza Lima, Romilda, orient. II. Título.



Campus de Marechal Cândido Rondon
Centro de Ciências Agrárias - CCA
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado e Doutorado

VERIDIANY FILUS

“REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA: O RELATO DA REDE SOCIAL COOPERATIVA E AGROECOLÓGICA DA COMUNA DA TERRA”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme Artigo 1º da Ordem de Serviço nº 003/2022 - PRPPG, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **DOUTORA** em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Inovações Sociotecnológicas e Ação Extensionista, **APROVADA** pelaseguinte banca examinadora:

Romilda de Souza Lima - Orientadora
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Adilson Francelino Alves - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

(UNIOESTE)Adriana Maria De Grandi - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Evandro Alves Barbosa Filho - Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Leomar Rippel - Membro
Centro Sulamericano de Ensino Superior (CESUL)

Marechal Cândido Rondon, PR, 31 de agosto de 2022.

Wilson João Zonin
Coordenador Especial do PPGDRS
Portaria nº 4178/2020 – GRE

“O mundo não é um continente sólido de fatos com alguns dispersos lagos de incertezas, mas um vasto oceano de incertezas salpicado por algumas ilhas de formas calibradas e estabilizadas” (LATOUR, 2012).

AGRADECIMENTOS

São muitos a agradecer, nesta longa jornada de vida e estudos, até o fim do doutoramento.

Na tentativa de seguir uma linha cronológica nos agradecimentos, começo pelos meus pais, Jussara Filus e Roberval Carlos Filus, que, desde que eu era pequena, me ensinaram a dar valor ao estudo e a enxergá-lo como uma possibilidade de trilhar um caminho melhor.

Agradeço também à minha formação como assistente social, que me munuiu de inquietações que me trouxeram até aqui e me fizeram enxergar a realidade social para além do que está posto.

Agradeço também pela oportunidade que tive de iniciar meus estudos sobre redes sociais no mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCAR Araras - SP, onde recebi a orientação da professora Sonia Bergamasco, referência da sociologia rural contemporânea e que me deu total liberdade e apoio para trabalhar com esta perspectiva teórica.

Agradeço à Unioeste, primeiramente por me proporcionar um local de trabalho adequado e aberto à qualificação. Nessa instituição, lecionei no curso de Serviço Social do campus de Francisco Beltrão, onde recebi o máximo incentivo para iniciar meus estudos no doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Agradeço ao PPGDRS pela oportunidade, aprendizados e trocas, bem como apoio financeiro para realizar minhas duas coletas de dados em campo, e nesse sentido agradeço também à CAPES, de onde se originaram os recursos.

Estendo este agradecimento à minha orientadora, professora doutora Romilda de Souza Lima, que não só me aceitou como sua orientanda, mas também me deu total liberdade e apoio para continuar meus estudos na perspectiva da análise de redes sociais.

Somado ao agradecimento à professora Romilda, agradeço também a oportunidade de lecionar no mesmo espaço que o professor Adilson Francelino Alves, que, não por acaso (porque acredito que nada nesta vida é por acaso), dedicou-se, no ano de 2019, a ministrar um minicurso sobre cooperativismo e trazer o Latour novamente aos meus pensamentos. O professor Adilson, mesmo sem o saber, concatenou os anseios, já sinalizados pela professora Sonia no

mestrado, e me inspirou a dar um enfoque nas redes sociais especificamente pela leitura laturiana.

Estendo meus agradecimentos aos integrantes da dinâmica de escoamento das cestas agroecológicas da Cooperativa Comuna da Terra e, em específico, a minha amiga e ex-colega de mestrado, assentada e representante da Comuna, Patricia Joia Nunes (Biju), pela parceria de sempre e por fazer a ponte entre mim, a comunidade e os consumidores que participaram da pesquisa. Além da Biju, agradeço pelo aprendizado ao Amarildo Pereira Junior (Bob), que desde o mestrado me acolheu e me apresentou a experiência da Comuna, ao Zaque Miguel de Carvalho e a todos que me acolheram na pesquisa de campo.

Por fim, meu agradecimento todo especial a minha filha Clara Filus Gregório, a meu companheiro Tiago Henrique Barbosa, e ao meu grande amigo Rafael Ferrareze por serem meu ombro nesta difícil jornada.

Muito Obrigada!

RESUMO GERAL

FILUS, Veridiany. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – 2022. “Redes sociais de resistência”: O relato da rede sócias cooperativa e agroecológica da Comuna da Terra. Orientador: Dra. Romilda de Souza Lima.

Esta tese analisa a trajetória e o contexto das controvérsias estabelecidas na dinâmica de escoamento de produção da Cooperativa Comuna da Terra, situada no Assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto - SP. Busca descrever, primeiramente, o fenômeno do desequilíbrio climático e ambiental, fruto da intensificação e ampliação do sistema econômico planetário capitalista, trazendo para a discussão alguns dados alarmantes sobre os efeitos danosos e insustentáveis desse modo de sobrevivência não só para a natureza, mas também para a espécie humana. Para tal, utiliza como alicerce teórico e metodológico a Teoria Ator-Rede (ANT), descrita especificamente na obra ‘Reagregando o Social: uma introdução à Teoria Ator-Rede, publicada por Bruno Latour em 2005 e traduzida para o português no ano de 2012. A estrutura da tese está dividida em quatro artigos, e a proposta tem como eixos norteadores a agroecologia, o movimento cooperado e a relação com os consumidores. Compreendendo o local como um agrupamento de associações, que incluem numerosas entidades não sociais que se tornam participantes na partilha de um mundo comum, chamado de coletivo. Identificou-se nesse movimento a importância fundamental de descrever e dialogar sobre a existência da relação entre humanos e não-humanos no interior das redes, bem como de intervenções para a melhoria e fortalecimento dessa relação.

Palavras-chave: Assentamento, Cooperativa, ANT, Agroecologia

ABSTRACT

FILUS, Veridian. State University of Western Paraná – UNIOESTE – 2022. “Social networks of resistance”: The report of the cooperative and agroecological partner network of Comuna da Terra. Advisor: Dr. Romilda de Souza Lima.

This thesis analyzes the development and context of controversies regarding the dynamics of production flow at Cooperativa Comuna da Terra, located in Mario Lago Settlement in Ribeirão Preto, State of São Paulo. As to theoretical and methodological foundations, It relies on the Actor-Network Theory (ANT) as specifically described in ‘Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory’, published by Bruno Latour in 2005 and translated into Portuguese in 2012. The thesis is composed of four papers. The structure of the thesis is divided into four articles, and the proposal has agroecology, the cooperative movement and the relationship with consumers as its guiding principles. Understanding the place as a grouping of associations, which include numerous non-social entities that become participants in the sharing of a common world, called collective. This movement identified the fundamental importance of describing and dialoguing about the existence of the relationship between humans and non-humans within networks, as well as interventions to improve and strengthen this relationship.

Keywords: Settlement, Cooperative, ANT, Agroecology

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ARTIGO 3

Figura 01: Percurso metodológico utilizado pela pesquisa. Marechal Cândido Rondon, 2020.....96

ARTIGO 4

Figura 01: Atores, contexto e alternativas estabelecidas na dinâmica de escoamento de cestas e encomendas agroecológicas da Cooperativa Comuna da Terra.....124

Figura 02: Nuvem de palavras composta por atores não-humanos que mais se apresentam na fala dos atores entrevistados.....143

Figura 03: Atores não-humanos que compõem a “rede social de resistência” existente por meios do escoamento de produção da Cooperativa Comuna da Terra, divididos por eixos de inserção.....144

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

ARTIGO 2

Tabela 01: Relação dos artigos publicados na CAPES, entre 2010-2020, que se vincula ao termo “redes sociais de resistência”.....62

Tabela 02: Objetivos e orientação metodológica dos artigos empíricos que fomentam o termo “redes sociais de resistência”, extraídos da CAPES entre 2010-2020.....75

ARTIGO 4

Gráfico 01: Idade dos entrevistados na “rede social de resistência” da Comuna da Terra, 2020.....125

Tabela 01: Síntese das principais dificuldades, das principais motivações e da importância do MST no Assentamento Mário Lago-SP, 2021.....127

Tabela 02: Principais motivos dos consumidores da Comuna da Terra, para o consumo de orgânicos, 2022.....128

Tabela 03: Número do(a) respondente, sexo e idade.....129

Tabela 04: Percepções dos atores em relação a certificação orgânica da produção, 2020.....140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANT- Teoria Ator-Rede

ATER- Assistência Técnica e Extensão Rural

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CO²- Dióxido de Carbono

CONAB- Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural

EUA- Estados Unidos da América

IA- Insegurança Alimentar

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPCC- Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas IPEA

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas

MLST- Movimento de Libertação dos Sem Terra

MST- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

NERA- Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

ONG- Organizações da Sociedade Civil

PAA- Programa de Aquisição de Alimentos

PDS- Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PIB- Produto Interno Bruto

PL- Projeto de Lei

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGDRS - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
Sustentável

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança
Alimentar e Nutricional

RS- Rio Grande do Sul

SAN- Segurança Alimentar e Nutricional

SEEG- Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito
Estufa

SP- São Paulo

TAC- Termo de Ajustamento de Conduta

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos

UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná

USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 16 |
|------------------|----|

ARTIGO 1

| | |
|--|-----------|
| CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA” DO RURAL BRASILEIRO..... | 24 |
| RESUMO..... | 24 |
| INTRODUÇÃO | 25 |
| 1. PROCESSO METODOLÓGICO | 27 |
| 2. CONTEXTO AGRÁRIO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO | 28 |
| 2.1. Resistir para sobreviver | 33 |
| 3. O IMPACTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A BUSCA POR ALTERNATIVAS | 37 |
| 3.1 A orientação agroecológica | 41 |
| 4. A IMPORTÂNCIA DE SE RELATAR AS “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA” NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO..... | 42 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 46 |
| REFERÊNCIAS..... | 48 |

ARTIGO 2

| | |
|---|-----------|
| AS “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA” ORIGINADAS PELA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E PELA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA..... | 55 |
| RESUMO..... | 55 |
| INTRODUÇÃO | 56 |
| 1. PROCESSO METODOLÓGICO..... | 61 |
| 2. CENÁRIO DE INSERÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO COOPERADA, NO RURAL BRASILEIRO | 63 |
| 3. A ORGANIZAÇÃO COOPERADA E A AGROECOLÓGICA, COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA | 71 |
| 4. MOVIMENTOS SOCIAIS E “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA”, UMA LEITURA A PARTIR DO RECORTE BIBLIOGRÁFICO | 73 |
| 4.1 Da organização do recorte bibliográfico..... | 74 |
| 4.2 A experiência das "redes sociais de resistência..... | 76 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 82 |
| REFERÊNCIAS..... | 84 |

ARTIGO 3

| | |
|---|-----------|
| REAGREGANDO O SOCIAL: O PERCURSO METODOLÓGICO PARA O RELATO DA “REDE SOCIAL DE RESISTÊNCIA” DA COMUNA DA TERRA, ASSENTAMENTO MARIO LAGO-SP | 89 |
| RESUMO..... | 89 |
| INTRODUÇÃO | 90 |
| 1. A TEORIA ATOR-REDE E O DESENVOLVIMENTO RURAL..... | 92 |
| 2. A PROPOSTA METODOLÓGICA DE RELATO DA “REDE SOCIAL DE RESISTÊNCIA” DA COMUNA DA TERRA | 97 |
| 3. O CONTEXTO DE INSERÇÃO DA COOPERATIVA COMUNA DA TERRA ... | 103 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 109 |
| REFERÊNCIAS..... | 110 |

ARTIGO 4

| | |
|--|------------|
| COMUNA DA TERRA: A VOZ DE UMA “REDE SOCIAL DE RESISTÊNCIA ... | 115 |
| RESUMO..... | 115 |
| INTRODUÇÃO | 116 |
| 1. O PERCURSO DE TORNAR A ASSOCIAÇÃO RASTREÁVEL..... | 119 |
| 1.1. O Ato de rastrear a Comuna da Terra | 121 |
| 2. TECER DA REDE: O RELATO DAS CONTROVÉRSIAS | 122 |
| 2.1 Os atores da rede: perfil | 122 |
| 2.2 Quando a Comuna fala! | 128 |
| 2.2.1 Das práticas agroecológicas | 129 |
| 2.2.2 Das práticas cooperativas..... | 133 |
| 2.2.3 Da relação com o consumidor | 135 |
| 3. OS NÃO-HUMANOS E SUAS ARTICULAÇÕES NA “REDE SOCIAL DE RESISTÊNCIA”..... | 141 |
| 4. O DESPERTAR E OS DESAFIOS | 147 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 149 |
| REFERÊNCIAS..... | 152 |

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE.....154

| | |
|------------------|-----|
| APÊNDICE 1 | 159 |
| APÊNDICE 2 | 187 |
| APÊNDICE 3..... | 190 |

INTRODUÇÃO

Partimos da compreensão de que a era moderna, com seus laboratórios, máquinas e mercados, foi recrutada por sua objetividade, eficácia e amor ao lucro, sendo considerada, portanto, como um ponto pacífico e estável no desenvolvimento do modelo capitalista de produção. Munida de tal pensamento, a ciência que analisa a sociedade acaba por criar o hábito de estudar apenas as atividades que se diferenciam daquelas posições padrão (LATOURE, 2012).

Segundo Latour (2012, p.144), “a racionalidade nunca precisou de qualquer justificação adicional”, no entanto, se observarmos atentamente a história social, veremos a ascensão da pequena burguesia, a dominação social, os *lobbies* industriais, a mão invisível do mercado, dentre outras configurações desta nova forma de interação.

Nessa perspectiva, ocorre uma limitação da análise das ciências sociais, que documenta a sociedade por meio exclusivo de seus membros, reduzindo as controvérsias do social às entidades de ação, na tentativa de explicar a “questão social” e oferecendo para isso uma moldura para a ação política. Fazendo valer ao que se propunha, a sociologia se mostrou capaz de “desdobrar todo o âmbito de controvérsias sobre quais associações são possíveis, e, ainda, ser capaz de mostrar por quais meios essas controvérsias se estabelecem e como elas prosseguem” (LATOURE, 2012, p. 230 e 231).

Embora não haja nada de errado em tal direcionamento, torna-se mais coerente, instigante e necessário pensar para além desses aspectos, tendo em vista os impactos do capitalismo planetário no que compete ao meio ambiente e aos indivíduos que o integram.

Nas palavras de Latour (2012, p.275), se você quiser colocar à prova esses alertas iniciais

tente, como um exercício, localizar os lugares, os teatros, os palcos onde a “globalização” está sendo pintada. Você logo perceberá que, a despeito de tanto estardalhaço, a globalização circula por trilhos minúsculos resultantes de uma forma glorificada de provincianismo.

A partir dessas indagações, você se perguntará: Onde estão os demais veículos transportadores de individualidade, subjetividade, pessoalidade e

interioridade?” Quais as entidades e conexões circulantes desta dinâmica local e global? Qual a influência das tecnologias na construção do ator em sociedade?

Embora seja corriqueiro conviver com elementos que não fazem parte de um repertório puramente social, o que se tem é um apego a uma lista de membros aceitos para a explicação da realidade. Orientação que necessita ser revista, pois extrapolar os padrões e seguir a correnteza que articula os atores em suas redes e matém as entidades em circulação pode ser um caminho para o fortalecimento de estratégias de resistência ao modelo implementado. Com a possibilidade de ampliação do repertório de vínculos e associações, ampliam-se também as possibilidades de inclusão de atores que antes eram vistos como intermediários e fomenta ainda discussões e ações avessas às de negação, estabelecidas na contemporaneidade.

Necessidade cada vez mais evidente, tendo em vista a racionalidade de dominação absoluta da sociedade sobre a natureza, que se consolidou no século XIX e que acarreta desastres generalizados para a natureza, biodiversidade e para a espécie humana. Impactos que se materializam em catástrofes naturais, em disputas territoriais, na ampliação de doenças, entre outras expressões.

Tal contexto se alastra entre os espaços urbanos, com a introdução da industrialização pesada. No campo isso se dá por meio da Revolução Verde que se estabeleceu no Brasil enquanto sistema altamente dependente de insumos externos, com necessidade de alta densidade técnica e científica, formada por complexas redes mundiais de pesquisa, produção e consumo que se retroalimentam (ALVES; GUIVANT, 2010).

Trata-se de um sistema de desenvolvimento exógeno, que passa a ser questionado, principalmente a partir da década de 1980, “uma vez que tais abordagens da subordinação do rural em relação ao urbano não davam conta de interpretar uma realidade cada vez mais complexa e multifacetada do mundo contemporâneo” (RIPPEL, 2016, p. 23 e 24). As promessas desse sistema de produção não se consolidam, a exemplo da falácia em relação à segurança alimentar, pois o interesse em sanar a fome não é somente uma questão de produtividade, mas também de conexões estabelecidas com redes de distribuição que mantêm seus direcionamentos comerciais, orientam as políticas públicas, entre outros interesses.

Busca-se então, como uma espécie de alternativa, modelos que fomentem a valorização local (endógena) e sejam capazes de “melhorar as circunstâncias econômicas e sociais locais através da mobilização dos recursos internos disponíveis, garantindo aos atores parcelas maiores de decisão sobre os modelos técnicos e produtivos” (ALVES, 2008, p. 28).

Tais alternativas podem ser consideradas enquanto ações de resistência que se materializam em diversas práticas sociais e de produção. Nesta tese, o que se apresenta é a realidade de interações que perpassam experiências agroecológicas e cooperativas em meio à produção e escoamento de alimentos. Tem-se como proposta pensar as interações sociais, por meio da teoria de redes sociais, identificando-as como um instrumento de análise capaz de relatar as transformações do espaço rural e de sinalizar estratégias sustentáveis de desenvolvimento rural.

Especificamente pautada na Teoria-Ator Rede (ANT) e com o enfoque na obra ‘Reagregando o social: uma introdução à Teoria Ator-Rede’, a tese analisa a combinação existente entre diferentes elementos do social: atores, setores, recursos, lugares e atividades que dão origem a distintas trajetórias de desenvolvimento, bem como a formas extremamente diversificadas de configuração do espaço rural. Com ações que extrapolam o viés produtivo, englobando a co-produção entre os seres humanos e a natureza e com uma presença mais forte de mecanismos não-mercantis de intercâmbio, que contribuem para uma certa resistência frente às oscilações do mercado.

A tese traz relatos de experiências a respeito de onde os atores ganham vida, num sentido semelhante ao apontado por (SCHMITT, 2011, p. 103 e 104): “através da reconstrução de determinadas cadeias de associações, bem como dos múltiplos processos de tradução que possibilitam a criação e, eventualmente, a estabilização, no tempo e no espaço, e sempre em caráter provisório, dos vínculos estabelecidos”.

Neste sentido, em um primeiro momento, se dedica a detectar as conexões que desempenham uma função de transporte de ações em diferentes distâncias e com elas compreender sua eficácia na formação do social. Após esse movimento, nos questionamos em relação à natureza dessas ações e quais mediações elas estabelecem com o todo, a fim de rastrear o social. Para tal,

buscamos levantar as controvérsias sobre o mundo social, especificamente no que compete a uma dinâmica de produção e escoamento de alimentos cultivados por agricultores familiares, organizada pela Cooperativa Comuna da Terra, situada no Assentamento Mário Lago, no município de Ribeirão Preto - SP.

O assentamento Mário Lago compõe um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Barra, que está localizado no noroeste da capital paulista e conta com um ecossistema de transição do cerrado para a mata atlântica (CORREA NETO et. al., 2016). O referido município teve na produção de café sua principal referência produtiva até os anos de 1930, quando teve que se inserir, devido à crise de 1929, na produção de cana de açúcar.

As contradições produtivas impostas tornaram o município de Ribeirão Preto a capital do agronegócio paulista e, em contrapartida, sua localização privilegiada, que conta com a presença do aquífero Guarani - maior manancial subterrâneo de água doce do mundo (NUNES; BRECHANI, 2016) -, faz com que as autoridades e a população reivindiquem proteção ambiental para a área.

Dentro desse contexto de utilização de agrotóxicos e desmatamento de áreas de reserva, em 1992 e nos anos que se seguiram, a direção da antiga Fazenda da Barra, hoje a área do assentamento, foi inquerida em relação a queimadas de cana-de-açúcar numa das áreas da rede de alta tensão, dentre outras acusações e processos jurídicos, que contribuíram no processo de ocupação da área (NUNES, 2017).

Em sua totalidade, o Assentamento Mario Lago conta com 264 famílias assentadas que têm como meta o incentivo às práticas cooperativas, de reflorestamento e de defesa ambiental, sendo estipulados 35% da área para reserva legal e 15% destinada a reserva legal por meio da implementação de sistemas agroflorestais (MACHADO, 2016). Das quais, no final de 2011, uma parcela se reuniu para formar a Cooperativa Comuna da Terra, que conta atualmente com 30 famílias cooperadas.

Para a tese, a proposta é não restringir o lugar do ator social nesse contexto e, conseqüentemente, não limitar o repertório dos actantes. Como a proposta foi analisar a rede da Comuna da Terra, que na ocasião contava com 30 famílias cooperadas, 12 atores foram ouvidos, sendo: 4 agricultores, 3

representantes da cooperativa e 5 consumidores das cestas agroecológicas.

Os relatos coletados da rede versaram sobre o perfil do entrevistado, seu histórico de vida, sua relação com as práticas agroecológicas e cooperativas e como ele enxerga a relação entre produtores e consumidores. Partindo da premissa de que a produção de alimentos pautada em modelos agroflorestais e oriunda de uma mobilização coletiva contribui para o fortalecimento da agricultura familiar, auxilia na efetivação de estratégias ecológicas de produção e, concomitantemente, para o desenvolvimento rural sustentável.

Com um posicionamento totalmente desarmado, a coleta dos relatos no campo se orientou por algumas incertezas que foram sistematizadas em 3 fontes: (1ª) A organização social empodera a classe trabalhadora e cria estratégias para sua permanência? (2ª) A soma entre agricultores, cooperativas e consumidores (cada qual com suas redes) impulsiona uma cadeia de redes sociais de resistência que possuem um maior entendimento socioambiental? (3ª) O sistema de produção pautado em agrofloresta contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e impulsiona o desenvolvimento rural sustentável?

Para fomentar a discussão em relação a essas três principais incertezas, a tese se divide em 4 artigos, sendo os dois primeiros mais conceituais em relação ao contexto histórico de inserção do capitalismo, particularmente no âmbito rural. Buscou-se também a sistematização de algumas experiências que definimos como “redes sociais de resistência”, que se desenvolvem em meio a esse contexto de massificação das relações sociais, políticas, culturais e econômicas.

No primeiro artigo, a proposta é, seguindo as orientações de Latour (2012), fazer um movimento entre o Global e o Estrutural para que, dentro de lugares minúsculos, possamos identificar quais as circulações de mão dupla que esses lugares podem adquirir. Para isso, inicialmente construímos o percurso teórico necessário para compreender a relevância do estudo proposto. Percurso este expresso na revisão bibliográfica que engloba um arcabouço diverso de teorias e análises de conjunturas que fizeram parte das inquietações iniciais da pesquisa. Com o intuito de construir um referencial plural, e não eclético, que compreenda como diferentes vertentes de análise da realidade social podem

formar um argumento de peso, frente aos desafios contemporâneos.

O artigo 1 transita entre as referências da sociologia, da economia, da antropologia, da agroecologia, do serviço social, entre outros, identificando com essa relação alguns contramovimentos que, dentro de um sistema desigual e de exclusão, têm um pensamento e uma ação contrária ao discurso hegemônico. Nele consta a descrição da interferência do capitalismo nas relações existentes no espaço rural brasileiro; o impacto do capitalismo sobre a luta dos camponeses/trabalhadores rurais; a consolidação das relações de produção e reprodução do capital por meio de dados contemporâneos em relação ao desmatamento brasileiro e à consolidação do agronegócio que impactam diretamente no trabalho e na segurança alimentar no país. Além de tais aspectos, o artigo se propõe a apresentar algumas alternativas de resistência existentes, como forma de se pensar e sistematizar estratégias de sua superação.

Na compreensão de que o conceito de resistência pode ser considerado como algo em construção em um espaço de imersão de estratégias e ações de tensionamento que acarretam mudanças. Neste sentido, são materializadas nesta tese na resistência às imposições da lógica capitalista do mundo rural e agrário. Para tanto, o segundo artigo discute experiências diferenciadas, que levam em consideração a manutenção dos recursos naturais e a vida no campo, tendo em vista os impactos nocivos da ordem vigente. Nesse artigo buscou-se trazer para a discussão a utilização do termo “redes sociais de resistência”, tendo em vista a construção teórica e científica, sistematizada em artigos.

Sua construção parte de um recorte temporal e bibliográfico, que tem como direcionamentos centrais a produção agroecológica e a estrutura de cooperativa, com a proposta de identificar possíveis conexões entre as experiências.

Já para os próximos artigos (3 e 4), a proposta está em relatar especificamente a “rede social de resistência” da dinâmica da Comuna da Terra, compreendendo-a por uma perspectiva que integra o social e se apoia na abordagem etnográfica para analisar humanos e não-humanos, tratando de maneira equânime o social, a natureza e o discurso.

Primeiramente, no artigo 3, tem-se como enfoque a descrição da “rede social de resistência”, que é formada pelos agricultores familiares vinculados à cooperativa Comuna da Terra, expondo de forma minuciosa sua trajetória de organização e luta, até a consolidação da cooperativa e dos consumidores que dela fazem parte. Além dessa descrição, o texto se dedicou a expor como a Teoria Ator-Rede (ANT) e o método descrito por Bruno Latour foram utilizados para seguir os atores no interior da rede. Nesse momento, foram expostos quais os passos da pesquisa, como se estruturou a coleta de dados, bem como a sua proposta de sistematização. Com o enfoque no relato dos atores, obtido no interior das redes, procurou-se discorrer sobre a sua dimensão científica e política, no intuito de sinalizar as incertezas que guiam a formação e a consolidação de controvérsias, e assim contribuir para entendê-las.

Tendo como base os relatos, e compreendendo a rede como algo circulante, o último artigo (artigo 4) buscou lapidar o material obtido nos relatos, com uma sistematização das informações e conexões da rede analisada. Cabe aqui salientar que, além dos relatos elencados pela pesquisa, tendo em vista a proposta metodológica adotada, levamos em consideração a relevância e a ação dos atores não-humanos e que são descritos e inseridos na rede.

Para a estrutura dos relatos, foram utilizados como eixos norteadores a agroecologia, o movimento cooperado e a relação com os consumidores. Identifica-se nesse movimento a importância fundamental de descrever e dialogar sobre a existência do nexo entre humanos e não-humanos no interior das redes, bem como sobre intervenções que levem em consideração esta relação para a melhoria e fortalecimento de tais práticas.

Em resumo, buscou-se com a tese ressuscitar o global, a fim de romper com o autoritarismo entre interação e contexto; redistribuir o local, para compreender por que a interação é também abstração e, ainda, ligar os locais revelados pelos dois movimentos anteriores, entendendo o social enquanto associação (LATOURE, 2012). Para isso, relatamos a experiência vivida pela Comuna da Terra, articulando humanos e não-humanos partícipes dessa interação de resistência como forma de disseminar suas motivações e experiências, e assim contribuir para sua permanência e disseminação.

REFERÊNCIAS:

ALVES, A. F. Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. **Tese**. UFSC. Florianópolis. 2008.

ALVES, A. F.; GUIVANT, J. S. Redes e interconexões: desafios para a construção da agricultura familiar. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 01-27, jan./jul. 2010.

CORREA NETO, N. E. et. al. Sistemas Agroflorestais em assentamentos da Reforma Agrária. Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta. **Publicação Petrobrás Sócio-ambiental**, 2016.

LATOUR, B. **Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador, BA: Edufba. 2012.

MACHADO, A. M. B. Camponeses da reforma agrária e a floresta : o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, SP [recurso eletrônico] / Antonio Maciel Botelho Machado, Natália Almeida Bizzo. Dados eletrônicos. – Brasília, DF : **Embrapa**, 2016.

NUNES, P. J. & BRECHANI, T. – Implantação de sistemas agroflorestais: a experiência do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto. **Informações Econômicas**, SP, v. 46, n. 3, maio/jun. 2016.

NUNES, P. J. Estratégias de comercialização adotadas por famílias que praticam agroflorestal: um estudo de caso no Assentamento Mario Lago/SP. **Dissertação de Mestrado**. UFSCAR Araras. 2017.

RIPPEL, L. Os atores e as redes de desenvolvimento rural no processo produtivo do leite no Sudoeste do Paraná. 2016. 178f. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) -Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, [S. l.], v. 13, n. 27, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22438> . Acesso em: 7 jun. 2021.

CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA”¹ DO RURAL BRASILEIRO²

FILUS, Veridiany³;

LIMA, Romilda de Souza⁴

“Na atual era do Antropoceno⁵ a Terra reage – quimicamente, bioquimicamente, geologicamente – e seria ingênuo crer que ela vai permanecer inerte qualquer que seja a pressão exercida sobre ela” (LATOURE, 2017, p.99).

RESUMO

O desequilíbrio climático e ambiental, fruto da intensificação e ampliação do sistema econômico planetário capitalista, é cada vez mais preocupante. Dados alarmantes revelados por cientistas em nível mundial mobilizam países em prol da redução desses efeitos, para a manutenção da espécie humana. Parte desta premissa o objetivo deste artigo que, por meio de uma pesquisa exploratória, irá explanar o contexto histórico que consolida esta conjuntura, os reflexos desta trajetória na contemporaneidade, bem como as “redes sociais de resistência”, que se articulam no enfrentamento a tais desequilíbrios sistêmicos. Tendo como enfoque a realidade brasileira, e, em específico, a inserção do capitalismo nas relações no ambiente rural do país, o artigo trará para a discussão o impacto do capitalismo rural para a luta dos camponeses/trabalhadores rurais; a consolidação desta inserção capitalista no rural por meio de dados contemporâneos em relação ao desmatamento brasileiro e a consolidação do agronegócio e da produção de monoculturas de exportação, que impactam diretamente o trabalho e a segurança alimentar no Brasil, com o intuito de apresentar algumas alternativas de resistência existentes neste cenário preocupante, como forma de se pensar e sistematizar estratégias de sua superação.

¹ O termo “redes sociais de resistência” aparece no texto entre aspas, tento em vista o esforço em colocá-lo em evidência, enquanto termo em construção.

² Este artigo foi publicado na revista Research, Society and Development, em: 29 de abril, de 2022 e pode ser acessado através do link: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29182/25257>, além de ser encontrado no Apêndice 1 desta tese, na página 159.

³ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos – SP; Assistente Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1349-2601> E-mail: veri_filus@yahoo.com.br

⁴ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS-UNIOESTE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044> E-mail: romilda.lima@unioeste.br

⁵ Segundo Latour (2017, p.108), o Antropoceno é o momento presente, em que o sistema terrestre não tem mais uma estrutura estável e indiferente para abrigar os desejos de modernização.

PALAVRAS-CHAVE: capitalismo; redes; teoria ator-rede; agroecologia.

ABSTRACT

The climatic and environmental imbalance, an outcome of the intensification and expansion of global capitalist production and reproduction relations, is increasingly worrying. Alarming data revealed by scientists worldwide mobilize countries in behalf of reduction of these effects for the maintenance of the human species. The purpose of this article is based on this premise which will, through exploratory research, expound the historical context that consolidates this conjuncture, the current outcomes of this trajectory as well as the “resistance social networks” that set up the confrontation to such systemic imbalances. Focusing on Brazil’s reality, particularly on the insertion of capitalism in the country’s rural environment relations, the paper will put on the table the impact capitalism has over the struggle of peasants/rural workers; the consolidation of this insertion through contemporary data regarding Brazil’s deforestation and the consolidation of agribusiness along with production of monocultural exports which directly impact work and food security in Brazil; Aiming to present some alternative ways of resistance found in this scenario, as a means to think out and systematize strategies for overcoming it.

KEYWORDS: Capitalism; Networks; Actor-network theory; Agroecology.

INTRODUÇÃO

Há consenso de que as atividades humanas interferem diretamente no espaço vivido. Dentre os reflexos desta intervenção, o que se destaca na contemporaneidade é um aquecimento global cada vez mais notório. As consequências do aquecimento já afetam a vida de muitas pessoas espalhadas pelo globo, e as mudanças têm ocorrido de maneira rápida e incidindo diretamente no clima, causando, ainda, efeitos negativos à biodiversidade. Conforme pode ser observado em publicação recente, em fevereiro de 2022, no sexto relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)/WGII, que discorre sobre a força dos efeitos climáticos (IPCC, 2022).

O regime climático ameaça todos os estados em todas as suas dimensões de produção, de cultura, de habitação, de arte e de comércio (LATOUR, 2015). E, para além do desequilíbrio climático, as “escolhas” da humanidade em relação ao seu desenvolvimento (produção, econômico e cultural) criam um cenário de instabilidade tanto financeira quanto de comprometimento na qualidade de vida e ambiental.

No que diz respeito às alterações ambientais, dados publicados, em relatório anterior, pelo IPCC/WGI, de agosto de 2021, demonstram que as mudanças na temperatura estão cada vez mais sem controle e impactantes. A projeção é de que nas próximas décadas teremos a ampliação de 1,5 °C de aquecimento do globo, limite crítico para a saúde populacional e que afeta diretamente a agricultura brasileira (IPCC, 2021), já que o Brasil, enquanto país agroexportador de *commodities*, sentirá estes efeitos de forma expressiva.

Diante dos fatos, o que se tem em funcionamento é o que Furtado (1974) já sinalizava, cinco décadas atrás, sobre a efetivação dos preceitos inerentes à terceira fase do estágio imperialista do capitalismo, que se caracteriza enquanto economia planetária, crescentemente dependente de recursos não renováveis e do fortalecimento de grandes empresas, capazes de promover a exploração de recursos naturais, também em escala planetária.

O que reforça a hipótese de que, “em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico” (FURTADO, 1974, p.19) e que nem sempre podem ser solucionados apenas pelo progresso tecnológico. Afinal, as populações, incluindo os brasileiros, não se alimentam de “tecnologias” ou de *commodities*, mas sobrevivem dos frutos do seu trabalho, sendo a comida⁶ o item mais importante, ou seja, um fato social prioritário.

No entanto, no que compete ao trabalho, o que se observa é que, desde o ano de 2020, se configura um impacto negativo expressivo, com o surgimento de um vírus pandêmico – o Sars-Cov-2, apontado por especialistas como fruto do desequilíbrio descrito acima⁷, e que, por exigir mudanças drásticas na organização social, exacerbou a mazela do desemprego, sobretudo nos países

⁶ Segundo “Woortmann (2007), em estudos sobre dimensões sociais da comida entre os camponeses, defende a ‘comida’, para este grupo, como sendo uma “categoria cultural nucleante, que se articula a ‘trabalho’ e a ‘terra’, e que as escolhas alimentares que incluem alimentos proibidos, permitidos e os preferidos estão ligadas às dimensões de gênero, de memória, de família, de identidade, de religião etc.” (LIMA, 2015, p.57).

⁷ Segundo (PONTES, 2020, s/n), no caso do novo coronavírus, muito antes de infectar os primeiros humanos e viajar a partir da China, ele habitava outros hospedeiros num ambiente selvagem. Isolados e em equilíbrio em seu habitat, como florestas fechadas, vírus como esse não ameaçariam os humanos. O problema é quando esse reservatório natural começa a ser recortado, destruído e ocupado.

mais pobres e, ou, de distribuição de renda desigual. Sobre isso, o relatório do IPCC 2022/WGII alerta para o risco cada vez maior de doenças transmissíveis por animais, o caso da dengue, chikungunya e Sars em praticamente todos os continentes, além das doenças transmitidas pela água em alguns lugares e a contaminação por proliferação de algas tóxicas.

Diante do contexto exposto, pretende-se com este artigo analisar algumas questões importantes para a reflexão em relação à dinâmica capitalista planetária e, como tal dinâmica orienta a relação dos seres humanos com a natureza; discutir alguns dados importantes sobre os reflexos desses posicionamentos na contemporaneidade; para, por fim, sinalizar algumas “redes sociais de resistência”, em meio a esse contexto, no que compete especificamente à realidade do rural brasileiro.

Assim, seguindo a metodologia exploratória, que tem como foco “conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das causas e consequências desse dito fenômeno” (RICHARDSON, 1999, p.326), busca-se delimitar alguns referenciais teóricos consolidados, na literatura brasileira e internacional, para exemplificar tal conjuntura, como uma forma de expor possibilidades plausíveis e já existentes de integração entre sociedade e natureza, a luz da teoria Ator-Rede (ANT) de Bruno Latour.

O artigo se subdivide em três pontos norteadores, a saber: a influência do capitalismo na agricultura e, conseqüentemente, nas lutas dos trabalhadores rurais; o reflexo desta influência para o Brasil; e as sinalizações de possíveis “redes sociais de resistência” existentes, mesmo em meio ao capitalismo contemporâneo.

1. PROCESSO METODOLÓGICO

Por compreender que a metodologia se caracteriza enquanto o caminho do pensamento em conjunto com a prática exercida sobre a realidade, onde simultaneamente o método, as técnicas e a criatividade se fazem presentes (MINAYO, 2019), este artigo se caracteriza enquanto resultado de uma pesquisa social de caráter qualitativo.

Neste prisma, identifica-se a pesquisa social enquanto atividade que busca

entender o comportamento dos indivíduos e da sociedade; e a pesquisa qualitativa enquanto o “estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produto das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos” (MINAYO, 2014, p.57).

Especificamente aqui, traremos um estudo exploratório de cunho bibliográfico, que se concretiza pela investigação da inserção capitalista no rural brasileiro, a fim de uma maior aproximação e familiaridade com o objeto analisado e da contribuição e orientação sobre possíveis hipóteses (PRODAV; FREITAS, 2013), que aqui se materializam enquanto propostas de superação e resistência; em um exercício constante em prol de insights e ideias, que permitem uma maior compreensão sobre o assunto.

Em relação ao recorte da pesquisa, ele se deu de forma longitudinal e compreende a literatura específica e relevante para o estudo da realidade em questão, formulada nos últimos cinquenta anos, ou seja, da década de 70 até os dias atuais, recorte extenso, mas que nos auxilia a visualizar os paradigmas que foram sinalizados naquela época, e que, até hoje, se fazem presentes. Sendo os dados coletados em fontes secundárias, por meio de sites, documentos oficiais e bibliografias científicas.

2. CONTEXTO AGRÁRIO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Segundo Furtado (1974), a rápida industrialização da periferia do mundo capitalista - ou seja, dos países que historicamente foram colonizados e responsáveis pela disponibilização de recurso para consolidar os países centrais - corresponde à terceira fase na evolução do capitalismo industrial. Período que se “iniciou com um processo de integração das economias nacionais que formam o centro do sistema” (FURTADO, 1974, p.28).

Até meados dos anos 70, o desenvolvimento das práticas industriais, eram identificadas pelo progresso material, que levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais. Uma visão um tanto quanto utópica, tendo em vista o jogo político enquanto plano de fundo, e sua influência heterogênea na estrutura social.

Durante muito tempo, sobretudo na era de ouro do capitalismo 1945-75, a concepção de desenvolvimento estava associada às ideias de progresso e crescimento do produto interno bruto. A partir dos anos 1980, e principalmente 1990, outros elementos começaram a ganhar corpo nesse debate, principalmente as questões ambientais, a justiça social e a necessidade de participação dos atores no processo de planejamento e gestão (PLEIN, 2016, p.27).

Fatores importantes foram apontados no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano publicado no ano de 1990, e, na análise de Furtado (1974, p.32.), “o crescimento da economia passará a ser entendida por muitos analistas como elemento de um processo maior, já que seus resultados não se traduzem automaticamente em benefícios”.

Sen (2000, p. 28), em sua importante análise em “Desenvolvimento como Liberdade”, aponta a diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico. O segundo possibilita a uma sociedade desejar a riqueza pela utilidade, que é “a liberdade para levar o tipo de vida que temos razão para valorizar”, ou seja, a busca das pessoas pela riqueza tem como objetivo obter bens, nesse sentido a riqueza torna-se mais importante por possibilitar consumir. No entanto, pondera o autor, existem outros aspectos da vida que são importantes e não são propiciadas apenas pelo fato de haver crescimento econômico.

É tão importante reconhecer o papel crucial da riqueza na determinação de nossas condições e qualidade de vida quanto entender a natureza restrita e dependente dessa relação. Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda (SEN, 2000, p. 28).

O autor destaca, portanto, que o crescimento precisa considerar o desenvolvimento, de maneira a garantir a melhoria da vida das pessoas e das liberdades que podem desfrutar, que incluem, entre outros, alimentação adequada, acesso a serviços de saúde e de educação de qualidade, além da garantia de serviços básicos, como saneamento e acesso a água potável. Pois a ausência de algumas liberdades relacionadas à pobreza econômica impedem muitos indivíduos de usufruir de direitos básicos e fundamentais.

Para Veiga (2010), o crescimento é resultante de uma livre interação das forças de mercado, pactuados pelo desigual e emblemático Consenso de Washington. Tal acordo, como citado por Iamamoto (2011, p.108), impulsiona a

mundialização da economia por meio de “grupos industriais transnacionais, resultantes de um processo de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberação da economia” E ainda:

Acelera-se, pois, o desenvolvimento desigual, aos saltos, entre empresas, ramos de produção da indústria e diferentes nações, e, no interior dos países, a favor das classes e grupos dominantes [...].-A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilidade” das condições e relações de trabalho, além do desmonte do sistema de proteção social (IAMAMOTO, 2011, p.111).

O despontar dos desastres climáticos, que juntos levam à incerteza do futuro, conduzem Veiga (2000) a tecer críticas a uma economia de linha ortodoxa que inferioriza e subordina o ambiente natural ao sistema econômico. Na contemporaneidade, os efeitos climáticos têm mostrado que tal visão econômica está equivocada.

Pois a insistência da humanidade em distinguir natureza de sociedade cria um cenário que produz concentração de riquezas e, ao mesmo tempo, pobreza e miséria; impulsiona a privatização de instituições públicas em países periféricos, que serão adquiridas por empresas detentoras de tecnologia e que estimulam o trabalho de concepção criativa, sob controle de normas de rentabilidade, que conseqüentemente irão contribuir para a intensificação do trabalho e baixos salários. Em suma, o peso da privatização recai sobre o aumento do desemprego estrutural e da desarticulação sindical, como discutido por Anderson (1995).

Somado ao aspecto das privatizações do bem público, outro fator que consolida a articulação monopólica na contemporaneidade e que solidifica o papel dos países periféricos na dinâmica internacional do trabalho, está atrelado às relações de propriedade.

No que se refere ao Brasil há um interesse, político e econômico, pela promoção do *agrobusiness*, em detrimento da agricultura de base familiar, expresso no incremento de subsídios às exportações que “impuseram redução dos gastos sociais e implementaram uma política previdenciária e trabalhista regressiva com nítido compromisso com os interesses do grande capital”

(IAMAMOTO, 2011, p.122).

Em uma estrutura bem demarcada, Santos (2012) afirma a existência de três principais fenômenos que consolidam a posição brasileira na dinâmica capitalista monopólica atual. Sendo eles: o caráter conservador da modernização do capitalismo brasileiro, a revolução passiva⁸ e a centralidade na intervenção estatal.

No que compete ao caráter conservador da modernização brasileira, encontram-se como características a estrutura agrária constituída por latifúndios, que desenvolvem suas práticas de agricultura por meio de uma produção de monocultura extensiva, com foco em exportação. É importante destacar que, segundo Talaska (2017, p.200 -201), após sancionada a Lei Agrária de 1993, o termo “latifúndio” foi suprimido em documentos oficiais do Incra e da legislação brasileira, que criou a categoria substituta, denominada como “grande propriedade”. Mas, como discute a autora, é apenas substituição de termos, haja vista que, a partir de estatísticas cadastrais de 2014, ela aponta “a existência de 182 latifúndios por dimensão no Brasil, cujas áreas ocupadas totalizam 12.845.381,8 hectares”. Área territorial maior que a de todo o estado de Pernambuco, ou Santa Catarina, ou a área da junção do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas e Distrito Federal.

Segundo Prado Júnior (2004), este tipo de produção que visa a exportação, que permaneceu hegemônica, consolidou o lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho capitalista. Tais características, segundo Cardoso de Melo (1994), solidificam a industrialização no Brasil e em toda a América Latina, enquanto economias exportadoras capitalistas nacionais, com um caráter retardatário.

Como consequência dessa dependência, que transforma a “economia agrária numa fonte produtora de excedentes apropriados pelos setores urbanos hegemônicos” (WANDERLEY, 2011, p.25), se garante uma vinculação de produção e trabalho que, segundo Florestan Fernandes (1973), atrofia o

⁸ Caracterizada pela exclusão das forças populares das decisões políticas no direcionamento da vida social; por uma democracia burguesa que se restringe aos membros das classes que se qualificam, econômica, social e politicamente, para o exercício da dominação burguesa; e por um processo desigual do capitalismo retardatário (SANTOS, 2012).

desenvolvimento agrário capitalista brasileiro.

Vale ressaltar que a lógica do monopólio periférico pressupõe que somente alguns poucos investidores reúnem as condições necessárias ao investimento, elemento crucial para a definição do formato das agroindústrias no país (ALBUQUERQUE, 2004). Onde não mais se vende somente o produto primário, mas também produtos com diversos níveis de processamento.

Desse modo, mantém-se o latifúndio de monocultura, prioritariamente voltado para exportação, que ganha ares de modernidade, justificados pela sua participação na balança comercial do país.

Em suma,

crece a massa de assalariados rurais e urbanos, necessária à expansão do mercado interno e às exigências de ampliação da produção e a produtividade. Esse mesmo desenvolvimento incorpora e recria a pequena produção mercantil simples – parceiros, pequenos arrendatários, posseiros – submetendo-a ao jugo do capital (comercial, industrial, financeiro) e à renda fundiária. Assalariados agrícolas e camponeses experimentam uma permanente privação dos direitos sociais trabalhistas e políticos, aprofundando uma exclusão do bloco do poder e dos pactos políticos (IAMAMOTO, 2011, p.131 e 132).

Cabe nas reflexões aqui discorridas apontar que a burguesia brasileira é marcada pela estruturação do rural, que tem como protagonista os proprietários de grandes faixas de terra, que ditam as regras dos investimentos estatais no setor, em favor do agronegócio, interferindo nas grandes transformações operadas na vida da nação (IANNI, 1984). Pois, “a acumulação de capital necessita, não da racionalização da agricultura, mas de sua submissão à racionalidade do setor industrial (SILVA, 1981, p.67).

Tendo em vista uma leitura marxista ortodoxa, creditava-se na “proletarização a confirmação da emergência das relações propriamente capitalistas na produção agrícola, isto é, a consolidação de um verdadeiro proletariado rural” (WANDERLEY, 2011, p.58). No entanto, “as imposições e determinações do capital, eficazes na construção de mecanismos de controle e poder sobre os trabalhadores, não se apropriaram de todo o espaço social” (FERRANTE, 1993, p.70), não sendo capazes de coagir as correlações de forças, presente entre as classes.

2.1. Resistir para sobreviver

Cabe ressaltar a importância da resistência camponesa ao que se impunha, que, como mostrado por Martins (1981), a partir do final dos anos de 1940, as Ligas Camponesas (Nordeste), o Movimento dos Agricultores sem Terra (Sul) e os sindicatos rurais passam a ocupar lugar importante na manifestação de direitos dos trabalhadores rurais.

A exemplo desta correlação de forças e em contraposição às afirmações de Albuquerque (2004), Iamamoto (2011), Wanderley (2011), o que se observa, é um movimento dos trabalhadores rurais em prol da organização de estruturas coletivas, por meio da cooperação agrícola, que englobam associações e cooperativas, para a produção de excedentes destinados a comercialização (BORGES, 2009).

Fruto desta articulação, e tendo em vista ampliação dos procedimentos, tais organizações, a exemplo do MST, se especializam em formas de produção agroindustrial (inserção tecnológica), com o intuito de aumentar a produtividade e se manter no mercado.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA - (2013), com dados do Censo Agropecuário de 2006, a agroindústria familiar produziu mais toneladas de farinha de mandioca e tapioca ao ano do que a agroindústria não familiar, mesmo tendo como prioridade a diversificação produtiva, fator que pode estar atrelado à inserção de uma parcela significativa de agricultores que usufruí do Programa Terra Forte do INCRA, programa que visa aplicar R\$300 milhões em projetos de implantação e/ou modernização de estruturas agroindustriais dos Projetos de Assentamentos (MATTEI; ANDRADE, 2017).

Dados que fortalecem a visibilidade de que, como forma de resistência, ocorre o amadurecimento político dos trabalhadores rurais, expresso principalmente na luta das comunidades tradicionais, na força sindical rural e na luta dos posseiros, parceiros e arrendatários pela terra (IAMAMOTO, 2011).

É em meio a um conjunto de lutas e tensões dos diversos segmentos da classe trabalhadora que esta se organiza em busca de melhores salários, terra, trabalho e direitos sociais, é que a pobreza rural se apresenta de forma cruel e

sem mensuração de classe. Também é onde a resposta governamental é dada por meio de políticas focalizadas, dentre as quais se encontram a criação de assentamentos de reforma agrária, em uma configuração compensatória (SANT'ANA, 2014).

Segundo Almeida (2009), é dentro da crise, fruto de uma estrutura fundiária concentrada, desigual e excludente que as ações coletivas tomam força. Para ele, essa pressão organizada é que levou, em 1944, o presidente Getúlio Vargas a autorizar a criação dos sindicatos agrícolas e rurais; e em 1963 constituir-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - Contag.

Em um contexto repressivo e com pouca autonomia, tendo em vista os sucessivos governos militares, a Contag passa a ter mais abertura somente a partir de 1975, quando um novo quadro de lutas, mobilizações e reivindicações sociais em prol da cidadania, da democracia, da liberdade, da autonomia sindical, da assistência, social, de uma política agrícola adequada de preços mínimos e da reforma agrária passa a vigorar.

Fatores esses que contribuem “para a eclosão dos movimentos sociais com um certo grau de organização e de estruturação e que, por sua vez, provocaram inúmeras ações de acampamento e de ocupação de terras” (ALMEIDA, 2009, p. 55), principalmente a partir dos anos de 1980.

Segundo Bergamasco e Norder (1996), o significado de assentamento é algo construído no espaço tempo e pode ser definido na atualidade, enquanto unidade de produção agrícola, criado por meio de políticas públicas de reorganização de uso da terra; e podem ser divididos em cinco tipos distintos. São eles: projetos de colonização, criados pelo regime militar a partir de 1970; reassentamentos de atingidos por barragens e afins; planos estaduais de valorização da terra pública e de regularização de posse; programas de reforma agrária e reservas extrativistas.

No entanto, Almeida (2009, p.57) destaca que,

a luta pela terra atinge seu ponto alto com certos assentamentos a partir das ações dos agricultores sem-terra. Surgem, então, novos problemas, em particular no que se refere às formas de organização e de produção agrícolas. Logo que esses problemas são identificados, decorrentes da utilização agrícola de terras pouco férteis, acidentadas

e da falta de assistência técnica, começam a surgir os primeiros grupos e associações civis de apoio, formados por técnicos e agricultores, cujo objetivo será o de promover e desenvolver agricultura no contexto desses assentamentos. Muitos desses grupos se constituem como associações organizações não governamentais, de pessoas civis estreitamente ligadas às igrejas (católica e Luterana, sobretudo), técnicas agrícolas e o movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra MST que já estava, nessa época, bem estruturado.

É válido ressaltar que “em um novo contexto político, tanto as oposições sindicais como o MST defendiam que era necessária uma nova lei, capaz de dar suporte a uma ampla distribuição fundiária” (MEDEIROS, 2015, p.346), em contraposição ao Estatuto da Terra. Período em que há um crescimento significativo das ocupações e acampamentos, “recolocando no espaço público a questão da terra, com base quer em argumentos econômicos (a importância de produção de alimentos), quer em justificativas morais (necessidade de eliminar a enorme injustiça social que marcava o campo brasileiro)” (MEDEIROS, 2015, p.348).

Segundo Mazalla Netto (2013, p.24), “a real consolidação da reforma agrária e estabelecimento do campo como espaço de vida e do desenvolvimento rural sustentável acontece, em grande medida, pelo processo de luta pela terra e pelos direitos dos trabalhadores rurais”. Sendo o MST a maior influência de mobilização social organizada neste âmbito.

Como ponderado por SANT’ANA (2014, 268), com a consolidação do MST e de suas lutas, após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República, o que se observa é que,

ainda que tenha diminuído a violência contra os movimentos sociais e tenham aumentado os programas destinados à agricultura familiar, a direção política da reforma agrária foi mantida: redistribuir terra, não para viabilizar o acesso das famílias e garantir sua autonomia por meio de políticas voltadas para o fortalecimento do assentado como produtor autônomo responsável por produzir alimento e, ao mesmo tempo, garantir sua reprodução e de sua família por meio do trabalho; ao contrário, o beneficiário da reforma agrária passa a ser usuário dos programas sociais destinados àqueles que não possuem renda.

Fator que reforça a política agrária, enquanto política social focalista, sendo os trabalhadores rurais um dos alvos da classe dominante e dos meios de comunicação de massa, em um contexto de constante criminalização.

Mesmo após 2006, com a promulgação da lei 11.326, intitulada Lei da Agricultura Familiar, que auxilia essa população a canalizar recursos do Estado, é “absolutamente insuficiente para analisar e compreender a complexidade dos sujeitos do campo brasileiro” (SAQUET, 2017, p.87).

Neste sentido, uma das contribuições do marxismo está em orientar sobre a necessidade de compreender a essência da produção dita camponesa, que envolve o cultivo da terra, a produção em pequena escala e as atividades centradas no núcleo familiar.

Segundo Oliveira (2004), Marx sinaliza que existem, nesse contexto, três segmentos na sociedade moderna, sendo eles: os proprietários da força de trabalho, os donos de capital e os proprietários da terra. E em complementação, Saquet (2017) sinaliza que dentre os proprietários da terra existem aqueles que desenvolvem suas atividades produtivas a partir dela, e que não compõem a massa monopólica de empresários rurais⁹, os mesmos têm vínculo com a terra, têm como objetivo principal a reprodução biológica e social da família, e não a valorização e acumulação do capital; com uma íntima relação entre trabalho familiar e o consumo, com destaque para a cooperação, estimulados pela necessidade de garantir a reprodução da família; se integram aos mercados via circulação de mercadorias com subordinação as regras do modo de produção capitalista; têm predomínio do trabalho familiar; fomentam socialização e reprodução da força de trabalho; são donos dos demais meios de produção além da terra: insumos, instrumentos e máquinas; e cuja jornada de trabalho varia conforme a época do ano, ou seja, de acordo com os períodos de plantio e colheita.

Para Saquet (2017, p. 90), “há de maneira geral, na agricultura camponesa, a reprodução de relações não capitalistas de produção ou de relações não especificamente capitalistas criadas pelo capitalismo moderno”, no entanto essas relações são dependentes do mercado, produzindo diretamente os meios de reprodução socioeconômica.

⁹ Segundo Wanderley (2011, p.26) “ os empresários rurais têm uma posição privilegiada nessa estrutura, na medida em que são eles os agentes imediatos da captação dos excedentes agrícolas destinados aos setores dominantes, através do que sedimentam a base material de sua própria reprodução social”.

3. O IMPACTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E A BUSCA POR ALTERNATIVAS

Dentre as orientações obtidas em 2021, fruto dos dados disponibilizados pelo relatório IPCC/WGI, os cientistas são enfáticos em relação à necessidade planetária do combate aos gases do efeito estufa e do CO², em um pequeno espaço de tempo, se a proposta for a de manter a temperatura da terra habitável aos humanos (IPCC, 2021). O relatório IPCC/WG2, de 2022 apresenta uma série de implicações, das mudanças climáticas a aquecimento, para a produção de alimentos e, conseqüentemente, para a segurança alimentar.

No entanto, na realidade brasileira, o quadro não se apresenta favorável à máxima da redução dos gases, e, na contramão do que se espera, no ano de 2019 o país aumentou 9,6% das emissões brutas de gases de efeito estufa. Ano em que o país, fruto de uma política governamental descompromissada e de desinteresse pelas ações envolvendo preservação ambiental e questões climáticas, extingue a Secretaria de Mudança do Clima e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e engaveta planos de prevenção e controle do desmatamento (SEEG, 2020).

Segundo dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa – SEEG - (2020, p. 4), “o país lançou na atmosfera 2,17 bilhões de toneladas de dióxido de carbono, contra 1,98 bilhão em 2018”. No entanto, o Produto Interno Bruto-PIB do país, no referido ano, subiu apenas 1,1%; fator que expressa que a devastação não está atrelada à geração de riquezas para o Brasil.

Como principais fatores de devastação ambiental brasileira está o desmatamento da Amazônia, seguido pela produção agropecuária, que sofreu um aumento de 1,1% em relação ao ano de 2018.

Dentre as principais emissões do setor agropecuário, verifica-se que estão atreladas à ampliação da criação de rebanho bovino (28%) - fator que representa um aumento real de 7% em emissões, em conjunto com a utilização de fertilizantes sintéticos na agricultura (24,8%) e o manejo de dejetos de animais, cultivo irrigado, queima de resíduos agrícolas, que completam os 6,7% restantes

das emissões nacionais para o setor, em 2019 (SEEG, 2010).

Tal cenário está inserido no contexto contemporâneo do estágio imperialista, que tem como proposta a desvalorização do trabalho humano, e onde se destaca a crise do movimento sindical e a redução do contingente de trabalhadores (NETTO; BRAZ, 2012). Segundo Netto e Braz (2012, p.230):

Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração de força de trabalho – da redução salarial à precarização do emprego. Aqui, aliás, reside um dos aspectos mais expressivos da ofensiva do capital contra o trabalho: a retórica do “pleno emprego” dos “anos dourados” foi substituída, no discurso dos defensores do capital, pela defesa das formas precárias de emprego e do emprego em tempo parcial, que obriga o trabalhador buscar o seu sustento, simultaneamente, em várias ocupações.

Trabalho este que se vê ainda mais escasso no período pandêmico. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, no primeiro trimestre de 2021 o país somou 14,8 milhões de desempregados, o que representa um percentual de 14,7% e corresponde à maior taxa e ao maior contingente de pessoas sem trabalho, de todos os trimestres, desde 2012 (IBGE, 2021).

Somado à redução de ocupações de trabalho no país, outro fator agregado que prejudica a manutenção da subsistência da classe trabalhadora, é a redução orçamentária atrelada à segurança alimentar e nutricional (SAN) do país que, no ano de 2021, teve um corte de 75%, em relação a 2020, passando de 1,2 bilhões para 279,6 milhões, respectivamente, cenário que traduz, no momento de pandemia, a ampliação de problemas como desemprego, fome e miséria. Tal quadro reflete também o posicionamento governamental diante desse cenário.

Com os dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, no contexto de Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado em 2021 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN -, menos da metade dos domicílios brasileiros (44,8%) tinha seus (suas) moradores (as) em Segurança Alimentar. Dos demais, 55,2% que se encontravam em Insegurança Alimentar, 9% conviviam com a fome, ou seja, estavam em situação de insegurança alimentar (IA) grave.

Sendo agravada essa condição nos domicílios rurais que atingiu o percentual de 12% (REDE PENSSAN, 2021, p.05), pior índice desde 2004. No que compete aos domicílios rurais, o quadro se exacerba em locais com pouca disponibilidade de água para produção de alimentos e para disponibilizar à criação de animais.

Esses fatores devem ser interligados com a urgência de se pensar estratégias de restauração ambiental que reduzam este flagelo social. As informações apontadas no Inquérito evidenciam um descaso político e econômico com aspectos como o trabalho e a fome no País; e que, se colocados em comparação com a ampliação dos índices de desmatamento e concentração de renda, ampliam ainda mais as desigualdades existentes no Brasil.

Na contramão da disponibilidade de empregos e dos investimentos em segurança alimentar e nutricional da população, a agropecuária atingiu um crescimento exponencial nos últimos anos, em especial em 2020, quando a maioria dos setores econômicos sofreu forte retratação por conta da pandemia. Segundo dados do IBGE, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro despencou 4,1%, na maior queda dos últimos vinte e cinco anos, o agronegócio cresceu 2% (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, nos remetemos a uma diferença fundamental entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, marcado historicamente no capitalismo pela atividade industrial, que tem em sua essência a concentração de grande parte do excedente em poucas mãos e em determinados grupos sociais, diretamente comprometidos com o processo produtivo (FURTADO, 1974).

Tal conjuntura impulsiona o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento com equidade, tendo em vista que o crescimento independe da cultura, na medida em que ele não implica a invenção de um projeto, se limitando aos aspectos sociais e sua base econômica, e “ignorando as relações complexas entre o porvir das sociedades humanas e a evolução da biosfera” (VEIGA, 2010, p.10).

É pertinente inferir que tal quadro se torna insustentável e que já dá sinais de sua ruína. De acordo com Schneider (2011), a partir da década de 1990, questões políticas, econômicas, ambientais e sociais entraram em pauta, no

âmbito do desenvolvimento, com uma preocupação específica com o crescimento econômico, e que ele esteja atrelado à distribuição das riquezas, e para questões relacionadas à sustentabilidade, democracia e justiça social.

Algumas movimentações ganham força como construção teórica, como a da economia substantiva de Polanyi (2000) e a do desenvolvimento como liberdade, de Sen (2000). Para Heenirich, Filus e Plein, (2021, p. 05) “ambas convergem para o entendimento de que o desenvolvimento não pode ser visto somente pela centralização na economia, mas que deve ser considerado multifacetado, dinâmico e capaz de obter reflexos para além dos aspectos econômicos”, priorizando a inserção das decisões coletivas que levem em consideração as características culturais e regionais.

Como alternativas inerentes às relações sociais, somado a este contexto de preocupação ambiental sinalizado por Schneider e Escher (2011), Polanyi (1978) observa e descreve a intensificação de contramovimentos, que em forma de proteção social natural, em conjunto com o aspecto produtivo, são responsáveis por deslocar as “mercadorias” para fora da órbita dos mecanismos de mercado (BUGRA, 2007). Em um processo de coexistência de tais formas econômicas, numa dinâmica em que a sociedade pode, enfim, regular o sistema (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Segundo Latour (1994), a questão política mais importante para que isto ocorra, torna crucial que as duas coletividades: a sociedade e a natureza, sejam reconstituídas levando em consideração a integração entre humanos e não humanos, tratando de maneira integrada o social, a natureza e o discurso, em um ambiente que permita a produção das instituições e a criação das coletividades/ associações.

Face a conjuntura exposta e a necessidade de alternativas mais sustentáveis e incluídas, Veiga (2010, p.10) sinaliza que o desenvolvimento das nações deve projetar intervenções com os preceitos de prudência ecológica e com a utilização adequada da natureza “desdobrada em socialmente incluída, ambientalmente sustentável e economicamente sustentada no tempo”. A exemplo da agroecologia, que deve ser vista enquanto modelo científico capaz de sustentar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural (ZAMBERLAM, 2012). Pois, como defendem Caporal e Costabeber, 2004,

p. 13:

Na aplicação dos princípios da agroecologia pode-se alcançar estilos de agriculturas de base ecológica e, assim, obter produtos de qualidade biológica superior. Mas, para respeitar aqueles princípios, essa agricultura deve atender requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, com uma perspectiva temporal de longo prazo, ou seja, uma agricultura sustentável”.

3.1. A orientação agroecológica

Como uma alternativa produtiva e social para estas relações não capitalistas, a estratégia alçada pelos teóricos é o fortalecimento de uma agricultura camponesa agroecológica, que tenha como foco a produção sem insumos químicos e que seja destinada à alimentação familiar e ao mercado local, preconizando a conservação da natureza, valorizando a biodiversidade e os conhecimentos dos próprios agricultores (SAQUET, 2017), se opondo, portanto, ao modelo utilizado pela modernização conservadora da agricultura brasileira, que teve como norte os preceitos da Revolução Verde¹⁰. Mas, como ressalta Altieri (2004, p. 21): “restaurar a saúde ecológica não é o único objetivo da agroecologia [...], a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais”.

Ainda, segundo esse autor (1989; 2004), a agroecologia, por meio da gestão e análise de técnicas e tecnologias, desenvolvidas com base em agroecossistemas, engloba os campos ecológico, sociocultural e econômico. “A agroecologia fornece princípios ecológicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (ALTIERI, 2004, p. 17).

Mais do que um modelo de agricultura, “aborda a organização social, o

¹⁰ Segundo Tambara (1985), a Revolução Verde é a penetração capitalista no campo e tem como objetivo a maximização produtiva, com a utilização da natureza para obtenção de lucros. É um programa com o objetivo aparente de contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, a partir do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal, para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições de diferentes solos e climas e resistentes a pragas (BRUM, 2000).

comportamento econômico e a postura política que contribuem nas transformações sociais necessárias para gerar padrões de produção e consumo mais sustentáveis e equitativos” (MAZALLA NETO, 2013, p.30).

O que se observa na trajetória brasileira é a utilização sem precedentes de mão de obra precarizada e da exploração dos recursos naturais, com a finalidade de manutenção das estruturas capitalistas consolidadas. Em resposta a essa estrutura, e como forma de resistência, emerge uma mobilização popular organizada, principalmente por meio do MST e organizações correlatas, que buscam alternativas de manutenção de vida no campo, por meio de práticas baseadas em princípios cooperativos e de conservação dos recursos naturais.

Essas organizações, embora sejam expressivas em suas ações e atividades produtivas, a exemplo do MST que desponta nesse sentido, ainda não conseguiram romper com o *status quo* da dinâmica econômica capitalista, ao ponto de uma alteração efetiva do quadro pré-estabelecido, mas se consolidam e ganham força, conforme pode ser observado na sequência.

Em suma, vive-se um momento crítico na história da humanidade, fruto do desequilíbrio criado pela ação antrópica e pela insistência em um sistema que tem se mostrado errado e prejudicial. Esse desequilíbrio se reflete nas questões ecossistêmicas (ambientais) e na qualidade de vida humana, e que geram ainda consequências negativas nas questões de alimentação e trabalho. Portanto, é urgente pensar e elaborar estratégias de superação desse desequilíbrio, e estas devem gerar práticas mais includentes e sustentáveis, como as preconizadas pelo desenvolvimento rural sustentável e pela agroecologia.

4. A IMPORTÂNCIA DE RELATAR AS “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA” NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Entres os séculos XIX e XX, com a ascensão da grande indústria, “o crescimento da economia mundial foi predominantemente extensivo, isto é, com produção e população aumentando a taxas muito próximas” (VEIGA, 2010, p.66).

No entanto, conforme observa Veiga (2010), tal crescimento não significou aumento de renda per cápita da população, pois o alargamento do alicerce de

sustentação e consolidação política do capitalismo contemporâneo ocorre mediante a generalização e institucionalização dos direitos sociais, que possibilitam a organização de um velado consenso, que assegura o seu desempenho monopólico (NETTO, 2011).

Em um movimento, chamado por Latour (2019) de ‘duplo clique’¹¹, onde a sociedade contemporânea tende a manter o mesmo e, de novo, com o intuito de matar as mediações. Contexto que estimula o esquecimento das redes e que institui caixas-pretas¹² de dominação e massificação, sendo necessário um movimento constante de rompimento com o modo de felicidade programada, em prol de formas diferentes de felicidade e coexistência.

No entanto, no que compete aos desdobramentos das diferentes passagens históricas do desenvolvimento, o que se observa é que somente na década de 90, os países cogitam, de forma mais efetiva, um pensar local com a utilização de diagnósticos participativos, em prol de uma rede de segurança, que pense questões como meio ambiente e sustentabilidade, com o incremento de estratégias para a redução da pobreza e da fome (ELLIS; BIGGS, 2001).

Conforme observado por Ellis e Biggs (2001), é somente em período recente que o desenvolvimento inclui discussões e ações efetivas em relação ao protagonismo do indivíduo (ator/camponês/agricultor familiar), no espaço vivido, conjuntura tal que sinaliza a necessidade de um desenvolvimento desburocratizado e descentralizado, a ser construído de forma coletiva (SAQUET, 2007).

Espaços onde ocorram a efetivação de aspectos sociais qualitativos, que priorizem a não utilização de “esforços excessivos por parte de seus produtores, de empregos mal remunerados exercidos em condições insalubres, da prestação inadequada de serviços públicos e de padrões sub-humanos de moradia” (VEIGA, 2010, p.81). Com estratégias para reduzir as mazelas que

¹¹ Segundo Latour (2019), o padrão de referência da comunicação de duplo-clique ocorre quando se quer que acreditemos que é factível transportar, sem a menor deformação, uma informação precisa qualquer sobre situações e coisas que não estão presentes aqui, em um *looping* de reprodução e cópia.

¹² Para Latour, “o conhecimento científico se desenvolve, pela progressiva construção de “fatos científicos” que são como caixas-pretas, cuja verdade ou adequação é dada como certa para os que a utilizam como ponto de partida para outros estudos, mas cuja natureza problemática pode sempre ser ressaltada quando examinadas em suas origens” (SCHWARTZMAN, 1997, p. 30).

assolam as comunidades empobrecidas, e em específico, as dos países periféricos.

Um contexto social no qual as relações mercantis estão inseridas, e onde existem redes que influenciam no funcionamento dos mercados enquanto conjuntos de atores ligados por uma relação e uma forma de integração social que põe os atores em contato entre si (STEINER, 2006). Em um local onde as condições materiais sejam sustentáveis, a economia seja circular, e onde haja a multiplicação das controvérsias¹³ (LATOUR, 2019), pois, a “natureza e a sociedade não estão separadas por uma diferença radical ou ontológica” (GONZALES; BAUM, 2013, p.145) e os indivíduos, as “coisas”, permeados pela mediação, formam o coletivo que se encontra em um contínuo processo de articulação.

No que compete ao espaço rural, é necessária uma dinâmica que contemple a presença e permanência da agricultura familiar, com seus diferentes setores sociais e suas representações (ABRAMOVAY, 1997), e que tenham mediações que contribuam para aumentar a confiança entre as pessoas de uma comunidade, do seu vínculo com a terra, com a mata, com as plantações, com as pessoas, enfim, com o lugar e o território (BRANDÃO, 2012). Espaços, onde a confiança acaba por ter um conteúdo emocional e afetivo que se constitui com as pessoas e com as coisas, no seio das relações sociais, que se vinculam com a formação de um conjunto de crenças e valores comuns, que permitem dotar de identidades as ações coletivas (SOTO, 2013). Ações estas, de valoração do saber tradicional, que é compartilhado e reproduzido por meio do diálogo direto entre os indivíduos, em um movimento da natureza, na sociedade e no pensamento, efetivado nas relações de aproximação e afastamento, com energias, forças, sucessões, contatos, identidades, diferenças, contradições, em uma síntese dialética entre sociedade-natureza (SAQUET, 2012).

¹³ As controvérsias são “elementos multivariados, que em movimentos sincopados ou irregulares se dispersam ou se estabilizam e que nunca pertencem a um único domínio ou unidade a priori. Daí a presença de controvérsias que em algum momento se estabilizam em domínios, categorias, identidades ou quadros de referências explicativos” (GONZALES; BAUM, 2013, p.150). Para a Teoria Ator-Rede é necessário “rastrear relações mais sólidas e descobrir padrões mais reveladores [é preciso encontrar] um meio de registrar os vínculos entre quadros de referência instáveis e mutáveis” (LATOUR, 2012, p. 45), que devem ser seguidas e não necessariamente resolvidas.

Em um “híbrido” de inovação e conservação do saber e do manejo, tentando manter a identidade repassada de geração em geração como patrimônio familiar, que é facilitado, permitido e produzido por seres híbridos que não são nem fatos e nem coisas. Ou seja, esses “híbridos” são humanos e não-humanos inteiramente conectados e em contínua mobilidade (LATOURE, 2012).

Tendo em vista que a produção familiar se desenvolve com uma certa autonomia diante do mercado, o agricultor familiar cultiva para alimentação familiar e para vender excedentes e comprar mercadorias necessárias para produzir e para suprir sua necessidade extra agricultura (SAQUET, 2017). Neste sentido, as relações produtivas, comerciais e tecnológicas, acontecem numa dimensão transterritorial, sintetizando os mercados, a produção e a globalização.

As redes de comercialização, por sua vez, dinamizam as potencialidades econômicas e contribuem para a valorização das identidades territoriais, por meio das interconexões. A exemplo dos circuitos curtos de comercialização de produtos da agricultura familiar orgânica/agroecológica, que contribuem para o desenvolvimento territorial e para consolidar a agroecologia nestes espaços. Nas redes curtas, seja de troca de saberes ou de comercialização, devem ser analisadas, apreendidas e utilizadas “como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural que, por sua vez, devem espelhar a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema” (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p. 78).

Inserida neste contexto, a agroecologia apreende as experiências dos agricultores, resguardando a autonomia decisória dos sujeitos e, ao mesmo tempo, integrando os saberes populares aos conhecimentos técnicos e científicos, e um processo integrativo e inteligente, a partir da partilha e da cooperação que contribui para os processos cognitivos e de aprendizagem contínua. Nas práticas agroecológicas, se identifica o ímpeto de fazer da melhor maneira possível, com habilidades apreendidas física, material e socialmente, em uma relação orgânica do social.

Diante do exposto, o que se torna imperativo é que estas experiências necessitam uma constante análise, em prol de uma construção de conhecimentos para a melhoria da produção e, concomitantemente, habilidades de consumo consciente por parte dos consumidores. Em um processo

qualificado, crítico e construtivo, tendo em vista que as pessoas organizadas em redes de cooperação e de solidariedade são potenciais contribuintes de uma sociedade mais justa e mais sustentável, sem que para isso precisem se desconectar do mundo que as rodeia.

Nesta perspectiva, André Lemos (informação verbal¹⁴, 2020) sinaliza que, para que este movimento ocorra, uma das alternativas está em rastrear as redes, e assim criar uma prova de herdeiros e descendência, em um processo de construir-se como existência, na perspectiva de que existir é um ato constante de passar por outros. Em um exercício de levantamento de incertezas, que se apoie na observação etnográfica para analisar o centro das relações, onde se considere equanimemente humanos e não-humanos, tratando de forma integrada o social, a natureza e o discurso (LATOURET, 2012).

Não se trata mais de separar o conhecimento exato sobre a natureza do exercício do poder entre os seres humanos, mas de seguir a rede que liga constantemente pessoas e coisas e que permite a construção de coletivos, no intuito de vincular estreitamente a temática do crescimento econômico com o meio ambiente, e, a partir disso, poder-se afirmar a possibilidade de um desenvolvimento, em uma articulação entre os comportamentos humanos econômicos e sociais, o da evolução da natureza, e o da configuração social do território (VEIGA, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na realidade brasileira de país subdesenvolvido, “pouca ou nenhuma atenção foi dada às consequências no plano cultural de um crescimento exponencial do estoque de capital das grandes metrópoles modernas” (FURTADO, 1974, p. 17). Somado a este cenário hostil, a falta de uma consciência ambiental coletiva contribui para a invisibilidade dos impactos ambientais que têm pouca atenção, em face a utilização egocêntrica dos recursos naturais no país.

¹⁴ Palestra realizada pelo professor André Lemos em 2020, concedida ao Instituto Humanitas Unisinos-RS, intitulada: Investigação sobre os modos de existência, uma antropologia dos modernos. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HVLn37wLQF0&t=14s>> Acesso em: 05 de dezembro de 2020.

Verifica-se, no entanto, que a partir da década de 1980 e, principalmente, nos anos 1990, a discussão em relação à natureza e aos impactos ambientais do sistema econômico vigente, passa por uma agenda mundial, tendo em vista a “administração” dos recursos e, conseqüentemente, a manutenção do capitalismo monopólico.

Em contrapartida, esta preocupação velada pelo discurso ambiental também contribui para a consolidação de redes sociais de resistência que, em meio à conjuntura, buscam formas alternativas de interação, com uma perspectiva de desenvolvimento de caráter territorial, que parte do local e não do transversal, e que identifica o desenvolvimento enquanto processo eficaz, se concebido e implementado pelos atores locais (PLEIN, 2010).

Em um contexto em que a ação individual é necessária para resguardar a situação social, é importante preservar as particularidades das exigências sociais e fortalecer o patrimônio social (POLANYI, 2000), além de estar socialmente localizada, tendo em vista a relevância de se extrapolar os motivos individuais que possam ter motivado o ensejado da ação (GRAMOVETTER, 2005).

Especificamente neste texto, esse movimento se expressa na luta dos trabalhadores rurais e em específico dos Trabalhadores Sem Terra-MST, que em meio a este contexto se mobilizam (na fuga do duplo clique) no sentido da utilização consciente dos recursos naturais e de formas mais justas de distribuição de renda, que se materializam por meio da agroecologia e da organização cooperativa.

Conforme sinaliza Saquet (2017), para que essas experiências de escoamento da produção agroecológica sejam mais evidentes, é necessário investir em pesquisas, propostas e sistematização, dentro das unidades produtivas e de vivência, sinalizando as especificidades de cada relação em sua realidade, ou seja, as pesquisas empíricas precisam ser retomadas e valorizadas e devem ocorrer de forma massiva na comunidade científica. Compreendendo que este espaço é de constante correlação de forças, com distintas iniciativas, interações, conflitos e apropriações de técnicas e tecnologias tendo em vista o projeto capitalista para o rural brasileiro e sua interconexão com o sistema planetário.

Diante do exposto, este artigo buscou sistematizar algumas considerações em relação ao contexto vivido no rural brasileiro, com o enfoque na necessidade de se observar a interação dos atores, no que concerne à mobilização, resistência e luta política contra a hegemônica, por meio da interrelação entre os saberes e práticas (culturais, políticas, econômicas e ambientais), e o seu diálogo com as inovações técnicas e tecnológicas. Ambiente no qual os processos de auto-organização política e cultural levam em conta os valores e objetivos predominantemente familiares, culturais, políticos, ecológicos, cooperativos e participativos.

Somado à sistematização apresentada, o artigo direcionou-se a apontar alguns caminhos de como pensar e dar visibilidade a experiências de redes de resistência à luz da teoria Ator-Rede, haja vista a sua originalidade e dinâmica, que analisa o social do mundo moderno e suas fragilidades, (tendo em vista o seu posicionamento predatório) e orienta a forma de como relatá-las enquanto coletivos de humanos e não humanos, que exercem determinado grau de importância, dentro de suas conexões. Metodologia que nos possibilita dar visibilidade às redes e suas interações, compreendendo-as como em constante mutação, mas com características que podem servir como apontamentos de consolidações de formas coletivas e justas de subsistência.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALBUQUERQUE, R. C. de. A questão social no Brasil. Um balanço do século XX. Rio de Janeiro. *In: Anais do Fórum Nacional, Seminário Especial Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea*. Rio de Janeiro, Brasil, 2004.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. (2 ed.). Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2009.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E., & GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático** (p.9-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Tradução: Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2004.

BERGAMASCO, S.M.P.P.; NORDER, L.A.C. **O que são assentamentos rurais?**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, J. L. **MST: do produtivismo a agroecologia**. 1. ed. São Paulo; Goiânia: **Terceira Margem**; Editora da PUC Goiás, 2010.

BRANDÃO, C. A comunidade tradicional. In: Costa, J., & Oliveira, C. (Orgs.). **Cerrado, gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos** (p. 367-380). São Paulo: Intermieios; Belo Horizonte: FAPEMIG; Montes Claros: UNIMONTES, 2012.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BUGRA, A.; AGARTAM, K. (org.). Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: **Market Economy as a Political Project**. Oxford: Palgrave Macmillan, 2007.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ELLIS, F.; BIGGS, S. Evolving themes in rural development 1950s-2000s. **Development Policy Review**, Oxford, v. 19, n. 4, p.437-448, 2001.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: Szmrecsányi, T., & Queda, O. (Orgs.). **Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural** (p. 131-150). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

FERRANTE, V. L. S. B. A proletarização não tem cartas marcadas (a terra no horizonte dos boias-frias). **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, vol.4, p.69-76, 1993.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GONZALEN, K.; BAUM, C. Desdobrando a Teoria Ator-Rede: Reagregando o Social no trabalho de Bruno Latour. **Revista Polis e Psique**, v. 3, p. 142-157, 2013.

GRANOVETTER, M. The impacto social structure on economic outcomes. **Journal of economic perspectives**, v. 19, n.1, p. 33-50, 2005.

HENNERICH, J. E., FILUS, V.; PLEIN, C. O valor, o mercado e o alimento: complexidade de relações ou simples poder de escolha?. **Emancipação**, v. 21, p. 01-17, 2021. doi: 10.5212/Emancipacao.v.21.2115022.019

IBGE. **Desemprego chega a 14,7% no primeiro trimestre, maior desde 2012**. 2021. From <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-depessoas>.

IBGE. **PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões**. 2021. From <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>.

IPCC. The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J. B. R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. **Cambridge University Press**. 2021.

IPCC. Impacts, Adaptation end Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, 2022: Summary for Policymakers [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Tignor, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem (eds.)]. In: Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. **Cambridge University Press**, 2022.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital**

financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. “**Não Congelarás a Imagem**”, ou: Como não desentender o debate Ciência-Religião. *Mana*, 10(2), p. 349- 76, 2004. From <https://www.scielo.br/j/mana/a/TpFPS86FVdyztgb4gZchYJn/?format=pdf&lang=pt>.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede.** São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **Onde aterrar?.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, B. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno.** São Paulo/Riode Janeiro: Ubu Editora/ Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LIMA, R. de S. Práticas alimentares e sociabilidades em famílias rurais da Zona da Mata mineira: mudanças e permanências. **Tese de doutorado**, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, MG, Brasil, 2015.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTEI, L.; ANDRADE, D. C. Agroindústrias e projetos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ, v. 25, p. 83-106, 2017.

MAZALLA NETO, W. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais.** Campinas, São Paulo: Editora Átomo, 2013.

MEDEIROS, L. S. de. Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: Grisa, C., & Schneider, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil** (p.329-380). Editora da UFRGS, 2015.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em**

saúde. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, A. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, A., & Marques, M. (Orgs.). **O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PLEIN, C. **Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural**. Curitiba, Paraná: CRV, 2016.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PONTES, N. **O Elo entre Desmatamento e Epidemias**. Made for minds. 2020. From <https://www.dw.com/pt-br/o-elo-entre-desmatamento-e-epidemiasinvestigado-pela-ci%C3%Aancia/a-53135352>.

PRADO JUNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** (2ª ed). Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. From http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. (3 ed). São Paulo: Altas, 1999.

SANT'ANA, R. S. A realidade agrária e o trabalho do assistente social na

interface com assentamentos rurais. In: Abramides, M.B., & Duriguetto, M. L. (Orgs.). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária** (p.263-277). São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, M. A. **1 território dela geografia**. Milão: Franco Angeli, 2012.

SAQUET, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

SCHENEIDER, S.; ESCHER, F. A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n.27, p. 180-219, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEEG. **Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa-SEEG**. Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil 1970-2019. ANÁLISE DAS EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS METAS DE CLIMA DO BRASIL 1970-2019. 2020, 2021. From https://seegbr.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf.

SCHWATZMAN, S. "Os dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour)". **Novos Estudos**, v.39, p. 172-179, 1994.

SILVA, S. **Valor e renda da terra: movimento do capital no campo**. São Paulo: Polis, 1981.

SOTO, J. Confianza, fator clave en las estrategias de desarrollo agropecuario sustentadas en la innovación. In: Rivera, M., Jaso, A., & Ramirez, I. (Orgs.). **Ciência tecnologia e innovación en el desarrollo de Mexico y América Latina** (p. 85-110). México: UNAM, 2013.

STAINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

TALASKA, A. Ainda existem latifúndios no Brasil? E em Santa Catarina? Uma análise do espaço agrário catarinense. **Grifos**, n. 42, p. 189-210, 2017.

TAMBARA, E. **Modernização e crise na agricultura**. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto, 1985.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WANDERLEY, M. de N. B. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

ZAMBERLAM, J.; Froncheti, A. **Agroecologia: Caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente**. Editora Vozes, 2012.

AS “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA” ORIGINADAS PELA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E PELA ORGANIZAÇÃO COOPERATIVA

FILUS, Veridiany¹⁵;

LIMA, Romilda de Souza¹⁶

“O rural é um amálgama de práticas heterogêneas, estilos mutuamente contrastantes, tendências de desenvolvimento divergentes, posições hegemônicas e mudanças quase subterrâneas que, a princípio, são praticamente imperceptíveis, mas que, por fim, podem mudar a paisagem” (PLOEG, 2011, p.115 e 116).

RESUMO

Face à conjuntura do capitalismo brasileiro contemporâneo, que tem como uma de suas bases a estrutura agrária e agrícola pensada para o país, na qual a produção de *commodities* é uma estratégia sólida para sua manutenção, o presente artigo traz para a discussão experiências diferenciadas, que levam em consideração a manutenção dos recursos naturais e a vida no campo, tendo em vista os impactos nocivos ao ambiente e à população que a organização produtiva vigente acarreta. Nesta perspectiva, tendo em vista fomentar a utilização do termo “redes sociais de resistência”, o artigo, por meio de pesquisa documental e bibliográfica, trará para reflexão a experiência de resistências formadas ao modelo de agricultura referido acima, tendo como pontos norteadores o modelo de produção agroecológica e a estrutura de escoamento de produção cooperativa. Somados a essa delimitação, o artigo procura interconectar os aspectos de relevância de cada experiência de resistência relatada, e identificar as suas amarrações. Pode-se observar que a expansão das “redes sociais de resistência” é crucial ao fortalecimento de ações que perpassam a confluência do debate da posse e do uso da terra e de um desenho de aliança cidade-campo capazes de acelerar a democratização da terra e a transição agroecológica.

PALAVRAS-CHAVE: resistência; agroecologia; cooperativa rural.

ABSTRACT

Given the conjuncture of contemporary Brazil's capitalism which has as one of its basis the agricultural and agrarian structure designed for the country, where commodities production is a solid strategy for its maintenance. This article brings up for discussion a variety of experiences that take into account the maintenance of natural resources and livelihood in the countryside, in view of the harmful

¹⁵ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos – SP; Assistente Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. E-mail: veri_filus@yahoo.com.br

¹⁶ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS-UNIOESTE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044> E-mail: romilda.lima@unioeste.br

impacts on the environment and the population entailed by the current productive organization. In this perspective, with a view to promoting the use of the expression "resistance social networks", the paper, through documentary and bibliographic research that discuss the resistance built against the agricultural model mentioned above and having as guideline the agroecological production model, will fire up reflection on cooperative production flow structure. Added to this delimitation, the paper seeks to interconnect the relevant aspects of each reported resistance experience, and to identify the way in which their binding takes place. It is noticeable that the expansion of "resistance social networks" is crucial to the strengthening of actions that permeate the confluence of the debate on land ownership and tenure and a design of a city-countryside alliance capable of accelerating the democratization of land and agroecological transition, in the face of neoliberalism.

KEYWORDS: resistance; agroecology; rural cooperative.

INTRODUÇÃO

A crise climática vivida na contemporaneidade preocupa inúmeros segmentos da população mundial. Cientistas, ambientalistas, políticos, movimentos populares e sociedade civil, cada qual em seu "lugar de fala"¹⁷, sentem e se expressam em relação aos efeitos da organização estabelecida mundialmente para a utilização dos ditos "recursos naturais".

No contexto atual, o capitalismo monopolista exacerba "o sistema totalizante das contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica" (NETTO, 2011, p. 19). Nesse sentido, aprofunda-se o caráter predatório do sistema, expresso na mercantilização das formas culturais e históricas das comunidades locais; na ampliação da escala de destruição dos recursos naturais; e, no caso dos países periféricos, na privatização do bem público (HARVEY, 2004).

No entanto, conforme sinaliza Foster (2006, p. 239), "o capital do final do século XX e início do século XXI esbarra em barreiras ecológicas no nível da biosfera, que não podem ser superados, como acontecia anteriormente, mediante o 'ajuste espacial' da exploração e expansão geográficas", tendo em vista que a recorrente degradação da periferia e a crescente concentração dos cêntricos se tornam insustentáveis.

Contexto fundamentado a partir do modo capitalista de produção, que,

¹⁷ "Lugar de expressão de um determinado grupo social, lugar onde este aparece e se coloca enquanto sujeito" (FRANÇA, 2001, P.6).

com o respaldo do desenvolvimento tecnológico, proporcionou o domínio da natureza e, concomitantemente, se transformou em fonte de destruição; submetendo a humanidade a um grande paradigma, pois, enquanto esbanja riqueza, produz em igual proporção uma imensidão de miséria¹⁸ (SILVA, 2010).

No entanto, mesmo com tal conjuntura e mobilização, o que também se observa é um movimento contrário e crescente – nos últimos cinquenta anos – de negação da escassez dos recursos e da exploração, somada à negação do fenômeno da mudança climática do planeta (HONORATO; SILVA, 2021). Segundo Honorato e Silva (2021, p. 391), “vivemos um momento em que as elites concluíram não existir mais espaço para elas e o restante dos habitantes do planeta”, pois compreenderam, a partir de 1980, que haveria um colapso global pela escassez de recursos e decidiram não pagar o preço, centralizar as informações e construir comunidades muradas para escapar do fim.

Em um sistema de manipulação que possui traços bem marcados, e que atualmente pode ser exemplificado por governos negacionistas, a exemplo do vivido pelos Estados Unidos no “trumpismo”¹⁹ e no Brasil pelo “bolsonarismo”²⁰. Esses dois contextos representam

um movimento que não mais se direciona para um futuro comum, mas para uma realidade baseada em uma visão provinciana e nacionalista, de retorno a um Local (ou à era de ouro), proposta por algumas pessoas e representando um número ínfimo de interesses (HONORATO; SILVA, 2021, p. 392).

Dentre as estratégias significativas desse negacionismo, pode-se destacar a saída de Donald Trump do acordo de Paris em 2017²¹, e do Brexit na

¹⁸ Em um contexto mediado por uma mobilização de caráter bélico-militar comandado pelos Estados Unidos da América-EUA que aprofunda a subalternidade das economias periféricas (SILVA, 2010).

¹⁹ Primeiro movimento político “a ser pautado pela questão ecológica – embora seja fundamentado pelo seu inverso, a negação completa dessa questão. Latour defende que o “trumpismo” só foi possível nos EUA em virtude da negação das mudanças climáticas. O autor delimita essa posição política como um movimento para fora deste mundo (escapismo), uma vez que este não aponta mais para a construção de uma realidade ou um futuro comum, mas para um mundo que não existe [ou existe apenas na ilusão desse grupo]” (HONORATO; SILVA, 2021, p. 392).

²⁰ Segundo o dicionário Infopédia, bolsonarismo pode ser considerado um conjunto de princípios e práticas políticas associadas ao político brasileiro Jair Bolsonaro, que em 2018 foi eleito o 38º presidente da República do Brasil. Para mais discussões sobre tais expressões, ver: Reis (2020): “Notas para compreensão do Bolsonarismo”.

²¹ Direcionamento que foi revogado poucas horas após a eleição de Biden, em 2020.

Inglaterra, e, no Brasil, por meio do estímulo do presidente da república, a internacionalização da Amazônia, na aprovação de desregulamentações ambientais²², bem como na ampliação de utilização de insumos químicos na agricultura (ROQUE, 2021). A exemplo da criação do Projeto de Lei – PL 6299/2002 - , chamado popularmente de “PL do Veneno”, onde “os interesses da indústria química vêm se impondo por meio de estratégias baseadas em decisões de instâncias e órgãos dos quais se esperava responsabilidade na missão de proteger a saúde humana e a natureza” (DARANCHO, p.62, 2021).

O abrandamento do rigor na análise das liberações de produtos tóxicos, ignorando o impacto na saúde e no meio ambiente, tem possibilitado seguidos recordes nas autorizações para novos venenos. O ano de 2019 superou a marca histórica, com a liberação de 475 novos produtos. E o processo segue, mesmo durante a pandemia, com a autorização de 80 produtos praguicidas (DARANCHO, p.62, 2021).

Diante desse contexto preocupante, é crucial repensar a relação humana com a “natureza”, abandonando de vez a posição de domínio e depredação em busca de interesses e lucros a curto prazo e a qualquer custo ambiental. Latour (2020) afirma que é necessário se pensar em uma total reorientação da política ocidental, que seja contrária ao posicionamento negacionista.

Segundo o autor, há ainda a necessidade de se romper com as oposições entre Local e Global, e entre Esquerda e Direita, pois elas não dão conta de explicar as transformações em curso, no contexto da transição ao novo regime climático e na busca de por onde aterrar. Sugere que a política exclusivamente humana chegue ao fim, pois, em detrimento da soberania entre Estados, do bloqueio das fronteiras, transforma-se aquilo que se intitula “natureza”. Para ele, é necessário que a ecologia política transcenda as dualidades entre ciências naturais e sociais, para dar conta dos agenciamentos coletivos heterogêneos que são processos socionaturais (LATOURE, 2004).

Tarefa que não se configura como algo simples, tendo em vista a injeção

²² No Brasil, fica cada vez mais evidente que a ascensão da extrema direita tem relação direta com o negacionismo climático, alçado à política de Estado por Bolsonaro. Sabemos que existe uma ação concertada de organizações negacionistas para contestar verdades produzidas pela ciência do clima: os “mercadores da dúvida”, que começaram a agir nos anos 1990. Como era impossível negar o aquecimento global antrópico, a única saída era travesti-lo de controvérsia (ROQUE, 2021).

maciça de capital na criação de subsídios estatais, ecologicamente vulneráveis e que por vezes escapam da materialidade do controle social, a exemplo dos incêndios florestais, que têm efeitos imprevistos sobre o vínculo natureza-capital (AGUAYO, 2015).

À luz dos fatos, chega-se à compreensão de que as lutas sociais e ambientais são intrínsecas e inseparáveis, na medida em que ambas têm a necessidade de proteger seus terrenos de vida, em uma proposta que prioriza a articulação do mesmo coletivo²³ (CORNETTA, 2009). Segundo Cornetta (2009), é preciso descobrir o trabalho comum das políticas e das ciências, para torná-las articuláveis e atuantes. Pois natureza e sociedade carecem de uma explicação conjunta, entre humanos e não-humanos, para que possam ser entendidos universalmente pelos interessados nos problemas de transição e transformação ambiental (SCHWARTZMAN, 1994).

Segundo Schwartzman (1994, p. 173), por meio desta articulação o “que importa é transmissão de conhecimentos específicos e locais através de uma grande rede de mediações”, por intermédio da qual se constroem objetos técnicos e científicos que consolidam informações e procedimentos, operando como “caixas pretas”, com informações ainda mais complexas e que podem contribuir para romper com o quadro de negação da sociedade atual.

Quando se pensa nessa articulação para a realidade rural, tais orientações e reordenamentos podem e devem estar conectados, bem como poderão ser sistematizados e operacionalizados por meio de projetos de desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista a importância da agricultura brasileira e do forte movimento popular que ocorre no campo.

Os trabalhadores do campo são os que mais têm a oportunidade de conexão com a natureza, na vivência cotidiana de seu trabalho, o que os torna testemunhas diárias das transformações climáticas, mas também sujeitos de poder, ou seja, que podem usar o lugar de fala para apontar os problemas e também ajudar a pensar e a propor as soluções orientadas para o desenvolvimento rural equilibrado, enquanto ainda há tempo para barrar a

²³ Para Latour, “coletivo distingue-se em primeiro lugar de sociedade, termo que nos remete a uma má distribuição de poderes; e acumula em seguida os antigos poderes da natureza e da sociedade num só lugar” (CORNETTA, 2009, p.131).

destruição planetária.

Para Alves (2008), as propostas de desenvolvimento rural sustentável tendem a seguir três princípios básicos, que são: a valorização da vida em comunidade; o protagonismo dos agricultores; e a ideia de que, por meio da identidade, espírito comunitário, as comunidades possam optar por técnicas agrícolas diferenciadas das implementadas na modernidade. Movimento que desestigmatiza o ator rural enquanto mero receptáculo de tecnologia e insumos e fornecedor de matérias-primas e alimentos para o urbano.

Nesta perspectiva, está dada a promoção da conexão entre as formas de pensar o desenvolvimento rural sustentável voltado aos agricultores, e sua conexão com os consumidores, além de estabelecer uma relação legítima entre esta forma de desenvolvimento e a Teoria Ator-Rede (ANT), tendo em vista o estabelecimento instigante do debate da sociologia ambiental e sua interconexão com as ciências sociais e naturais, e, conseqüentemente, entre os diversos tipos de atores sociais identificados (GUIVANT, 2002).

Nesse sentido, a discussão trazida neste artigo compreende as “redes sociais de resistência”²⁴, enquanto articulação cíclica de atores em redes que se opõem à ideia de negação dos recursos naturais e, conseqüentemente, de uma sociabilidade digna à população periférica.

Para além desta introdução, o artigo conta com a descrição metodológica de seleção dos artigos científicos, com uma contextualização em relação ao assunto da inserção de práticas adversas às preconizadas pela indústria alimentícia; em um terceiro momento, trabalha em específico com as articulações realizadas pela prática agroecológica e a organização cooperativa, visualizando-as enquanto “redes sociais de resistência”, para, por fim, interconectar as experiências delimitadas pelo recorte bibliográfico.

1. PROCESSO METODOLÓGICO

No que compete especificamente à proposta metodológica, parte-se da perspectiva de que o processo científico ocorre pelo caminho do pensamento e

²⁴ Trata-se de um conceito ainda em construção, que articula experiências de oposição às imposições da lógica capitalista do mundo rural e agrário.

na prática exercida na abordagem da realidade (MINAYO, 2016). Com base nessa premissa analítica, realizou-se uma pesquisa quantiquantitativa, que teve como universo de documentos os artigos científicos publicados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES -, entre os anos de 2010 e 2020, corrigidos por pares, e que tiveram como palavras-chave: agroecologia; redes; resistência na primeira busca e cooperativa; rural; redes; resistência na segunda busca, tendo em vista articular as experiências agroecológicas e cooperativas, enquanto “redes sociais de resistência”.

O intuito é traçar um panorama geral de experiências, sistematizadas por meio de artigos científicos, onde se obtiveram 215 artigos com a primeira busca, e 667 na segunda, dos quais existiram conexões de postagem nas duas pesquisas. Dentre esta compilação, e após análise criteriosa do conteúdo dos artigos, foram selecionadas 15 publicações (Tabela 1), que compõem este movimento de identificação dos processos agroecológicos e cooperados ao termo “redes sociais de resistência”, priorizando textos que dialogam com a Teoria Ator-Rede (ANT), por compreender que ela interconecta saberes.

Tabela 01: Relação dos artigos publicados na CAPES entre 2010-2020, que se vincula ao termo “redes sociais de resistência”

| <i>Ano de Publicação:</i> | <i>Revista Científica:</i> | <i>Autores:</i> | <i>Título da obra:</i> |
|---------------------------|--|---|---|
| 2010 | NERA | ALTIERI, M. A. | Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar |
| 2011 | Sociologias | PLOEG, J. D. V.D. | Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional |
| 2011 | Mundo Agrário | BARCELLOS, S. B. | 1- As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária |
| 2011 | INTERthesis | RADOMSKY, G. F. W.; LEAL, O. F. | 2- Risco, sociedade e ambiente: O caso da produção ecológica cooperativa e a gestão global da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais |
| 2012 | NERA | FABRINI, J. E., et al. | Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR |
| 2013 | Acta Scientiarum | CONTE, I.I.; BOFF, L.A, | As crises mundiais e a produção de alimentos no Brasil |
| 2014 | ARS & HUMANITAS | ALQUÉZAR, R., et al. | Prácticas cooperativas: ?Estrategias de supervivencia, movimientos alternativos o reincrustación capitalista? |
| 2014 | NERA | ALMEIDA, R.A.de; HERNÁNDEZ, D. G.; COLLADO, A. C. | A "nova" questão agrária em Andalucia: processos de recampezinação em tempos de impérios agroalimentares |
| 2014 | RMS | SOSSLE, M. B.; NASCIMENTO, L. F. M. Do | 3- As relações interorganizacionais na rede justa trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos produtos do algodão ecológico |
| 2015 | Ambiente & Sociedade | AGUAYO, B.E. C. | Economías campesinas, industria florestal e incêndios: Inestabilidad sociocultural y la agricultura como resyistencia |
| 2015 | Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional | GOMES, R. A.; MATIAS, T. L.; PAULINO, J. S. | 4- Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na microrregião de Campina Grande-PB |
| 2016 | Ra'e Ga | FINATTO, R. A. | 5- Redes de Agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil |
| 2016 | Retratos de Assentamentos | MELO, T. G.; SCOPINHO, R.A.; GONÇALVES, J. C. | 6- Entre o legal e o rural: assentamentos rurais do tipo PDS na microrregião de Ribeirão Preto |
| 2018 | Sociedade e Estado | MELO, T.G.; SCOPINHO, R.A. | 7- Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis |
| 2020 | Retratos de Assentamentos | VILHENA, L.F.N.; FERREIRA, L. A. | 8- Reforma agrária popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA |

Fonte: Periódicos CAPES, sistematização das autoras.

Dos quinze artigos observados na Tabela 1, serão utilizados apenas os

numerados de 1 a 8, tendo em vista que estes versam sobre a realidade brasileira e são os que mais se aproximam da fundamentação do termo “redes sociais de resistência.

2. CENÁRIO DE INSERÇÃO DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E ORGANIZAÇÃO COOPERADA NO RURAL BRASILEIRO

No sistema planetário capitalista, que se apoia na pilhagem dos recursos naturais e na busca do rompimento das barreiras da expansão do valor, acentua-se a disputa pelos recursos (HARVEY, 2004), o que faz da questão ambiental uma pauta de caráter global, em um emaranhado jogo de forças, onde a degradação encontra-se medida pela disputa entre os Estados. Nesse ambiente, se sustentam e se aprofundam as características da acumulação primitiva – expulsão dos camponeses, mercantilização da terra, transformação das formas de usufruto e de propriedade voltadas ao setor privado, supressão das formas alternativas de produção, subordinação econômica e política das nações periféricas, usura e sistema de crédito – e criam-se novos mecanismos de acumulação que perpassam o caráter predatório do sistema (HARVEY, 2004).

Segundo Silva (2010, p.87), dentre essas novas características destacam-se,

a) a ênfase nos direitos de propriedade intelectual nas negociações da Organização Mundial do Comércio – OMC - e a biopirataria em benefício das grandes corporações; b) a mercantilização das formas culturais e históricas, das formas simbólicas de expressão humana, com a exploração da cultura, sobretudo das comunidades locais; c) a escalada da destruição dos recursos naturais e a degradação do planeta, inclusive com a mercadificação dos recursos ambientais globais como a água, o ar e o subsolo; d) as privatizações dos bens públicos, a exemplo das universidades.

No entanto, mesmo neste cenário hostil, ocorrem, no cerne das comunidades, movimentos de luta que se colocam e se reproduzem como formas de resistência. No Brasil, a luta contra os desequilíbrios sociais, espaciais e ambientais está articulada ao fortalecimento de uma agricultura mais diversa e em expansão, e atrelada à luta pelo acesso à terra e subsídios.

Contudo, é válido ressaltar, que

diferentemente de outros modelos de colonização surgidos na segunda metade do século XIX, tais como o australiano e o norte-americano, o governo brasileiro, apesar de algumas poucas experiências no Sul do país, não possuía um projeto de ocupação da terra baseado na pequena propriedade e na criação de um campesinato. O que estava em questão era o abastecimento de mão de obra para as grandes unidades produtoras de café e a viabilização do avanço e da ocupação da fronteira agrícola (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p.220).

Conjuntura que, mesmo revestida pelo discurso da liberdade, submeteu os imigrantes a relações de trabalho insalubres, a exemplo das parcerias e do sistema de colonato. Situação que teve um arrefecimento após a crise de 1929 e do golpe de 1930, quando se intensifica a fase de industrialização brasileira, tendo em vista a dificuldade de importação e os baixos preços pagos por produtos exportáveis.

Os ares de rentabilidade da indústria brasileira contribuíram para uma expressiva redução do controle dos preços dos produtos agrícolas e para os processos de migração, que foram identificados de forma expressiva no século XX.

Sendo assim,

A agricultura, bem como o latifúndio, adquire outro papel nessa situação. É claro que continua sendo fundamental nessa economia, uma vez que é responsável pelas entradas de divisas destinadas ao suprimento das necessidades de bens de capitais e intermediários de produção externa e também pelo abastecimento do mercado interno de alimentos e de matérias-primas estratégicas, como o algodão. Porém a atividade agrícola perde a centralidade do ponto de vista da dinâmica econômica agora capitaneada pela indústria e pela renda interna (NAKATANI; FALEIROS; VARGAS, 2012, p.222).

Trata-se de estratégia governamental que demandou resposta da parte dos latifundiários brasileiros, tendo em vista o declínio de sua lucratividade e participação; os proprietários de terra optaram pelo desenvolvimento de uma agricultura com pouca relação entre capital e trabalho (redução de mão-de-obra assalariada), além da manutenção de salários subumanos e com a utilização do ambiente de produção predatório. Nas palavras de Oliveira (2003), esse contexto contribui para uma “unidade de contrários”, na qual ocorre o avanço da industrialização no país, que amplia consideravelmente a demanda por bens e salários, enquanto o setor agrícola incorpora novas terras, por meio do desmatamento e a inclusão de novas lavouras permanentes, em um modelo de

reprodução da miséria, mas que mantém , com um baixo custo, o fornecimento de insumos e produtos para o urbano.

Em um modelo intitulado agronegócio, que amplia a articulação entre expropriação e exploração dos trabalhadores rurais, ao passo que é e sempre foi beneficiado por programas e projetos especiais, que garantem ao latifúndio a obtenção de linhas de apoio, validando um viés conservador do agrário brasileiro, que consolida este modelo até os dias atuais, batendo recordes de produtividade, sem realizar reformas.

Fator que se evidencia nos saldos advindos das atividades agropecuárias, que saltaram de 7,9 bilhões, entre 1996 e 2005, para 105,1 bilhões de dólares em 2021, mesmo em período pandêmico, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. Cenário que evidencia que historicamente, “seja em governos autoritários e militares, seja em governos marcados pela democracia eleitoral (a que nos resta), a estrutura da propriedade da terra pouco se alterou no Brasil nos últimos cinquenta anos” (NAKATANI; FALEIORS; VARGAS, 2012, p.234). O que valida no capitalismo contemporâneo, que a coordenação de atores e ações é central na configuração de um território que se encontra concentrado em monoculturas que dominam a paisagem (AGUAYO, 2015).

Nas palavras de Ploeg (2008), tendo em vista a incessante busca por racionalizar o sistema de acumulação e, neste processo a terra, ocorre um movimento de desnacionalização da propriedade e dos produtos de bens de consumo, em detrimento dos “Impérios Agroalimentares”²⁵. No entanto, com a implementação de “império dos alimentos”, o que se tem de maneira geral é uma falta generalizada de acesso aos alimentos nos países periféricos, que já contabilizam mais de 800 milhões de pessoas no planeta. Segundo Ploeg (2008),

o império faz o mundo parecer um mercado, e mais: ele controla os mercados com um dinamismo impressionante. Reproduz-se através da abertura e alteração de fronteiras e faz com que a própria noção de alimentos seja redefinida constantemente. Logo, se os alimentos são

²⁵ “O ordenamento dos Impérios significa o controle do território e a disseminação de normas e padrões como forma de assegurar a apropriação das riquezas. Situação que sinaliza que o capital encontrou fôlego no sistema agroalimentar e no controle dos bens primários, em particular minérios, grãos, agrocombustíveis e celulose – grande parte transformada em commodities” (ALMEIDA; HERNÁNDEZ; COLLADO, 2014, p.09).

transformados em mercadorias, conforme descrevemos anteriormente, em decorrência dos impérios alimentares e seus lucros, a solução para sanar a fome não está nos mercados, tampouco no livre comércio (CONTE; BOFF, 2013, p.55).

Na questão alimentar, o que se apresenta é problema de expropriação e de não distribuição dos alimentos produzidos, além do intenso uso de agrotóxicos e alteração genética dos produtos, os quais acabam sendo transformados em *commodities* (CONTE; BOFF, 2013). Nesse sistema, a natureza, apesar de participar do processo de acumulação, torna-se invisível aos processos humanos, naturais, materiais e tecnológicos, e se entrelaça na criação do híbrido socionatural, que está repleto de tensões e conflitos que impulsionam as comunidades a se adaptarem às condições adversas e à pressão das economias dominantes, com novas formas de negociar e resistir.

Segundo Ploeg (2011, p. 129 e 130), os atores incitam à busca por novos bens e serviços que eram e são criados, levando em consideração que “os principais mercados para os produtos padronizados apresentam falhas sistemáticas (devido, entre outras coisas, à posição central dos impérios alimentares na governança desses mercados)”. Desta forma, os atuais processos de desenvolvimento rural sustentável são caracterizados por um conjunto de respostas às falhas de mercado, que requerem o envolvimento e a construção ativa de novos mercados. O que indica que estamos diante de uma questão que se coloca frente ao sistema capitalista e seu modo de produção e reprodução, e que está atrelada à sobrevivência do planeta e dos seres humanos que precisam se alimentar (CONTE; BOFF, 2013).

Tendo em vista a possibilidade de acesso às políticas públicas, especialmente após a Constituição Federal de 1988, e às demais regulamentações acessórias que implementaram a categoria agricultor(a) familiar. Nesta linha, e conforme já citado acima, o governo se vê pressionado pela persistente pressão popular, e adota a categoria agricultura familiar como uma “estratégia para resolver o problema de abastecimento alimentar, integrar os pequenos agricultores à agricultura empresarial e inibir os conflitos no campo²⁶” (MELO; SCOPINHO, 2018, p.66). Posicionamento que acaba por

²⁶ Este posicionamento continuou a ser pautado por agências internacionais e pelas diretrizes do Banco Mundial. Segundo Pereira e Sauer (2011), entre 1990 e 2000, formulou-se um conjunto

fomentar políticas como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf - e ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, bem como estratégias distributivas como o Bolsa Verde (que inclui um benefício de R\$ 300,00 mensais, sementes e cisternas), e o próprio Bolsa-Família, que acaba abarcando parcelas da população rural, em uma política de “ajustamento constrangido” (DELGADO, 2005).

Segundo Nakatani; Faleiros; Vargas (2012, p. 237), isso ocorre, em grande parte, devido aos “limites fiscais e estruturais de nossa economia e a correlata necessidade (crescente) de geração de superávits via exportação de commodities viáveis apenas em grandes escalas (latifúndios), sobretudo nas lavouras ligadas à produção de biocombustíveis”, bem como, devido “ à força política da bancada ruralista e à defesa contundente que o governo brasileiro tem feito dessa forma de inserção absolutamente especializada na economia mundial”. Estratégias que se refletem na redução de crédito para a efetivação de assentamentos e para recursos destinados à obtenção de área de reforma agrária, o que faz da luta do trabalhador rural/camponês/agricultor familiar uma forma de resistência ativa e, por vezes, alternativa.

Nesses espaços de resistência, os interesses dos diferentes atores - terra, natureza, sementes, biodiversidade, trabalhador rural/camponês/agricultor familiar – são ponderados dentro de uma dinâmica que problematiza os critérios de racionalidade econômica e insere práticas redefinidas, por meio desses interesses, em um projeto de atuação “pós-capitalista” (GIBSON-GRAHAM, 2006).

Dentre os movimentos destaca-se a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que defende uma inserção própria de cooperação para os assentamentos, principalmente após os anos 90, com uma nova proposta de luta campesina intitulada: “Reforma Agrária Popular²⁷”, a qual

de medidas para tratar a questão agrária referenciando-a aos interesses do capital transnacional, como mecanismo para equacionar o endividamento externo do país. “No discurso oficial, a esfera local (municipal e microrregional) tornou-se protagonista para os assentamentos, pois a base para o desenvolvimento sustentável estaria na organização de instituições locais por meio de ações cooperativas, fomentadas por parcerias e linhas de crédito. Ao mesmo tempo, incentivou-se a criação de um perfil de produtor moderno, alinhado ao padrão empresarial e produtor de commodities” (MELO; SCOPINHO, 2018, p.66).

²⁷ Dentre as principais propostas deste novo modelo de reforma agrária, estão: o rompimento

é ancorada em princípios da agroecologia, para a produção de comida em prol da soberania alimentar. O movimento tem em sua defesa a manutenção da biodiversidade e da saúde da população, bem como a inclusão do pequeno produtor, haja visto a falta de uma reforma agrária social no país.

Motivado por tais aspectos, o MST identificou que era necessário lapidar os modelos de assentamentos, passando do interesse somente em trabalho e produção, em busca de uma nova estrutura que ampliasse a participação dos militantes, assentados, acampados, o que os fez se aproximar da agroecologia. Nesta articulação, o agricultor passa a ter mais destaque nas ações, sendo sujeito criador da sua existência que fortalece o social, o político e o ambiental em seus espaços (BERNAT, 2012; BORSATTO; CARMO, 2013; VILHENA; FERREIRA, 2020).

Locais identificados pelos participantes do movimento como espaços de resistência frente à hegemonia do modelo produtivista do agronegócio, mas que também refletem a historicidade das relações socioeconômicas desiguais da agricultura brasileira, e possibilitam a criação da agricultura de base familiar e comunitária (WANDERLEY, 2014). E que fomentam um caráter familiar para as atividades produtivas e de uma organização do trabalho pautada na cooperação; e mais do que uma forma de produzir, correspondem a uma cultura (identidade cultura/ sentimento de pertença). Pois, diferentemente de que se previa, o agricultor/camponês não desapareceu, e ainda apresenta características que validam a sua manutenção e que representam uma alternativa ao modelo produtivista capitalista de mercado (BOSETTI, 2012).

A exemplo do MST, com a experiência da “Reforma Popular” citada acima, que, para além da mobilização por distribuição de terras, mobiliza-se em prol do fortalecimento local por meio da produção de alimentos saudáveis e do fortalecimento da segurança alimentar nesses espaços.

com a monocultura e a promoção de uma agricultura diversificada; produção sustentada em bases agroecológicas, livres de agrotóxicos e transgênicos; e produção de alimentos saudáveis, preservando a saúde do camponês e do consumidor. Suas principais diretrizes são: formação agroecológica; intercâmbio de experiências entre os camponeses; desenvolvimento de tecnologias adequadas aos agroecossistemas; infraestrutura para o manejo; criação de sistemas florestais e preservação de coberturas nativas; e maquinários e equipamentos adequados à produção camponesa (MST, 2013).

Segundo Santos, et al. (2014), é pela agroecologia que movimentos como o MST têm encontrado princípios e fundamentos para enfrentar os avanços do agronegócio, pois a prática agroecológica tem sido construída como possibilidade de uma real sustentabilidade para o meio rural, dispondo de bases técnico-científicas e estratégias de desenvolvimento, compatíveis com a realidade camponesa, objetivando a permanência das famílias no campo, o manejo sustentável dos solos, a conservação de recursos naturais, a valorização dos saberes locais e a autonomia do agricultor. Autonomia esta que, sob a ótica da agroecologia, está pautada na possibilidade de produzirem o que precisam; da forma que desejam e com os recursos que escolherem, visando ser o mais independentes possível (FACCO, 2015).

Na contramão da manutenção dos impérios alimentares, estas experiências proporcionam o fomento de mercados emergentes inseridos “em novas redes sociotécnicas que visam a proteger espaços específicos contra o regime imperial e, ao mesmo tempo, possibilitar a construção de trajetórias de desenvolvimento que ultrapassem as limitações inerentes a este regime” (PLOEG, 2011, p.124). E, por sofrerem um processo de integração por meio de seu reconhecimento enquanto categoria social, também sofrem influência do mercado institucional, via implementação de políticas públicas. Como exemplo, podemos citar o mercado emergente alinhado à dinâmica da alimentação escolar, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Atualmente, o PNAE especifica que pelo menos 30% dos alimentos distribuídos a escolas, hospitais, instituições de caridade devem ser adquiridos localmente de camponeses e agricultores familiares. Em 2010, o PNAE possuía um orçamento de 1,7 bilhões de dólares. Assim, o programa criou um mercado aninhado que tanto sustenta a merenda escolar (um elemento essencial no combate à fome) como, simultaneamente, construiu um canal de distribuição para mais de 300.000 pequenos agricultores (SCHNEIDER; TRICHES, 2010). Somado ao PNAE, também se pode destacar a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA²⁸ e as atividades desenvolvidas com o projeto

²⁸ “O PAA articula-se por meio de convênios com as administrações estaduais e municipais, representados pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e Cidadania. Em 2008, aproximadamente 3.300 produtores assentados participaram do PAA, (cerca de 20% do total), o que fez de São Paulo um dos

ECOVIDA²⁹.

Conforme afirmam Peterson (2009) e Ploeg (2011, p.125), a

desmonopolização dos atuais mercados de terra, crédito e assistência técnica - fortemente conduzida pelos movimentos sociais - e o subsequente “reaninhamento” (*re-nesting*) desses mercados em novos padrões de governança são características centrais do desenvolvimento rural no Brasil. O mesmo vale para a desvinculação entre a agricultura e os grandes mercados de agroquímicos – uma mudança conduzida pelo movimento agroecológico.

Somado ao movimento agroecológico, outro fator, entendido como instrumento de desenvolvimento econômico e social e objeto de regulamentação legal neste contexto, é o cooperativismo, compreendido enquanto princípio organizativo das atividades econômicas, que é apropriado principalmente em sua utilização para a comercialização de produtos.

Com sua regulamentação datada da década de 30, tem nos assentamentos rurais recentes um papel crucial enquanto figurara organizativa a partir do surgimento das primeiras linhas de crédito específicas para os trabalhadores rurais assentados no final de década de 1980, cujo foco são programas de fomento à produção e à comercialização (MELO; SCOPINHO, 2018).

estados com maior representatividade de assentados no programa, em que o PAA movimentou, em 2013, 51 milhões de reais, representando 28% do total comercializado no país. O orçamento do programa, no mesmo ano, foi de 1,3 bilhão de reais (Incra, 2014). Porém, de acordo com Cardoso e Beghin (2016), de 2013 para 2015 os recursos autorizados destinados ao PAA diminuíram em 82,2%; de 2012, ano do melhor desempenho do programa, a 2015 (dados de janeiro a setembro), o total de agricultores cadastrados diminuiu em 33,2%, em todas as modalidades; na modalidade Doação Simultânea – Conab -, a diminuição no mesmo período foi de 93.780 para 16.965 (82%). A substancial diminuição dos recursos autorizados para investimento no programa explica a também substancial queda no número de beneficiários do PAA. O quadro se agravou porque, em 2016, dos R\$ 560 milhões previstos para a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar apenas 428 milhões foram autorizados no Projeto de Lei Orçamentária de 2016” (MELO; SCOPINHO, 2018, p.69).

²⁹ “Os requisitos de inserção dos trabalhadores rurais no programa são: enquadrar-se ao Pronaf, cumprir os requisitos de controle de qualidade dos alimentos e respeitar a cota de comercialização. Além disso, a legislação estabelece que as aquisições de alimentos sejam realizadas por meio de cooperativas ou associações organizadas pelos produtores, coincidindo com um dos objetivos estabelecidos no decreto: estimular o cooperativismo e o associativismo” (MELO; SCOPINHO, 2018, p.69)

3. A ORGANIZAÇÃO COOPERADA E A AGROECOLÓGICA, COMO FORMAS DE RESISTÊNCIA

Com base nos argumentos estruturados até o momento, é importante a reflexão sobre as políticas e estratégias estabelecidas nas relações campo e cidade, no interior da lógica de desenvolvimento, e problematizar as relações entre o modelo de acumulação vigente e as economias de resistência, oriundas da agricultura familiar/camponesa. Tal reflexão carece de urgência, pois, para além das expectativas mercadológicas, é preciso pensar em garantir um desenvolvimento ecologicamente e socialmente sustentável.

Neste aspecto, entende-se o termo sustentável como um modo de sobrevivência em que a vida não seja constantemente ameaçada de extinção (CAVALCANTI, 2004); e quando atrelada à noção de desenvolvimento rural, esta seja objeto de múltiplas práticas, expressas na intencionalidade dos atores que se materializam individual e coletivamente; e por ações estatais de coordenação e regulamentação das práticas heterogêneas (PLOEG. 2011).

Segundo Andrioli (2009) e nas palavras de Conte e Boff (2013, p.50), é preciso:

Compreender uma lógica coerente de integração da produção e aplicação de conhecimento científico e tecnológico com o meio natural, social, econômico e cultural, e suas implicações com a qualidade de vida humana e dos demais seres, assim como do próprio planeta. Isso implica, em última instância, numa lógica menos hierárquica e mais horizontal, com mudanças profundas nas relações estabelecidas entre desenvolvimento e crescimento econômico de um país.

Com ações que preconizam a reconstrução da multifuncionalidade dos diferentes processos de agricultura e estimulem a criação de novos mercados que representem uma mudança de contexto, a exemplo das agroindústrias familiares. Com uma proposta de interconexão entre indivíduos, natureza, tecnologia e artefatos materiais (humanos e não-humanos) enquanto redes, agenciamentos e associações heterogêneas. Isso implica superar ações reducionistas que consideram as condições materiais ou os seres humanos como causas últimas de mudança ou da estabilidade social. Sendo necessário compreender as relações como complexas e contingentes, e que a ação é produto da implexa mobilização de uma rede de atores e atuantes (LATOUR,

2006).

Essa relação, aplicada ao cenário político, implica em politização enquanto membros de associações coletivas que transcendem as dicotomias entre sujeito e objeto (AGUAYO, 2015), considerando o desenvolvimento rural enquanto conjunto de respostas às falhas de mercado; e que essas respostas implicam e evoluem através da construção de novos mercados (PLOEG; YE; SCHNEIDER, 2011).

Contexto que se reflete em uma aparente contradição pois existem “mercados de produtos básicos (commodities) globalizados e liberalizados para produtos agrícolas e os alimentos. Estes são os mercados que, cada vez mais, geram as já mencionadas falhas de mercado: desigualdades sociais e espaciais agudas” (PLOEG, 2011, p. 122) e a imersão de novos mercados.

Segundo Gibson-Graham (2008), para compreender a sutileza desse duplo movimento de reapropriação e resistência em meio a crises, é necessário manter os conceitos de articulação, integração e hegemonia, em oposição à diversidade e ao pluralismo; no entendimento de que as noções de conflito conectam outras experiências econômicas com a ideia de luta social e resistência à desapropriação e à exploração.

Ambientes onde ocorrem estratégias de solidificação de mercados mais coerentes, com o fomento de práticas cooperativas que constituem a espinha dorsal da reprodução social nas sociedades humanas, tendo em vista aspectos como reciprocidade, redistribuição; e o fomento de sistemas comunitários e com uma lógica diferenciada, impulsionados pelas crises da atual reestruturação do desenvolvimento capitalista.

Na prática, o que se identifica é a multiplicação de movimentos alternativos estruturados em torno de ações cooperativas, das quais inúmeras estão envolvidas em processos de luta, a exemplo das práticas cooperativas existentes via movimento social (MST, Vila Campesina, Projeto Ecovida). Tendo em vista que por meio da organização social e cooperada contribui para a melhoria das condições de vida da família rural.

Atrelado ao sistema cooperativo, a racionalidade ecológica do trabalhador rural/agricultor familiar/camponês persiste enquanto atividade energética

oriunda de matéria viva de inclusão do trabalhador e de unidade doméstica de trabalho, que vê nas cooperativas formas dinâmicas de articulação com o sistema. Tendo em vista que é a união das cooperativas com as associações de consumidores, entre outras relações, que possibilitará um processo de conscientização global.

Permeada por tais práticas, a agroecologia nasce das críticas ao atual sistema de desenvolvimento dominante, expresso na ideia de que o crescimento econômico, considerando exclusivamente o Produto Interno Bruto-PIB por si só possa promover o desenvolvimento socioeconômico. Defende-se, portanto, a construção um novo sistema com propósitos de solidariedade, respeito e generosidade (SICARD, 2009). Sendo um

modo de pensar que implica a revisão dos atuais níveis de consumismo impostos pelo modo de pensar capitalista. Indubitavelmente, o desafio do momento é alinhar o debate da Questão Agrária com o da transição agroecológica numa perspectiva global, uma vez que tanto a questão da terra, como a dos alimentos, se tornou um problema mundial cujos atores hegemônicos são capitais transnacionais” (ALMEIDA, HERNÁNDEZ; COLLADO, 2014, P.13).

Na mesma linha de pensamento, preconiza-se a insistência em processos que gerem estratégias de transição gradativa dos sistemas agrícolas convencionais para sistemas agrícolas alternativos, com ações de instância local e atrelados à participação dos sujeitos. Pois, apesar da agroecologia se apresentar como uma ciência nova (CAPORAL, 2009), ela dá suporte aos trabalhadores rurais/agricultores familiares/camponeses para resgatarem práticas ancestrais de cultivo e sustento, além de impactar nas relações de poder nas quais os mesmos estão inseridos.

4. MOVIMENTOS SOCIAIS E “REDES SOCIAIS DE RESISTÊNCIA”, UMA LEITURA A PARTIR DO RECORTE BIBLIOGRÁFICO

Diante das dinâmicas cooperativa e agroecológica esboçadas no ponto anterior, identifica-se que elas mobilizam a sociedade civil organizada, por proporcionarem a seus adeptos alternativas repletas de significados. Dentre as articulações existentes, é massiva a participação de movimentos sociais de extração popular, empresas e redes de atores que operam paralelamente (e por

vezes de forma conjunta/interligada) às instituições estatais na produção dos processos de desenvolvimento rural sustentável. Nesses espaços, a presença da capacidade inovadora desses atores é distinta de um lugar para outro, assim como as coalizões e/ou confrontos em que eles se engajam, fator que impede a restrição de implementação das políticas (PLOEG, 2011).

Com o propósito de articular essas experiências ao termo “redes sociais de resistência”, para além do recorte bibliográfico exemplificado na Tabela 1, realizou-se uma reflexão aprofundada entre as atividades práticas que mais se articulam à identificação da produção agroecológica e da organização cooperativa com o referido termo.

Longe de sanar todas as possibilidades analíticas dos estudos elencados, a proposta aqui é articular suas experiências e resultados ao fortalecimento do termo “redes sociais de resistência”.

4.1. Da organização do recorte bibliográfico

Para tanto, das 15 referências da Tabela 1, foram extraídos 8 artigos (que se encontram negritos e numerados na Tabela 1), para esta reflexão. Conforme pode ser observado abaixo, na Tabela 2, foi realizada uma síntese dos objetivos dos trabalhos utilizados, bem como um resumo da metodologia utilizada para a coleta de dados, tendo em vista uma melhor visualização por parte do interlocutor.

Tabela 02: Objetivos e orientação metodológica dos artigos empíricos que fomentam o termo “redes sociais de resistência”, extraídos da CAPES entre 2010-2020.

| <i>Título da obra:</i> | <i>Objetivos do estudo:</i> | <i>Recorte, metodologia e sistematização de dados:</i> |
|---|--|--|
| <i>1- As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária</i> | Identificar quais são as disputas e os conflitos acerca da consolidação da agroecologia como uma das alternativas e iniciativas de desenvolvimento em um assentamento de reforma agrária. | Ocorreu no Assentamento Santa Rosa que está localizado em Tupanciretã-RS. Realizada por meio de pesquisa bibliográfica e relato das percepções de vivências em alguns assentamentos. |
| <i>2- Risco, sociedade e ambiente: O caso da produção ecológica cooperativa e a gestão global da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais</i> | Subsidiar o debate sobre risco, a partir de uma análise sobre a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais. Examinando o caso de agricultores ecológicos vinculados à Ecovida. | A pesquisa, de caráter etnográfico, foi realizada com agricultores ecológicos, técnicos mediadores e consumidores vinculados à rede no oeste catarinense, especificamente em: Chapecó, Guatambu, Pinhalzinho, Quilombo, Seara e Novo Horizonte-SC. |
| <i>3- As relações interorganizacionais na rede justa trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos produtos do algodão ecológico</i> | Analisar a comercialização dos produtos da Justa Trama, bem como as relações entre os elos finais dessa cadeia de produção. | A pesquisa se utilizou de estudo de caso e foi realizada na rede Justa Trama de Porto Alegre-RS. Com visitas ao Trama Justa de POA e entrevista com a sua presidente, com perguntas abertas, que abordaram aspectos relacionados à comercialização e à relação entre produtores, comerciantes e consumidores. |
| <i>4- Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na microrregião de Campina Grande-PB</i> | Analisar como atua o circuito de políticas, programas e ações voltadas para o desenvolvimento de 7 feiras na Microrregião de Campina Grande, utilizando como perspectiva de análise a teoria do Ator-Rede de Bruno Latour. | A pesquisa foi realizada com feirantes e as distintas representações que apoiam as feiras em Boa Vista, Campina Grande, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Queimadas, Puxinanã e Serra Redonda. Foram realizadas 12 entrevistas com lideranças do bairro e 5 cartografias sociais com pessoas consideradas relevantes dentro das comunidades. |
| <i>5- Redes de Agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil</i> | Analisar as relações nas redes de algumas cooperativas, associações e empresas que desenvolvem a agroecologia e a produção orgânica na região Sul do Brasil. | A pesquisa foi realizada com representantes de 6 cooperativas, 3 associações e 8 empresas. Foram utilizadas entrevistas amparadas em roteiros semiestruturados e o questionário. |
| <i>6- Entre o legal e o rural: assentamentos rurais do tipo PDS na microrregião de Ribeirão Preto</i> | Compreender a relação que se estabelece entre os assentados e os mecanismos para implantação dos projetos de assentamento do tipo PDS na Macrorregião de Ribeirão Preto-SP, especificamente as condições técnicas e sociais para a realização da agroecologia e da cooperação. | Realizada no território canavieiro na região de Ribeirão Preto-SP. Utilizou-se de pesquisa etnográfica, acompanhando o cotidiano dos trabalhadores rurais assentados . |
| <i>7- Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis</i> | Refletir sobre a distância que separa a concepção de desenvolvimento rural presente nas políticas públicas para os assentamentos e a realidade dos trabalhadores organizados em cooperativas. | A pesquisa foi realizada em uma cooperativa de um assentamento rural, localizado em Ribeirão Preto-SP, entre 2013 e 2015. Por meio de estudo de caso, levantamentos bibliográficos e documentais, observações empíricas e entrevistas semiestruturadas realizadas com cooperados e representantes do movimento social e do serviço de assistência técnica. |
| <i>8- Reforma agrária popular do MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA</i> | Analisar como a “Reforma Agrária Popular” está sendo aplicada no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA, identificando seus avanços e limitações. | A pesquisa foi realizada com assentados do PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA. Teve uma abordagem interdisciplinar e qualitativa, com foco nas dimensões sociais e produtivas. Teve a documentação indireta; a observação participante; análise histórica; e algumas ferramentas da metodologia de Diagnósticos Rurais Participativos como: para sua realização. |

Fonte: Periódicos Capes (2010-2020), sistematização das autoras (2022).

Na tabela acima se observa uma diversidade de lócus de pesquisa, e, embora num primeiro momento (Tabela 1) estejam elencadas pesquisas fora do Brasil, o intuito da Tabela 2 é delimitar as experiências de resistência brasileiras; das quais se destacam as do sul do país (artigos 1, 2, 3, 4), com ênfase para as ocorridas no Rio Grande do Sul e que compõem a análise de 3 artigos. Além das pesquisas que se dão na Paraíba (artigos 4 e 8) e no Estado de São Paulo (artigos 6 e 7), que ocorrem especificamente no município de Ribeirão Preto.

Dentre os objetivos dos artigos selecionados, em sua maioria a proposta foi analisar aspectos referentes às redes de comercialização dos produtos, seja por meio de associações, seja por meio de cooperativas e feiras, além de trazer para a discussão as questões de disputas e conflitos em prol da consolidação da agroecologia e da manutenção da biodiversidade (artigos 1 e 2) e a relação entre assentados e a implementação de assentamentos com o foco agroecológico (artigos 6 e 8).

No que compete à metodologia, ao recorte e aos instrumentais de coletas de dados, apenas dois artigos são descritos explicitamente enquanto pesquisas etnográficas (artigos 2 e 6): um artigo se intitula como estudo de caso (artigo 3) e outro enquanto pesquisa interdisciplinar qualitativa (artigo 8).

Em relação ao recorte de pesquisa, apenas um não engloba os agricultores (cooperados, assentados, feirantes) enquanto protagonistas da coleta de dados, artigo em que a prioridade foi entrevistar o presidente da rede de escoamento de produção. Nos demais, além dos agricultores, também foram coletadas informações de atores que compõem as redes, sendo eles: técnicos, mediadores, representantes das feiras, integrantes dos movimentos sociais. Em sua maioria, para a coleta de informações foram realizados entrevistas e questionários.

4.2. A experiência das “redes sociais de resistência”

Dentre os resultados obtidos por meio das pesquisas sistematizadas nos artigos, identifica-se como característica relevante a utilização da agroecologia enquanto movimento de resistência. Fator que fica evidente no discurso dos agentes atuantes no MST, no que se refere às questões relativas às tradições,

à família e à formação escolar-acadêmica, o que garante uma característica peculiar ao movimento e à sua base social, junto às experiências em agroecologia nos assentamentos rurais. Esses atores sociais atuantes junto aos assentamentos desenvolvem iniciativas e ações em agroecologia e dão a elas a conotação de questionamento e resistência, exercida e vivenciada em relação ao modelo do agronegócio (artigo 1).

Segundo a pesquisa elaborada no artigo 8, a proposta agroecológica, somada aos espaços do MST, tem avançado, proporcionando aos assentados uma produção diversificada e orgânica, capaz de proteger e recuperar o meio ambiente, além de proporcionar sua alimentação e renda. Fatores de resistência que se evidenciam nos resultados das coletas de dados das pesquisas, e que consideram os espaços dos assentamentos como locais que garantem a reconstrução de relações sociais e o resgate de diferentes sentidos, como o de moradia, de relação com a natureza e o de autoestima (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016). No entanto, conforme sinalizam Vilhena e Ferreira (2020), a atividade agroecológica ainda enfrenta as consequências do monocultivo e questões associadas às limitações físicas dos assentados, além do pouco apoio recebido do poder público local.

No caso específico do assentamento de Santa Rosa - RS (artigo 1), as experiências em agroecologia ocorrem associadas ao modo de produção agropecuária e enquanto resistência contra-hegemônica/ou alternativa, com atividades que ocorrem por meio de ações que se materializam naquele espaço e assumem uma conotação de ruptura.

Para além da produção, e como estratégias de manutenção desses espaços diversos, encontram-se as feiras agroecológicas (artigo 6) e a manutenção de banco de sementes (artigo 8), que se caracterizam como espaços de sociabilidade e de troca de experiências e trazem a valorização de produtos locais, além de conseguirem ressignificar os vínculos sociais entre produtores e consumidores.

Conforme se observa no artigo 5, as feiras agroecológicas se instituem como uma notória motivação de compra e venda entre comerciantes e consumidores, em um contexto que fomenta a existência das redes de agroecologia, que só são possíveis a partir da mobilização e pressão política no

apoio à legalidade da certificação participativa e a ampliação de produtos ecológicos oriundos da agricultura familiar, em programas como o PAA e o PNAE (FINATTO, 2016.; MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016).

Segundo o que foi discutido no artigo 2, esses locais também contribuem para a manutenção da base genética, em detrimento da diminuição das variedades de espécies vegetais, por meio da multiplicação de sementes, processo que estimula a valorização e a salvaguarda de conhecimentos tradicionais, na sua multiplicidade.

Nessa sistemática de operacionalização das feiras e no resguardo de sementes, se produzem relações de confiança que fazem com que os agricultores as reconheçam como essenciais. Aspectos que revelam que, mesmo sem uma intencionalidade explícita nesse sentido, tais propostas de resistência projetam na agroecologia uma ferramenta de disputa de poder, associada ao debate ambiental. Contexto que se materializa por intermédio das organizações sociais que propõem esquemas coletivos de resistência aos controles sobre a natureza e os saberes, a exemplo das ações de multiplicação de sementes, incentivo ao fomento de certificações coletivas e promoção da multiplicidade dos saberes do campo (BARCELLOS, 2011).

Resultado do esforço coletivo, que busca problematizar os riscos e garantir um certo controle por parte dos agricultores familiares/assentados no que compete à sua reprodução e manutenção, caracterizadas pela predominância de fluxos curtos representando a preferência pelo mercado local e regional para os produtos, pela diversidade de funções ocupadas pelos agricultores e pela utilização de estratégias de certificação participativa, conforme se pode observar nas considerações sinalizadas no artigo 5.

Locais onde os agricultores familiares/assentados/feirantes são protagonistas dos processos sociais, sem perder de vista os condicionantes históricos e estruturais. Em que sejam consideradas as regras estabelecidas nos coletivos, além de a dimensão produtiva agroecológica, as experiências de cooperação, as formas de organização do trabalho e das outras dimensões da vida cotidiana (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016). A exemplo das feiras de comercialização de produtos e da inserção em projetos de fomento de produção e assistência técnica, que os auxiliam a problematizar riscos e

mediatizar os controles sobre a produção, além de promover interações sociais frequentes e circuitos de trocas em rede, no intuito de conservar e disseminar conhecimentos (RADOMSKY; LEAL, 2011).

Para além da produção, nesses espaços organizacionais a aprendizagem, a disseminação de conhecimento e a transparência nas relações apareceram como fortes características (SOSSLE; NASCIMENTO, 2014). A exemplo do que acontece na rede Justa Trama³⁰, que se destaca por estimular os consumidores a se inserirem no comércio justo e por incentivar a valorização de todos os elos da cadeia por meio de remuneração justa e respeito entre as partes envolvidas. Nessa experiência,

Destaca-se a importância das relações interorganizacionais para a obtenção de melhores condições de trabalho e maiores ganhos para a cadeia como um todo. Esses ganhos incluem maneiras mais eficientes de transmissão das informações, não só internamente, como também para os potenciais consumidores, permitindo a possibilidade de aumento na base de clientes. Os consumidores exercem um papel fundamental para o crescimento do mercado do comércio justo e da comercialização dos produtos da Justa Trama (SOSSLE; NASCIMENTO, 2014, p.78).

No artigo 4, com experiência na microrregião de Campina Grande, Paraíba, essa experiência se apresentou como uma nova maneira de organizar a cadeia, apresentando não só a inovação ambiental de um novo produto, como também uma inovação social com novas formas de interação na cadeia e, dessa forma, produzindo solução para um problema social que havia sido identificado.

Solução essa fomentada por parcerias entre o poder público local, associações de produtores e instituições de apoio à agricultura ecológica, em um fluxo em que se valoriza o posicionamento dos agricultores por meio de novas formas de diálogo e por edificação de estratégias para comercialização e a interação com os insumos e recursos locais disponíveis, funcionando como força motriz para impulsionar as ações que vêm sendo desenvolvidas e implementadas localmente, com vistas a dinamizar a economia dos agricultores familiares, mais especificamente a comercialização de produtos agroecológicos (GOMES.; MATIAS.; PAULINO, 2015)

³⁰ Para saber mais sobre a rede Justa Trama, acessar: <https://justatrama.com.br/>

Segundo o relato da experiência das feiras na Paraíba,

Para maior nível de autonomia econômica dos agricultores atuantes, as ações de beneficiamento às feiras devem ser mais efetivas desde o acompanhamento nas propriedades, com forte emprego de mão de obra. Para o incremento e distribuição de renda, o incentivo à certificação participativa e à diversificação produtiva deve se adequar ao desenvolvimento de tecnologias mais sustentáveis, no intuito de prover aos consumidores uma maior qualidade dos produtos. Uma maior participação nos processos decisórios e efetivo compartilhamento de informações certamente podem proporcionar o estabelecimento de relações mais estáveis no que concerne à organização dos feirantes. Enfim, para o momento, é possível perceber que, dado à ampliação quantitativa das feiras agroecológicas no decorrer dos anos, as redes têm auxiliado na garantia de escoamento da produção, e, na maior parte dos casos, mediado o acesso dos agricultores às políticas do Estado (GOMES.; MATIAS.; PAULINO, 2015, p. 21).

No entanto, ressalta-se que o modo de organização social cooperada, ao ser institucionalizada, também revela um modelo de formulação de política que desconsidera a existência das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores e aposta na ideia de que os dispositivos legais, por si só, garantem a organização das redes de sustentação política e cultural necessárias ao funcionamento das cooperativas (VILHENA; FERREIRA, 2020), estrutura que dificulta a operacionalização e consolidação das propostas.

Pode-se observar em todos os artigos analisados, resultantes de pesquisas, alguns desafios e pontos a melhorar. No primeiro artigo, o autor salienta que a produção agropecuária praticada nos preceitos da agroecologia unicamente, não é capaz de viabilizar social e economicamente uma família assentada e que, por vezes, ela necessita recorrer a outras estratégias, seja trabalhar fora do lote, ou até mesmo arrendar sua terra. Para o autor, constitui-se em um desafio trabalhar em prol do acúmulo de outras espécies de capital e de organização política, cultural, econômica e social, que garantam essa viabilidade.

Dentro dessa perspectiva, Sossle e Nascimento (2014) reforçam a necessidade de se ter cautela, segundo eles, embora a inserção dos produtos em espaços de comércio justo no mercado tradicional seja uma tendência mundial, a organização estudada não entende como uma boa estratégia. Tal posicionamento se dá pelo fato de que as organizações menores correm o risco de ficar submissas às pressões comerciais e acabarem perdendo a sua

essência. Até mesmo por não conseguirem administrar os problemas da produção descontínua pelas recorrentes estiagens e, ainda, as dificuldades na divulgação de forma a alcançar uma maior valorização por parte dos consumidores a respeito do consumo de produtos sem agrotóxicos, ou até mesmo por falta de veículos adequados para o transporte dos produtos.

Segundo as pesquisadoras Melo, Scopinho e Gonçalves (2016), isso ocorre porque ainda não conseguimos, enquanto nação e sociedade, transformar estruturalmente as condições de degradação ambiental existente nos territórios e/ou as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras assentadas. Para Melo; Scopinho e Gonçalves (2016, p. 63):

Ocorre uma série de descompassos entre as diretrizes preconizadas e a vivência cotidiana dos trabalhadores rurais assentados. Essa divergência se dá tanto pela dificuldade dos assentados de reconhecerem-se nesses processos, já que poucos participaram dessas decisões, quanto decorre do modo fragmentado e desarticulado com que as políticas públicas têm chegado a esses espaços.

Nesse contexto, em algumas situações permanece a reprodução de antigas práticas de trabalho que não alteram, estruturalmente, as condições de vida e de trabalho. Por exemplo, a falta de acesso à capitalização, que mantém as estratégias de sobrevivência de pequena produção, de re proletarização, pela dependência aos programas de políticas públicas compensatórias e incertas, tais como: as de transferência de renda e o próprio PAA³¹.

Especificamente, na realidade dos assentados ocorrem a insegurança e o temor de perderem a terra ou de entrarem em conflito em decorrência da falta de correspondência entre as exigências de produção e as condições técnicas e sociais para realizá-las. O que indica que há necessidade de se investir em assistência técnica e num conjunto de programas de crédito compatíveis com as especificidades de um tipo de produção agrícola que conserve os recursos naturais. Além de políticas de desenvolvimento rural que fortaleçam as organizações, no sentido de criar redes de solidariedade (VILHENA; FERREIRA,

³¹ “O PAA surgiu como promessa de garantia de renda e de ampliação de mercados, mas criou novos tipos de burocratização e dependência, e realimentou a volta dos trabalhadores para o assalariamento, ao condicionar o acesso aos recursos do programa ao funcionamento das cooperativas sem capacitá-los para isto” (MELO; SCOPINHO, 2018, p.81).

2020).

Cruciais também os investimentos em práticas de consumo consciente, pois, conforme sinalizam os autores do artigo 2, a simples atribuição de selos de conformidade orgânica não garantem a manutenção da agrobiodiversidade e os saberes associados. Segundo eles, se não houver estímulo a uma profunda crítica ao absolutismo da ciência, como por exemplo a discussão sobre o que (e para quem) elas operam, bem como recriar conexões como elos associativos de interações entre diferentes agricultores e consumidores, a realidade pode não se alterar. Pois, infelizmente, no Brasil, a maioria dos consumidores ainda não valoriza as certificações, assim como nem sempre tem o hábito de verificar constantemente qual a origem dos produtos que está comprando (SOSSLE; NASCIMENTO, 2014).

Na Microrregião de Campina Grande, na Paraíba, (artigo 4) há um conjunto de relações em rede que tem possibilitado a construção de um mercado alternativo, cujo enfoque agroecológico acaba por basear a prática produtiva e o comportamento de distintos atores em torno das feiras agroecológicas.

Para Latour (2012), um mercado alternativo em redes deve incluir atores como o Estado, representado pelo fluxo simultâneo de associações que se concretizam dentro das múltiplas formas de relacionamento entre os agentes que põem em prática o que está no discurso oficial das políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o contexto contemporâneo se apresenta, dentre outras questões, envolto em um cenário de negação à crise climática, que está atrelada às necessidades das grandes elites e de sua manutenção. Fator que exacerba as desigualdades entre países centrais e periféricos e, em contrapartida, fomenta um repensar da relação ser humano-natureza, tendo em vista a oposição ao pensamento negacionista.

Como pode ser observado no texto, este repensar perpassa a ecologia política, no sentido de transcender as dualidades entre as ciências naturais e sociais; a compreensão da necessidade de se fomentar uma explicação conjunta entre humanos e não-humanos, circulantes em uma grande rede de mediações;

e a importância central, nos estudos sobre desenvolvimento rural, do agricultor familiar para a transformação do contexto atual.

Conjuntura que não se configura na morosidade, tendo em vista o tensionamento do agronegócio e a necessidade de se suprimir o protagonismo dos agricultores. Que pode ser visualizado por meio do discurso ilusório de liberdade que lhes foi imposto, e que se materializa na monopolização da terra e de subsídios, no crescimento do setor industrial, na desnacionalização das propriedades e na fome. Ambiente hostil, que, em contrapartida, também faz emergir a resistência em prol de um desenvolvimento rural sustentável, que aqui é materializado por meio da luta dos trabalhadores rurais sem terra e de uma reforma popular; na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis e em um equilíbrio ecossistêmico; e na organização de mercados alternativos, com a predominância de organizações cooperativas, de agroindústrias familiares e que fomentam alternativas ao mercado produtivista.

Segundo a experiência relatada nos textos aqui trabalhados, é por meio da disseminação da agroecologia, da implementação de assentamentos agroecológicos e da manutenção de redes justas de comercialização de produtos que as possibilidades desse tipo de desenvolvimento se materializam. Nos quais a agroecologia é utilizada enquanto ferramenta de poder; os assentamentos agroecológicos buscam o resgate das relações sociais e culturais das comunidades e sua relação com a natureza; e onde a comercialização ocorre com uma conotação de ruptura, com circuitos curtos de comercialização que podem fomentar mais “redes sociais de resistência”, em uma articulação direta com o consumidor.

Dentre os desafios, observa-se a falta de financiamento específico para tais estratégias, a incompatibilidade de investimentos relacionados à preservação ambiental, a institucionalização da organização cooperada fora das condições objetivas, e a falta de fomento na consolidação de consumidores conscientes.

Como contraponto, para que haja a expansão dessas “redes sociais de resistência”, é crucial o fortalecimento das distintas interfaces entre o Estado e agricultores, com processos contínuos de interpretação, negociação, renegociação. Com ações que perpassam a confluência do debate da posse e

do uso da terra e de um desenho de aliança entre cidade e campo, capaz de acelerar a democratização da terra e a transição agroecológica como alternativa ao neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

ALQUÉZAR, R., et al. Prácticas cooperativas: ¿estrategias de supervivencia, movimientos alternativos o reincrustación capitalista?, **ARS & HUMANITAS**, número especial sobre Reciprocidade e Solidariedade, VIII-1, p. 151-166, 2014.

ALVES, A. F. Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. **Tese**. UFSC. Florianópolis. 2008.

ANDRIOLI, A. I. **Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de Educação**. Ijuí: Unijuí, 2009.

AGUAYO, B. E. C. Peasant economies, forestry industry and fires: socio-natural instabilities and agriculture as means of resistance. **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 18, n. 1, p. 93-114, mar. 2015.

ALMEIDA, R. A. de; HÉRNANDEZ, D. G.; COLLADO, Á. C. A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. **Revista Nera**, n. 24, p. 09-35, 5 jul. 2014.

BARCELLOS, S. b. As iniciativas e experiências em agroecologia como estratégia de desenvolvimento local em um assentamento de reforma agrária. **Mundo agrário**, La Plata, v. 12, n. 23, p. 00, dic. 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1515-59942011000200006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 31 janeiro de 2022.

BORSATTO, R. S.; CARMO, M. S. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 4, p. 645-660, Out/Dez. 2013.

BOSETTI, C. J. O camponês no olhar sociológico: de fadado ao desaparecimento à alternativa ao capitalismo. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 08-32. 2012.

BOSSLE, M. B.; NASCIMENTO, L. F. M. do. As relações interorganizacionais na rede Justa Trama como um fator de sucesso na produção e comercialização dos

produtos do algodão ecológico. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 64-81, maio 2014.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente e Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 149-156, 2004.

CONTE, I. I.; BOFF, L. A. As crises mundiais e a produção de alimentos no Brasil. **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**, v. 35, n. 1, p. 49-59, 16 out. 2013.

CORNETTA, A. Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. **Agrária (São Paulo. Online)**, [S. l.], n. 10-11, p. 131-135, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/156> . Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

CRUSELLAS, R. A.; LAPISCINA, P. H. R. de; CALAFELL, N. M.; FERNÁNDEZ, D. S. Cooperation Practices: survival strategies, alternative movements or capitalism re-embedment? (prácticas cooperativas. **Ars & Humanitas**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 151-166, 1 jul. 2014.

DARONCHO, L. A nova NR-31 – regulação do trabalho rural: liberalismo de devastação. Leomar Daroncho. In: **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. Wanderlei Antonio Pignati, Marcia Leopoldina Montanari Corrêa, Luis Henrique da Costa Leão, Marta Gislene Pignatti, Jorge Mesquita Huet Machado (Organizadores- 1. Ed- São Paulo: Outras Expressões, 2021.

DELGADO, G. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: **Ipea**, 2005.

FACCO, V. A. B. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). **Revista NERA**, Presidente Prudente Ano 18, nº. 29 p. 70- 100, Jul-Dez. 2015.

FINATTO, R. A. Redes de Agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.l.], v. 38, p. 107 - 145, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42242> . Acesso em: 31 jan. 2022.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Crítica Marxista. Trad. Maria Tereza Machdo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRANÇA, V. Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito. **Intexto**, v. 2, n. 7, p. 1-10, julho/dezembro 2001. Disponível em: [Convivência urbana, lugar de fala e construção do sujeito | Intexto \(ufrgs.br\)](http://www.intexto.ufrgs.br) . Acesso em 25 mai. 2022.

GIBSON-GRAHAM, J-K. The End of Capitalism (as we knew it). A Feminist Critique of Political Economy. **University of Minnesota Press**. Minneapolis. 2006.

GUIVANT, J. S. Contribuições da sociologia ambiental para os debates sobre desenvolvimento rural sustentável e participativo. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: , v.19, p.72 - 88, 2002.

GOMES, R. A.; MATIAS, T. L.; PAULINO, J. S. Articulações interinstitucionais na realização de feiras agroecológicas na Microrregião de Campina Grande-PB. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 103, 30 nov. 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. da. Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 391-394, jun. 2021.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

LATOUR, B. **Reagregando o social. Uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Salvador, BA: Edufba. 2012.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo, SP: Editora Unesp. 2019

LATOUR, B. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno** (1a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo. 2020.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 61-84, abr. 2018.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C. Entre o legal e o real:

assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 41-67, 2016. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/198> . Acesso em: 30 janeiro de 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. A proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: STÉDILE, J. P.; ESTEVAM, D. G. (org). **A questão agrária no Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. 1ª ed. Expressão Popular, v.8, Capítulo 7, p. 149-165, 2013.

NAKATANI, P.; FALEIROS, R. N.; VARGAS, N. C. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 110, p. 213-240, 2012.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, F. **Crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PETERSEN, P. Agriculturas ou Impérios Alimentares? Uma Encruzilhada no Caminho da Humanidade In: PUC Viva, **publicação acadêmica e informativa quadrimestral dos professores da PUC-SP**, São Paulo, 10-36:11-18, 2009.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Ufrgs, 2008.

PLOEG, J. D. V. D. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**, [S.L.], v. 13, n. 27, p. 114-140, ago. 2011.

PLOEG, J. D. V. D.; YE, J.; SCHNEIDER, S. Rural development reconsidered: Building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. **Rivista do Economia Agrária**, 2011.

RADOMSKY, G. F. W.; LEAL, O. F. Risco, sociedade e ambiente: o caso da produção ecológica cooperativa e a gestão global da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis-SC, v. 8, n. 2, p. 335-356, 26 dez. 2011.

REIS, D.A. Notas para a compreensão do bolsonarismo. Estudos Ibero-Americanos, v. 46, n. 1, p. 1-11, jan.-abr. 2020. Disponível em: [Vista do Notas para a compreensão do Bolsonarismo \(pucrs.br\)](#) . Acesso em: Acesso em 25 mai. 2022.

ROQUE, 2021. Negacionismo no poder, crise de confiança e colapso ambiental no Brasil. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2021/03/01/negacionismo-no-poder-crise-de-confianca-e-colapso-ambiental-no-brasil> . Acesso em: 06 de abril de 2022.

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G. A Agroecologia como perspectiva de Sustentabilidade na Agricultura Familiar. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v.17, n. 2, p. 33-52, abr.-jun. 2014.

SCHNEIDER, S.; TRICHES, R. M. Short Review of the Brazilian School Feeding Programme – and an example of an innovative way of implementation. 2010. **PGDR- UFRGS**, Porto Alegre, 2010.

SCHWARTZMAN, S. (1994), "Os dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour)". **Novos Estudos**, 39, p. 172-179, 1994.

SICARD, T. E. L. Agroecologia: Desafios de uma ciência ambiental em construção. **Agroecologís**, v.4, p. 7-17, 2009.

SILVA, M. das G. e. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**- São Paulo: Cortez, 2010.

VILHENA, L. F. N.; FERREIRA, L. A. Reforma agrária popular e MST: avanços e limitações da proposta agroecológica no PA Abril Vermelho, em Santa Bárbara-PA. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara-Sp, v. 23, n. 2, p. 205-230, jul. 2020.

WANDERLEY, M. N. B. O Camponato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

REAGREGANDO O SOCIAL: O PERCURSO METODOLÓGICO PARA O RELATO DA “REDE SOCIAL DE RESISTÊNCIA” DA COOPERATIVA COMUNA DA TERRA, ASSENTAMENTO MARIO LAGO-SP

FILUS, Veridiany³²;

LIMA, Romilda de Souza³³

“É justamente essa unidade entre teoria e práxis, entre sujeito e objeto, entre objetivos imediatos e objetivo comum, que se perde quando as instituições do capital, públicas ou privadas, engolem a linguagem dessas experiências de resistência, esvaziando-a de seu significado e conteúdo específico e utilizando-a para transmitir seu projeto de sociedade (ALQUÉZAR et.al, *tradução nossa*, 2014, p. 161 e 162)”.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo relatar estratégias alternativas às implementadas pelo capitalismo contemporâneo (por meio do agronegócio) na agricultura brasileira, que levam em consideração as condições sociais, culturais, ambientais e políticas do local. Para isso, faz-se a apresentação do percurso metodológico realizado para a descrição da “rede social de resistência”, que se estabelece por meio da produção agroecológica e do movimento cooperado. Em específico, este artigo irá relatar quais foram os processos da pesquisa realizada, da “rede social de resistência” que é formada pelos agricultores familiares, do Assentamento Mario Lago – Ribeirão Preto - SP, que estão vinculados à cooperativa Comuna da Terra. A pesquisa teve como base a Teoria Ator-Rede (ANT) e o método descrito por Bruno Latour em sua obra: *Reagregando o Social*, uma introdução à teoria Ator-Rede. Com o enfoque nos relatos dos atores, obtidos no interior das redes, procurou-se abordar a sua dimensão científica e política, no intuito de sinalizar as incertezas que guiam a formação e a consolidação de controvérsias, e assim contribuir para entendê-las.

PALAVRAS-CHAVE: Agroecologia; Cooperativa Rural; Assentamento; Teoria Ator-Rede (ANT).

ABSTRACT

This paper aims to report strategies that present themselves as an alternative to those implemented by contemporary capitalism (through agribusiness) in Brazil's agriculture which take into account social, cultural, environmental and political

³² Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos – SP; Assistente Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1349-2601> E-mail: veri_filus@yahoo.com.br

³³ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS-UNIOESTE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044> E-mail: romilda.lima@unioeste.br

local conditions. To this end, the methodological course carried out for the description of the “social network of resistance” is presented which is established through agroecological production and cooperation-oriented movement. More specifically, this paper will report what were the research processes carried out on the articulation of the "resistance social network" which is composed of family farmers from Mario Lago Settlement - Ribeirão Preto-SP, enrolled in the cooperative Comuna da Terra. The research was based on the Actor-Network Theory (ANT) and the method described by Bruno Latour in his work: *Reassembling the Social*, an introduction to the Actor-Network theory. Focusing on the actors' reports obtained within the networks, we sought to address their scientific and political dimensions in order to point out the uncertainties that guide the formation and consolidation of controversies, and thus contribute to understanding them.

KEYWORDS: Agroecology; Rural Cooperative; settlement; Actor-Network Theory (ANT).

INTRODUÇÃO

Em uma das publicações mais recentes de Bruno Latour (2020), o autor propõe que, para aterrarmos em determinado espaço do globo, primeiramente necessitamos mapear nossas dependências, na condição de seres desse mundo. Segundo ele, por meio de uma descrição minuciosa das dependências é que se abrirá o terreno para onde aterrar e se impulsionarão os processos políticos e sociais. Dentre as dependências sinalizadas, encontram-se os vínculos e interesses, por meio dos quais se conseguem identificar os coletivos de inserção (cosmo dos seres) e as possibilidades compatíveis aos pares (HONORATO; SILVA, 2021).

Para além da instância local, tal identificação impulsiona o estabelecimento de redes macro (mais complexas), nas quais se inserem o poder da tecnociência moderna, bem como a de perspectivas hierárquicas e autoritárias, fruto das sociedades tidas como modernas. Neste sentido, a tecnologia situa pessoas, animais e artefatos em redes cada vez mais complexas e abrangentes que, por estarem inclusas no capitalismo contemporâneo, adotam um viés centralizador que permite o livre acesso dos que estão no centro, em detrimento da limitação dos periféricos.

No entanto, mesmo com tais considerações sobre a inserção das tecnologias e das tensões que as perpassam, a construção teórica desta análise

de rede³⁴ busca conhecer a natureza humana da atividade científica, bem como apresentar um lado mais democrático da tecnologia e de suas interconexões com a vida em sociedade (SCHWARTZMAN, 1994). Assim, por meio de uma abordagem relacional³⁵, expressa nas complexas dinâmicas sociais do capitalismo contemporâneo, busca-se compreender esse processo e relatá-lo, enquanto movimento.

Com um enfoque voltado para a perspectiva dos atores, desde os anos 70 a Teoria Ator-Rede (ANT) engloba estratégias de interlocução do mundo real das práticas de ação com a ciência, tendo em vista a influência do neoliberalismo nas relações de poder das políticas de desenvolvimento. Conforme observa Latour (2012), o ponto de partida da análise não é a ordem instituída, mas, sim, os processos plurais e incompletos através dos quais a ordem é construída, sendo a rede uma ferramenta que permite seguir determinadas cadeias de tradução³⁶.

Especificamente, nesta proposta, a utilização da teoria Ator-Rede ocorre para nortear a identificação e tradução das relações sociais estabelecidas no ambiente rural. Atmosfera dinâmica e heterogênea, que também sofre influências sociais, econômicas, culturais e políticas do sistema vigente e que, na contemporaneidade, absorve as análises fruto da teoria de redes sociais. Esta absorção só é possível tendo em vista a compreensão de que os processos de desenvolvimento rural ocorrem enquanto dispositivos de saber e poder, capazes de forjar subjetividades (SCHMITT, 2011).

Nos espaços rurais, a perspectiva de rede também é incorporada enquanto instrumental capaz de interligar atores, objetos, significados e práticas e, enquanto ferramenta, contribui para o estudo e implementação de políticas e interações sociais. Segundo a ANT, por meio do discurso e de um arsenal de

³⁴ A referência à construção teórica dessa análise de rede é reforçada tendo em vista o reconhecimento de que a teoria ator-rede (ANT) é apenas uma das teorias de análise de redes sociais.

³⁵ “As abordagens relacionais, em seus diversos matizes, têm como ponto em comum a ruptura com uma epistemologia baseada em unidades pré-construídas, sejam elas o indivíduo, a sociedade ou a cultura. Os atores sociais, suas características e dinâmicas de interação só existem, efetivamente, como parte de uma teia de interdependências, impossível de ser apartada de seus contextos temporais e espaciais de existência” (SCHMITT, 2011, p. 86).

³⁶ “[...] deslocamento, deslize, invenção, mediação, a criação de uma conexão que não existia antes e que, em algum grau, modifica os dois elementos ou agentes” (LATOUR, 1994, p. 32).

orientações, pode-se obter alterações no cotidiano, movimento que “implica uma ruptura com perspectivas de análise e modo de explicação dos processos de mudança social centrados em unidades, sujeitos sociais ou circunscrições territoriais pré-estabelecidas” (SCHMITT, 2011, p. 87 e 88), com a inserção dos processos e objetos nas relações com os agentes de desenvolvimento³⁷.

Tendo em vista tal orientação teórica, o presente artigo pretende descrever o percurso metodológico utilizado para a análise de uma “rede social de resistência”³⁸ estabelecida por meio da dinâmica de organização cooperada e de produção agroecológica da Cooperativa Comuna da Terra, situada no assentamento Mario Lago, no município de Ribeirão Preto - SP.

Primeiro foi necessário construir um percurso de articulação entre a ANT e as propostas de desenvolvimento rural, para posteriormente conectar a pesquisa com sua dinâmica metodológica. Além dessa conexão, foi imperativo descrever o contexto em que se insere a cooperativa Comuna da Terra, para, por fim, descrever quais foram os passos da pesquisa que teve como centralidade as orientações metodológicas descritas na obra “Reagregando o Social - uma introdução à teoria Ator-Rede”, de Bruno Latour, publicada originalmente no ano de 2005.

1. A TEORIA ATOR-REDE E O DESENVOLVIMENTO RURAL

Inserido em uma perspectiva mais massificada dos processos de desenvolvimento e globalização no campo, previa-se que as organizações das agriculturas nacionais seriam assumidas por estruturas globais de regulação e dominação (BONANNO et. al, 1994, MCMICHAEL, 1994). E que isso se daria com uma abordagem de exclusão da dinâmica própria da agricultura de base familiar e local, em detrimento da organização econômica e política das cadeias de produção de *commodities*. Com este viés de pensamento, os estudos ressaltam que as estruturas dos sistemas agroalimentares formatam a produção

³⁷ “As fronteiras que demarcam os limites entre o global e o local, o convencional e o alternativo, o Estado e a sociedade civil, o econômico e o social, deixam de se constituir como mapas seguros de navegação, tornando-se, elas próprias, objeto de investigação” (SCHMITT, 2011 p. 88).

³⁸ No artigo 2, da tese da qual este artigo (artigo 3) faz parte, pode ser visualizado o esforço em caracterizar a quais “redes sociais de resistência” nos referimos.

agrícola e a produção alimentar (MIOR, 2005).

Em contrapartida a esta perspectiva massificada, outras vertentes de análise da realidade levam em consideração que a mudança social está centrada na agência dos atores sociais (PLOEG 1990,1992, LONG; PLOEG, 1995; MIOR, 2009; SCHMITT, 2009)-

Neste sentido,

a ideia de desenvolvimento remete a uma construção discursiva, temporal e espacialmente referenciada, que soube se afirmar, sobretudo a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, como um regime de representação, através de um aparato internacionalizado de produção de conhecimento e de intervenção, ancorado em instituições como o Banco Mundial, as Nações Unidas, as agências bilaterais de desenvolvimento, as políticas implementadas pelos Estados Nacionais, bem como em um conjunto heterogêneo de organizações não governamentais (ONGs)³⁹ (SCHMITT, 2011, p. 83 e 84).

Conforme já se anuncia na introdução, a perspectiva teórica adotada nesta proposta é a teoria de redes sociais. De modo simplório, tal teoria pode ser dividida em três principais vertentes, quando articuladas aos aspectos do desenvolvimento rural: (1) Perspectiva orientada aos atores; (2) Análise de redes sociais da sociologia econômica e (3) ANT.

Na primeira vertente, antropólogos como Raddcliff-Brown (1989), Mitchell (1974), Barnes (2010) e Bott (1976), e, posteriormente, a Escola de Manchester (fazendo a crítica ao estrutural-funcionalismo) passam a influenciar o debate nas ciências sociais. Com esse direcionamento, elementos como conflito e poder estão inseridos na manutenção e transformação do social, e a estrutura é identificada enquanto uma grande rede de relações. “A perspectiva orientada aos atores visa, justamente, compreender o modo como distintos agentes influenciam a formulação e a implementação de políticas e projetos de desenvolvimento” (SCHMITT, 2011, p. 92).

Na análise de redes sociais da sociologia econômica, autores como Granovetter (1992; 2005) e Polanyi (2000) abordam o conceito de imbricação, enquanto ação econômica socialmente situada em instituições e construções

³⁹ Ambiente repleto de correlações de forças, tendo em vista que algumas das principais instituições que motivam essa contraposta teórica também financiam a inserção do agronegócio brasileiro.

sociais, estabelecendo a noção de rede como um conjunto de contatos e conexões entre indivíduos e grupos sociais. Vínculos que são construídos por laços fortes e fracos, que ligam os agentes em diferentes pontos da rede. Nessa vertente, se tem validado a contraposição de

uma visão unidirecional dos processos de mercantilização da visão social, presente, ainda que de forma distinta, nos clássicos da questão agrária, emerge um olhar sensível, de um lado, à diversidade de formas econômicas, arranjos institucionais e interconexões entre o rural e o urbano constitutivas dos territórios; de outro, às oportunidades ensejadas pelas redes no que tange à mobilização de recursos locais, com frequentes referências ao conceito de capital social” (SCHMITT, 2011, p.99).

Por fim, a ANT desenvolvida por autores como Michel Callon, John Law, Annemarie Mol, Bruno Latour, entre outros, tem o enfoque de suas análises voltadas à ciência e tecnologia; e parte do pressuposto de que os processos plurais e incompletos constituem a organização. Nesse sentido, a ANT tem como um de seus preceitos o conceito de agência atrelado à capacidade humana de conhecer e atuar no espaço vivido e de se articular com o apoio de diversos elementos de interpretação e diálogo (LONG, 2007), agência essa que ocorre em rede e mobiliza relações, recursos e significados.

Na gênese de estruturação da ANT, o enfoque era desenvolver uma análise da ciência e da tecnologia, e lapidar a crítica em relação à convencional sociologia da ciência. “As fontes conceituais desta crítica repousavam em discussões de dois pesquisadores: do filósofo Michel Serres e do filósofo da matemática David Bloor. Do primeiro, emprestaram o conceito de tradução e, do segundo, o conceito de simetria” (ALVES, 2008, p.60), segundo as quais, à luz de Bloor, não há uma premissa essencial entre verdade e erro, ou entre saber científico e não científico, pois ambos os discursos devem ser explicados pelo mesmo princípio. Somada a esta conduta, os pensadores da ANT utilizam ainda o conceito da simetria generalizada, propondo suprimir as dicotomias existentes entre sociedade e natureza, propostas pela “modernidade”⁴⁰ (ALVES, 2008).

⁴⁰ É válido ressaltar que para Latour (2012, p.114), “A ANT não é – repito: não é- a criação de uma absurda simetria entre humanos e não-humanos. Obter simetria, para nós, significa não impor a priori uma assimetria espúria entre ação humana intencional e mundo material de relações causais. Existem divisões que não devemos ultrapassar, superar, reduzir dialeticamente. Elas precisam, isto sim, ser ignoradas e abandonadas”.

Visualiza-se em Latour (1994) e Callon (1986) que a ANT desenvolve sua retórica com o intuito de sanar as dicotomias, por meio da noção de híbridos e de que “a ciência seja vista como um produto de uma rede de materiais heterogêneos, incluindo agentes, instituições sociais, máquinas e organizações” (ALVES, 2008, p.60). Contexto que estimula a identificação dos projetos de desenvolvimento de uma forma diversa, com a observação dos atores, das políticas e dos interesses que perpassam as interações.

Segundo Latour (2012), a teoria está associada a uma visão específica da agência dos atores, segundo a qual o ator é compreendido enquanto fonte de ação, não necessariamente personificado em indivíduos, mas sim um conjunto de associações estabelecidas entre agentes “humanos” e “não-humanos”⁴¹, conectados entre si; e em que as relações de poder se tornam foco de atenção.

Callon (1991, p. 133) ainda define a ANT como “um conjunto coordenado de atores heterogêneos, os quais agem mais ou menos com êxito para desenvolver, produzir, distribuir e difundir métodos de geração de bens e serviços”. Através do estudo de redes híbridas formadas por mediadores e intermediários (Latour, 2012; Law, 1994).

No que compete especificamente à interlocução entre a ANT e os estudos sobre desenvolvimento rural, a mesma está atrelada de diversas maneiras aos estudos agroalimentares, rurais e regionais que aderem a um enfoque mais alternativo e menos massificado.

Como observa Wilkinson (2006), a persistência do movimento contra os transgênicos, as expressões de vulnerabilidade das cadeias agroalimentares frente à ação de “não-humanos” (prions, vírus ou bactérias) causadores de doenças de origem alimentar, a expansão do mercado de orgânicos, entre outros processos emergentes, ampliaram o interesse de diferentes pesquisadores frente a uma abordagem que busca romper com a separação sociedade-natureza, que marca as ciências sociais desde a sua origem.

Diante dessa relação, a ANT contribui analiticamente e possibilita um novo olhar sobre as relações sociais locais e globais, pois “a dimensão espacial

⁴¹Segundo Schmitt (2011, p.95), essa relação “é uma propriedade emergente das redes, que humanizam aquilo que chamamos de objetos e “coisificam” o que chamamos de seres humanos, dando origem a inúmeros híbridos dificilmente classificáveis, seja no mundo das pessoas, seja no mundo das coisas.

deixa de ser tratada como uma moldura, no interior da qual se desenvolve a ação social. A ação das redes constrói também o espaço, que passa a ser compreendido, cada vez mais, como um espaço político” (SCHMITT, 2011, p. 96), postura que é verificada de forma recorrente nas análises das redes agroalimentares alternativas e de comércio justo⁴².

A ANT, aplicada ao espaço rural, constitui-se como um recurso que permite “fotografar” as dimensões analíticas dos processos de desenvolvimento rural, em busca de sua revitalização, e do fortalecimento e reposicionamento do ator rural nas relações sociais (PLOEG; MARSDEN, 2008).

Em um rural multifacetado, a rede participa de estruturas contraditórias “que operam nas regiões rurais e urbanas, podendo ser vista como uma contra-estrutura, que busca romper com outras estruturas presentes em um rural em transição” (SCHMITT, 2011, p.102). Fator que leva à compreensão de que as relações de poder, suas dinâmicas de produção e reprodução e suas implicações na transformação do rural buscam “compreender os distintos processos que possibilitam, de um lado, a imposição de determinados padrões e ordenamentos no âmbito das redes, e, de outro, a própria resistência a esses padrões” (SCHMITT, 2011, p. 106).

Segundo Marsden e Ploeg (2008), identifica-se o rural como uma contra-estrutura, em que uma parcela de atores busca romper a ordem vigente e cria novos padrões para suas atividades, que não se esgotam na revalorização do endógeno.

Para Ploeg e Long (1995), a questão central seria o balanço entre elementos internos e externos em processos de desenvolvimento, com a inserção do endógeno em dinâmicas com recursos localmente abundantes e com padrões locais de produção e consumo e com os circuitos locais de comercialização que se interconectam com outros processos de negociação em um ambiente em que os atores locais consigam obter uma fatia razoável do valor agregado à sua produção.

Em complementação, Murdoch (2000) aborda o nível intermediário das redes, que abarca a agricultura e outros setores de vinculação econômica do

⁴² Algumas dessas experiências podem ser visualizadas no artigo 2, desta tese.

espaço rural, que configuram determinados padrões de articulações dos atores locais e não-locais em processos que contribuem para a construção de estratégias e alternativas de desenvolvimento rural. Nessas estratégias, segundo o autor, se inserem tanto o fortalecimento de atividades agrícolas, como não agrícolas, que perpassam a inserção de tecnologias e inovações, que produzem arranjos institucionais e novas formas de desenvolvimento econômico, moldadas de forma também heterogênea nas distintas áreas rurais.

Diante dos fatos, olhar para o rural à luz da teoria ANT é algo alternativo, instigante e inovador, podendo ser ainda útil enquanto método descritivo dessas realidades que direcionam os caminhos de intervenções das próprias redes, das políticas e de outras interações sociais, que, aqui, se materializam por meio da experiência vivida pela “rede social de resistência”, formada na dinâmica da cooperativa Comuna da Terra.

2. A PROPOSTA METODOLÓGICA DE RELATO DA “REDE SOCIAL DE RESISTÊNCIA” DA COMUNA DA TERRA

Com este trabalho, pretende-se identificar e problematizar as experiências existentes na implementação de sistemas agroflorestais de produção no país, bem como o de relatar experiências de mobilização social que, dentro do capitalismo contemporâneo, conseguem se estabelecer de forma mais justa e igualitária.

Dentro de uma perspectiva qualitativa⁴³, busca-se apresentar as relações sociais estabelecidas dentro da dinâmica de escoamento de produção da Cooperativa Comuna da Terra. Nesse intuito, delimitou-se como referencial teórico central a análise de redes sociais, e, em específico, a teoria Ator-Rede-ANT, metodologia de pesquisa de cunho etnográfico que traz consigo um “modo de pesquisar que coloca o pesquisador no meio da comunidade que ele está estudando” (AMGROSINO, 2009, p. 17). Na perspectiva de que o conhecimento se constrói a partir do diálogo, segundo a qual, quanto maior a diversidade do grupo (cultura, idade, poder econômico, classe social), maior o potencial de

⁴³ Segundo Minayo (2000, 2016), a pesquisa qualitativa tem o intuito de abordar as questões particulares, com o enfoque no nível de realidade que não pode ser quantificado, e trabalha com um universo de múltiplos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

transformação da realidade e do contexto social.

Especificamente, a proposta utilizou como base os direcionamentos apontados por Bruno Latour em seu livro *Reagregando o Social - uma introdução à teoria Ator-Rede*, que, como o próprio autor sinaliza, busca ser uma teoria alternativa, de modo a ser usada e distorcida ao ponto de torná-la irreconhecível, mas com conhecimento de causa (LATOURE, 2012).

Com essa premissa, Latour divide a obra em dois momentos, em que primeiro descreve como desdobrar as controvérsias sobre o mundo social, por meio de cinco fontes de incertezas⁴⁴ e, posteriormente, expõe como tornar as associações novamente rastreáveis.

Segundo ele, a teoria e sua sistematização buscam responder três questionamentos centrais:

Como *dispor* as muitas controvérsias sobre associações sem restringir de antemão o social a um domínio específico? Como tornar plenamente rastreáveis os instrumentos que permitem aos atores *estabilizar* essas controvérsias? Por meio de quais *procedimentos* é possível reagregar o social, não numa sociedade, mas não coletivo? (LATOURE, grifos do autor, 2012, p.37)

Com tais perguntas, primeiro é necessário não limitar os seres existentes no mundo social antes de explorar novos territórios; para que o rastreamento das conexões sociais e a estabilização das controvérsias encontradas estejam “o mais achatado possível para garantir a total visibilidade de qualquer vínculo novo” (LATOURE, 2012, p.37).

Assim, na sistematização da primeira fonte de incerteza, Latour (2012, p.52) reforça que “não há componente estabelecido a ser utilizado como ponto de partida incontroverso”. E que “seu ponto de partida tem que ser justamente as controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence”. Pois são elas que permitem ao pesquisador rastrear as conexões sociais existentes em um dado contexto social e servir de porta-voz da existência do grupo, sendo a performance aquilo que tem de ser explicado e, a exceção, qualquer tipo de

⁴⁴ 1º fonte: identificar a performance da associação; 2ª fonte: identificar os atores da rede e quais as conexões que estabelecem; 3ª fonte: quais os objetos conectados à rede; 4ª fonte: identificar a construção entre fatos e interesses e focalizar as conexões entre humanos e não-humanos; 5ª fonte: relato escrito do desdobramento das controvérsias (LATOURE, 2012).

estabilidade a longo prazo, pois “não existe uma sociedade por onde começar, nenhuma reserva de vínculos, nenhum tranquilizador vidro de cola para manter unidos todos esses grupos” (LATOOUR 2012, p. 63).

Deve-se ter a compreensão de que nessa dinâmica existem dois meios de produzir o social, que são encarados como: intermediários ou mediadores. Sendo o intermediário o que transporta significado ou força, sem transformá-los. “Para todos os propósitos práticos, um intermediário pode ser considerado não apenas como uma caixa preta, mas uma caixa preta que funciona como uma unidade, embora internamente seja feita de várias partes” (LATOOUR, 2012, p.65).

Já os mediadores, por sua vez, “não podem ser contados como apenas um, eles podem valer por um, por nenhum, por vários ou uma infinidade”. “Os mediadores transformam, traduzem, distorcem e modificam o significado ou os elementos que supostamente se veiculam” (LATOOUR, 2012, p.65).

Para um melhor direcionamento desses posicionamentos e conceitos, Latour (2012) recorre à segunda fonte de incerteza, que está atrelada à compreensão da natureza heterogênea dos componentes que formam os laços sociais. Pois, segundo ele, “o “ator”, na expressão e hifenizada “ator-rede”, não é a fonte de um ato e sim alvo móvel de um amplo conjunto de entidades que a enxameiam em sua direção” (LATOOUR, p.75), cabendo ao pesquisador alimentar as controvérsias e auxiliar os atores por meio do relato relacional das incertezas, hesitações, deslocamentos e perplexidades fornecidos por eles.

Dessa maneira, Latour (2012) orienta o pesquisador a que transcreva as ações por meio dos relatos, sem transformação no estado de coisas, compreendendo que existem muito mais figuras que as exclusivamente antropomórficas, pois “a concretude não provém da escolha de uma figuração, entre muitas vírgulas para substituir os atores, mas do aumento nos relatos da proporção entre mediadores e intermediários” (LATOOUR, 2012, p. 96).

Na terceira fonte de incerteza, a proposta é descrever esse movimento de interações breves, e para isso, é necessário

não limitarmos a um pequeno repertório aquilo de que os atores precisam para gerar assimetrias sociais. Ao contrário da existência coletiva por mais de um século de explicações sociais. As razões são

de duas naturezas: a primeira é que as habilidades sociais básicas fornecem apenas um minúsculo subconjunto das associações formadas da sociedade; a segunda é que o suplemento aparentemente implícito da força na invocação de um veículo social constitui, no melhor dos casos, um recurso conveniente (LATOURE, 2012, p. 105).

A ANT, neste sentido orienta incluir nos relatos os não humanos presentes nas interações, integrando-os nos relatos e tornando-os também intermediários, considerando-os múltiplos e complexos e totalmente fundidos com outras ações sociais mais tradicionais.

Em complementação às três primeiras fontes de incerteza, a quarta nos direciona para um social que “não está em lugar nenhum em particular como uma coisa entre outras coisas, mas pode circular em qualquer lugar como um movimento que liga coisas não sociais” (LATOURE, 2012, p.158).

Ainda não sabemos como todos esses atores estão ligados, mas podemos declarar como nova posição pré-estabelecida antes do estudo começar que todos os atores que vamos desdobrar podem estar associados, de tal modo que eles fazem outros fazerem coisas, e isso não se faz transportando uma força que permanecerá a mesma por todo o percurso como um tipo de intermediário fiel, mas gerando transformações manifestados pelos numerosos eventos inesperados (LATOURE, 2012, p.158).

Pois não existem nem domínio social nem vínculos sociais, mas existem traduções entre mediadores que podem gerar associações rastreáveis.

A quinta (e última) fonte de incerteza, permeada pela estrutura lógica das anteriores, traz para o primeiro plano o ato de compor relatos, identificando que um bom relato é aquele que tece uma determinada rede e no qual “cada participante é tratado como um mediador completo em outras palavras: um bom relato ANT é uma narrativa, uma descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando” (LATOURE, 2012, p.189).

Tratados como mediadores, os atores transparecem o movimento do social, sendo necessário ao pesquisador “registrar os efeitos do relato escrito nos atores cujo mundo tenha sido desdobrado ou unificado. Esse experimento, acrescentado ao trabalho de campo, é imprescindível para averiguar como um relato desempenha seu papel de um giro social” (LATOURE, 2012, p.197).

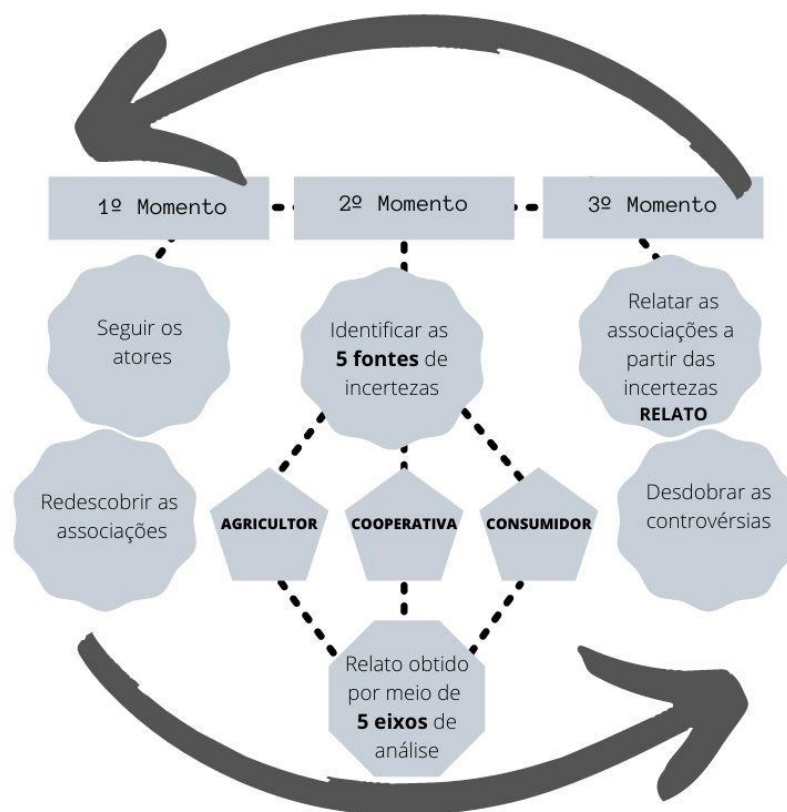
Nesse sentido, a ANT, enquanto um conhecimento moderno que integra o construcionismo (discurso), a naturalização (fatos) e a socialização (poder), recoloca “o lugar da natureza e das coisas, bem como dos humanos e seus artefatos, desfazendo a divisão moderna entre natureza e cultura ou ainda entre sujeito e objeto” (GONZALES; BAUM, 2013, p.144).

Com base no caminhar metodológico da ANT e seu viés integrativo, a pesquisa corrobora a ideia de que a ação dos movimentos sociais e das estratégias pautadas em “redes sociais de resistência” - que dentro de um sistema desigual e de exclusão têm um pensamento e uma ação contrária ao discurso hegemônico - devem ser relatadas por meio do levantamento de incertezas, onde se considera equanimemente humanos e não-humanos, tratando de maneira simétrica: o social, a natureza e o discurso⁴⁵.

Nessa perspectiva, a pesquisa foi sistematizada com base em Latour (2012) e Gonzales e Baum (2013), conforme a figura abaixo:

⁴⁵ Para Latour (2012), a “natureza e a sociedade não estão separadas por uma diferença radical ou ontológica” (GONZALES; BAUM, 2013, p.145), e os indivíduos, as “coisas” e os híbridos, permeados pela mediação formam o coletivo que se encontra em um contínuo processo de articulação.

Figura 01: Percurso metodológico utilizado pela pesquisa. Marechal Cândido Rondon, 2020⁴⁶.



Fonte: Latour (2012), Gonzales; Baum (2013), sistematização das pesquisadoras, 2020.

O local elencado para a aplicação da proposta foi o Assentamento Mario Lago, localizado no município de Ribeirão Preto - SP, especificamente focada nas atividades de produção e escoamento permeadas pela Cooperativa Comuna da Terra, por se tratar de uma experiência de referência no Brasil, no que compete à produção agroecológica e à organização cooperada (1º momento).

Após o aceite de participação do coletivo, foi necessário elencar alguns atores a serem seguidos no interior da rede. Ao todo foram 12 atores entrevistados, sendo eles: 4 agricultores do assentamento que escoam sua produção por meio da cooperativa; 3 representantes da cooperativa (sendo 2, também agricultores ativos na cooperativa) e 5 consumidores que, por meio de

⁴⁶ Percurso metodológico primeiramente apresentado na disciplina de Seminários, do programa de doutorado, e posteriormente adaptado, após qualificação da tese.

cestas de produtos, adquirem alimentos agroecológicos.

Como não existe uma receita pronta para obter os relatos das incertezas, optou-se por estruturar um roteiro de entrevistas a ser seguido na conversa com os atores, conversas que foram gravadas e que geraram um total de 4 horas e 35 minutos de material. O roteiro para a realização das entrevistas levou em consideração 5 eixos de análise: o 1º eixo: dados pessoais entre os quais o nome, a idade, a escolaridade, a composição familiar e a fonte de renda; 2º eixo: histórico de vida - através do qual tentaremos nos aproximar da trajetória do ator; 3º eixo: práticas agroflorestais; 4º eixo: práticas cooperativas – em que serão relatados os conhecimentos dos atores sobre os assuntos e, por fim, o 5º eixo: relação de consumo - em que foram relatadas as experiências vividas pelos atores dentro da rede de escoamento (2º momento).

Com a posse das informações obtidas no campo, o objetivo foi procurar desdobrar as incertezas com base nos relatos, compreendendo a rede como algo circulante (3º momento).

A partir das informações obtidas em meio à pesquisa de campo, o objetivo foi identificar as redes estabelecidas pela cooperativa na atualidade, no que compete ao escoamento de produção, quais são os atores (mediadores e intermediários) e compreender quais as controvérsias que os circundam, bem como descobrir quais ações são relevantes para o fortalecimento de experiências como esta.

3. O CONTEXTO DE INSERÇÃO DA COOPERATIVA COMUNA DA TERRA

A Cooperativa Comuna da Terra, formada por uma parcela das famílias assentadas no Assentamento Mario Lago⁴⁷, está situada no município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, localidade cuja população é estimada em torno de 720.116 habitantes. O município tem área oficial de 650,9 km², dos quais cerca de 77,6% integram a Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, e 22,4%, a

⁴⁷ Para uma descrição mais detalhada em relação ao processo histórico de implementação do Assentamento Mario Lago, vide Mapa de Conflitos Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/acampamento-mario-lago-luta-por-politicas-publicas-e-pela-preservacao-do-aquifero-guarani/> Acesso em: 01 de abril de 2022.

Bacia Hidrográfica do Rio Mogi (IBGE, 2021).

Localizado no noroeste da capital paulista, conta com um ecossistema de transição do cerrado para a mata atlântica (CORREA NETO et. al., 2016), ambiente propício para a produção agrícola. Fator que impulsionou a concentração da maior parte do município na agricultura e, dentre as produções mais relevantes do local, destacam-se a produção de café, sua principal referência produtiva até os anos de 1930, quando teve que se inserir, devido à crise de 29, na produção de cana de açúcar.

A aplicação de inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas na agricultura, derivadas do pacote da Revolução Verde, ampliou a produtividade agropecuária da região, que na década de 1970 se mantinha como a principal região agropecuária do Estado de São Paulo, sendo a maior produtora de laranja (43%), soja (84,8%), milho (24,9%), tomate (35,2%), algodão (22,6%), limão (41,2%) e cana-de-açúcar (34%) no estado. Destacando-se, também, na produção de arroz, amendoim, café, cebola, feijão e outros cítricos, além de bovinos e aves (IPT, 2000, p. 90 e 91).

Especificamente, a produção de cana de açúcar em Ribeirão Preto ampliou a contratação de terra e a submissão dos agricultores familiares às agroindústrias consolidadas pelo agronegócio e, conseqüentemente, a disseminação da pobreza (JUNQUEIRA, 2014, p. 70 e 71).

A soma entre a complexidade de se possuir bacias hidrográficas importantíssimas para o ecossistema brasileiro e a produção extensiva acarreta algumas contradições, que fazem autoridades e a população reivindicarem uma proteção ambiental para a área. Mobilizações motivadas pela luta política, que se materializa tanto pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais quanto pela organização popular.

Nesse contexto de utilização de agrotóxicos e desmatamento de áreas de reserva para o fomento de áreas agricultáveis em detrimento da conservação do ambiente, impulsionaram processos de regularização de assentamentos de reforma agrária com maior expressividade.

Concomitante a esse cenário de destruição, e em busca de alternativas viáveis para a redução dos danos ambientais, as mobilizações pela terra, principalmente as encabeçadas pelo MST, ampliam as discussões em relação não só à necessidade de criação dos assentamentos, mas também da produção

de comida, enquanto bandeira de luta. Em consequência, ocorre no final dos anos 90 o direcionamento das ações do movimento para um novo sistema produtivo voltado para a produção de alimentos saudáveis, à luz da agroecologia, fator que amplia a dimensão ambiental, aos aspectos socioeconômicos já pautados, para a construção de uma reforma agrária popular (MST, 2000).

Com o intuito dese concretizar como movimento social do campo que elenca o meio ambiente e a sustentabilidade de seus territórios como elementos também centrais, o MST passa a enfrentar a necessidade de aprender técnicas de agricultura referentes a novas formas de organização do trabalho, bem como, a reformulação de suas estruturas orgânicas de base (ZONETTI, 2019 p.15).

Somado a essa nova forma de pensar a produção, os sem-terra passam a adotar práticas de desenvolvimento de assentamentos visando o acesso a políticas públicas, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Sustentável-PDS⁴⁸ formulado pelo Instituto de Reforma Agrária e Colonização - INCRA.

Segundo Goldfarb (2006),

houve a criação da proposta das Comunas da Terra⁴⁹, cujas intenções se expressam em assentamentos que têm estritamente a agroecologia como base produtiva e que estão localizados próximo a centros urbanos, reintegrando trabalhadores outrora rurais e que passaram um grande período de suas vidas como trabalhadores urbanos. Além disso, nos assentamentos tipo Comuna da Terra não há titulação individual dos lotes, e, sim, uma concessão de uso da terra aos assentados (ZONETTI, 2019 p.15).

No caso específico da antiga Fazenda da Barra, a mesma foi desapropriada pelo INCRA e se transformou no PDS da Barra, tendo como grande desafio a regeneração da vegetação, que sofrera, há anos, “impactos

⁴⁸ O PDS foi implementado pela portaria nº 477 de 4 de novembro de 1999 do INCRA, e “os princípios básicos norteadores desses projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso de terra e, conseqüentemente, acesso a crédito”. (CARVALHO, 2011, p. 93 apud CAMARGO et al., 2016, p. 154). Somente no Estado de São Paulo, o MST detém dezenove assentamentos através do PDS (ZONETTI, 2019 p.15).

⁴⁹ Organização de assentamento cujo propósito é atrair o trabalhador marginalizado que se encontra nos grandes centros urbanos e que, devido a sua vivência na cidade, perdeu a identidade rural e seu reconhecimento com o campo. Com o intuito de reconstruir o campesinato sem-terra atraindo trabalhadores da cidade que não migrariam para o espaço rural sem o mínimo de infraestrutura. Os assentamentos organizados segundo essa concepção são divididos em lotes individuais menores e estão localizados próximo aos centros urbanos (GOLDFARB, 2006).

ambientais significativos causados pela extensa utilização do solo para a produção de soja, amendoim e principalmente cana-de-açúcar” (ZONETTI, 2019 p.33), produções que utilizaram de forma extensiva as propriedades do solo, alterando a paisagem e causando desequilíbrios ambientais diversos.

Segundo Filho e Ferrante (2009), a degradação ambiental foi um dos principais motivos do início da desapropriação das terras nos anos 2000, com efetivação do PDS da Barra em dezembro de 2007. Tal projeto foi dividido em três assentamentos, levando em conta as diferentes origens dos grupos de acampados. Os assentamentos foram intitulados como: Assentamento Santo Dias (vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem -Terra- MLST), que se fragmentou, formando o Assentamento Índio Galdino que é gerido de forma independente, e o Assentamento Mário Lago, vinculado ao MST.

Nesse contexto, o Assentamento Mario Lago se encontra em área de afloramento do Aquífero Guarani, reserva subterrânea de água doce com uma extensão de aproximadamente 1,2 milhões de km² e que abrange o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, sendo de grande importância ambiental (MACHADO, 2016) e tendo como grande desafio contribuir para a redução da contaminação da água, atrelado à redução dos agrotóxicos.

Tarefa que não se configura fácil, tendo em vista os estudos ambientais coordenados pela Embrapa Meio Ambiente, que revelam altos índices de contaminação do solo por agroquímicos (GOMES, 2014), além da baixa conservação da cobertura florestal da área (3,2%), que foi tomada pelo cultivo de cana-de-açúcar (KRONKA, 2005). Situação que instiga ao fortalecimento da criação de estratégias de produção agroecológica e associativista por meio das prerrogativas do PDS, solidificando o posicionamento político e ideológico voltado à manutenção e preservação da paisagem e do humano. Esse contexto é complexo, tendo em vista que o município de Ribeirão Preto é considerado atualmente como a capital do agronegócio brasileiro e que o mesmo concentra alta circulação de capitais, fator que aprofunda as tensões por território.

Ao todo, o Assentamento Mario Lago tem 264 famílias assentadas, por meio da consolidação do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), respeitando os critérios de adequação ambiental da área degradada. Segundo Machado, (2016, p.19)

Fazem parte desses critérios: a organização produtiva, com incentivo às práticas cooperativas; reflorestamento e defesa ambiental; destinação de 35% da área para Reserva Legal (considerando a região de recarga e afloramento do Aquífero Guarani), sendo 20% de Reserva Legal estrita e 15% de Reserva Legal em Sistema Agroflorestal; incentivo às práticas de produção agroecológica, com programas de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, além de programas de agrobiodiversidade, florestal, manejo sustentável da água e irrigação e rejeição do uso de agrotóxicos. Isso, sem mencionar os 4 km de mata ciliar que protegem a margem esquerda do rio Pardo. Dessa forma, a organização do assentamento foi feita objetivando a produção agroecológica. Os lotes familiares são menores do que as parcelas que eram ofertadas pelo INCRA no processo de reforma agrária em períodos anteriores, possuindo aproximadamente 1,7 ha. As ARLs destinadas à produção coletiva agroflorestal são de 0,5 ha e incrementam as áreas produtivas das famílias. No total, o assentamento tem aproximadamente 140 ha de ARLs destinadas à produção agroflorestal, presentes em oito maciços florestais que totalizam 308 ha. Também existem áreas coletivas destinadas à produção e construção de infraestruturas sociais, como igrejas, posto de saúde, escola, comercialização, áreas de lazer, etc. A renda dos assentados é composta pela produção agrícola e de pequenos animais, além de servir para o autoconsumo, o que se reflete diretamente no custo e melhoria da qualidade de vida das famílias. A produção é comercializada de forma associativa pela organização dos assentados em cooperativas ou associações, e também em forma de comercialização informal, de porta em porta, nos bairros mais próximos ao assentamento ou, raramente, em feiras, mas principalmente, através do programa de aquisição de alimentos (PAA), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Contexto que remete ao relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA -, publicado no ano de 2013, que descreve a atual política de reforma agrária brasileira como sendo implementada em três estágios: o primeiro é responsável por delimitar os lotes e organizar as famílias; o segundo, organizar o fomento e a operacionalização dos créditos e de questões habitacionais; e o terceiro, inserir os trabalhadores rurais em políticas públicas de aquisição da produção, com enfoque na consolidação de mercados institucionais⁵⁰.

⁵⁰ É válido ressaltar que no atual governo de Bolsonaro não se tem “uma política de reforma agrária, e, com os territórios ameaçados, os camponeses procuram uma resistência ativa para superar esse momento de exclusão de políticas públicas de desenvolvimento. A luta pela terra está sob ameaça, com o governo Bolsonaro querendo caracterizar a ocupação de terra como ato terrorista” (CORREIO DO POVO, 2019, apud FERNANDES et al., 2020, p. 340). “As ocupações de terra são a principal ação para pressionar os governos na criação de assentamentos de reforma agrária. No ano de 2019, foram realizadas 43 ocupações, o menor número desde 1990, durante o governo Collor, que também se utilizou da criminalização das ocupações como forma de impedir a luta pela terra. O governo Bolsonaro tem defendido o armamento da população e, principalmente, dos latifundiários. A violência contra a luta pela terra no Brasil tem ceifado dezenas de vidas todos os anos. O primeiro ano de governo que declaradamente defende a violência contra as ocupações teve um forte impacto na luta pela terra” (FERNANDES et al., 2020, p. 340).

Tais mercados são definidos como espaços alternativos de comercialização direta, materializados nas demandas de compras públicas dos produtos da agricultura familiar, e têm sua centralidade em programas como o Programa Aquisição de Alimentos – PAA -, que, na atualidade, sofre grandes desfalques de fomento, e no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Tanto ao processo de regularização da posse das terras, como o da criação de mercados institucionais para a absorção interna da produção - para além de outros fatores, como a própria regularização do assentamento -, as famílias conseguiram ter acesso por meio de políticas públicas. Dentre as quais destacamos a participação dos agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Doação Simultânea, principal canal de comercialização das famílias entre os anos de 2011 e 2015.

Segundo Nunes (2016), a partir do final de 2011, o processo de produção agroflorestal no assentamento contou com uma parceria com a Associação de Produtores Agroflorestais da Barra do Turvo e Adrianópolis, a Cooperafloresta, abrindo posteriormente portas para outras parcerias como a Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo (SMA) e o Fundo Nacional para Biodiversidade (Funbio). Com isso, até 2016, aproximadamente 80 famílias foram envolvidas com a implantação de áreas de agrofloresta em seus lotes e também em áreas coletivas localizadas nas Reservas Legais. Atualmente, dentre as famílias do assentamento, 30 produzem em formato agroflorestal e escoam via cooperativa Comuna da Terra, conquista organizada e administrada pelos agricultores e que operacionaliza o escoamento da produção das famílias.

Os principais produtos cultivados no assentamento são abóbora, mandioca, batata-doce, banana, feijão, feijão-de-corda, dentre outros. Mas há também, com menor frequência, a produção de hortaliças: alface, jiló, rúcula, salsa, cebolinha e outras.

Segundo estimativa feita pelos próprios assentados, foram produzidas em 2015 cerca de 4 toneladas de alimentos por semana, destinadas à alimentação escolar. Além disso, já iniciaram a comercialização de alimentos (cestas) produzidos sem uso de agrotóxicos nos sistemas agroflorestais. A cesta conta com aproximadamente 8 itens, e uma média de 10 kg, com produtos variados entre hortaliças, legumes, frutas e temperos. Na produção animal, destaca-se

principalmente a produção de ovos e galinha caipira (MACHADO 2016, p.20).

Especificamente no que compete a consolidação da Cooperativa Comuna da Terra, segundo o Entrevistado nº 5 da pesquisa, o processo teve início no final de 2011 para 2012, estimulado pela visita realizada para conhecer a experiência do Coopefloresta.

A gente começou a executar a ideia de as pessoas fazerem primeiros sistemas, mas aí a gente viu que só ia fazer o sistema sem ter uma possibilidade de comercialização também não fazer efeito. Então a gente começou tudo junto a fazer um sistema agroflorestal e já organizar a comercialização. E a partir disso, a gente foi ficando num grupo informal até quando deu, né. Mas quando começou a gerar lucro a gente sentiu a necessidade de criar a figura jurídica. No começo, era um grupo informal não tinha nada disso (Respondente 5, 2020).

O participante ainda ressaltou a importância da assistência técnica dada pelo Incra. Na ocasião “tinha um técnico lá que é filho de uma assentada, que ele também estava estudando direito, o Luciano, ele que fez toda essa parte burocrática para a gente” (Respondente 5, 2020).

Segundo a lembrança do Respondente Nº 6:

a gente trabalha no processo coletivo há muito tempo, mas quando a gente conheceu a agrofloresta, a gente tá num grupo de agricultores que começou a fazer esse tipo de agricultura, e esse projeto, ele veio para ajudar a estruturar isso, então quando a gente criou a cooperativa esse grupo já reunia, já comercializava pelo menos uns quatro anos, é o que eu acho que toda cooperativa deveria ser formada dessa forma e não é o que acontece na realidade, alguém pensa que para organizar um grupo de produtores tem que ser uma cooperativa, então a cooperativa vem para organizar aquele grupo. Na verdade, eu acho que o grupo organizado que cria aquela cooperativa, porque daí dá certo porque aquele grupo trabalha, já sabe, já conhece todo mundo, sabe as diferenças, então fica um grupo sólido, a cooperativa é um CNPJ que formaliza necessidade, mas ela não precisa daquilo para organizar aquele povo, sem o CNPJ você continuaria, então é só um jeito de ter uma personalidade jurídica de um grupo que já tá trabalhando junto, então por isso que eu acho que é muito importante esse processo de formação (Respondente 6, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por onde aterrar é algo complexo e só atingível após a compreensão das dependências e interesses que perpassam a relação ser humano-natureza. Em contrapartida, o que se observa é a manutenção massiva

de perspectivas hierarquizadas e autoritárias, que distanciam os países centrais dos periféricos.

Diante deste cenário, para uma alteração significativa é necessário compreender o contexto vivido enquanto movimento, inserido na dinâmica neoliberal e envolto em relações de poder que direcionam as políticas de desenvolvimento.

Uma das perspectivas possíveis de intervenção seria relatar os processos plurais que servem de resistência à massificação econômica, social e cultural, que aqui se expressam por meio da realidade vivida pelos agricultores cooperados da Comuna da Terra, *locus* da pesquisa, que teve seu direcionamento centrado na agência dos atores, entendendo-os como partícipes do espaço político e como agentes que fortalecem o reposicionamento do ator rural nas relações sociais, por meio da contra-estrutura, ambiente que possibilita uma renovação de recursos e espaços de valorização do ator do campo, seja ele humano ou não-humano.

Sendo a ANT um caminho alternativo utilizado para descrever a realidade rural estudada, que por si só já é uma “rede social de resistência”, articulada às reivindicações pela proteção ambiental e por uma estrutura digna para o campo e seus atores. Dentre os pontos cruciais dessa realidade encontra-se a força do MST, da consolidação em prol da produção de alimentos saudáveis, dos programas de desenvolvimento sustentável (por meio do PDS), e de mercados alternativos ao produtivista (a exemplo das feiras e cestas). Contexto desafiador, mas de grande importância social ao integrar as redes de conexão para contribuir com o desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ALQUÉZAR, R., et al. Prácticas cooperativas: ¿estrategias de supervivencia, movimientos alternativos o reincrustación capitalista?, **ARS & HUMANITAS**, número especial sobre Reciprocidade e Solidariedade, VIII-1, p. 151-166, 2014.

ALVES, A. F. Do Desenho a Implementação de projetos de desenvolvimento rural sustentável: interfaces e negociações no projeto vida na roça (Paraná). 2008. 234, p. **Tese**. UFSC. Florianópolis. 2008.

ANGROSINO, M. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BONANNO, A., L. et al. **From Columbus to ConAgra: The globalization of Agriculture and Food**. Lawrence: University Press of Kansas. 1994.

CALLON, M. Tecno-economic networks and irreversibility. In: LAW, J. (ed) **A Sociology of Mosters: Essays on Power, Tecnology and Domination**. London: Routledge, 1991.

CAMARGO, R. A. L. de et al. O PAA e PNAE em assentamentos PDS no norte paulista. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 149-173, 2016.

CORREA NETO, N. E. et. al. Sistemas Agroflorestais em assentamentos da Reforma Agrária. Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta. **Publicação Petrobrás Sócio-ambiental**, 2016.

FERNANDES, B. M. et al. A questão agrária no governo Bolsonaro: Pós-facismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/7787/5874> , Acesso em: 13 de maio de 2021.

FILHO, D. B.; FERRANTE, V. L. S. B. A luta pela terra na região de Ribeirão Preto: o processo de formação e organização do Assentamento Mário Lago. **Retratos de Assentamento**, n. 12, p. 305-330, 2009.

GOLDFARB, Y. Do campo à cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da reforma agrária. **Agrária**, v. 5, p. 109-138, 2006.

GOMES, M. A. F. Panorama da contaminação ambiental por agrotóxicos e nitrato de origem agrícola no Brasil: cenário 1992/2011 /Marco Antonio Ferreira Gomes; Robson Rolland Monticelli Barizon.– Jaguariúna, SP: **Embrapa Meio Ambiente**, 2014.

GONZALES, K. ; BAUM, Carlos . Desdobrando a Teoria Ator-Rede: Reagregando o Social no trabalho de Bruno Latour. **Revista Polis e Psique**, v. 3, p. 142-157, 2013.

HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. da. Onde aterrar? Como se orientar

politicamente no Antropoceno. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 391-394, jun. 2021.

IBGE. Cidades, **Panorama de Ribeirão Preto**, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ribeirao-preto/panorama> Acesso em: 12 de abril de 2021.

KRONKA, F. J. K. (Org.) **Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente. 2005.

LAW, John. **Organizing modernity**. Oxford (UK) and Cambridge (USA): Blackwell, 1994.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 1994.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede**. São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **Onde aterrar?**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor**. San Luis de Potosí / México: El Colegio de San Luís / CIESAS, 2007.

LONG, N.; PLOEG, J.D. van der. Reflections on Agency, Ordering the Future and Planning. In: GEORG, E.; FRERKS; JAN H. B. DEN OUDEN (Eds.). **In search of the middle ground: issues on the sociology of the planned development**. Wageningen, Netherlands, 1995, p.64-78.

MACHADO, A. M. B. Camponeses da reforma agrária e a floresta : o caso do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, SP [recurso eletrônico] / Antonio Maciel Botelho Machado, Natália Almeida Bizzo. Dados eletrônicos. – Brasília, DF : **Embrapa**, 2016.

MCMICHAEL, P. **The global restructuring of agro-food systems**. Ithaca: Cornell University Press. 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7.ed., São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis:

Vozes, 2016.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó, SC: ARGOS, 2005.

MIOR, L. C. Desenvolvimento rural: a contribuição da abordagem das redes sociais e sócio-técnicas. In: SCHNEIDER, S. **A Diversidade da Agricultura Familiar**. Porto Alegre, RS: UFRGS, p. 268-293. 2006.

MST. 4º Congresso Nacional do MST. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, p.24. 2000.

MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies**. n. 16, p. 407-419. 2000.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, P. J. Estratégias de comercialização adotadas por famílias que praticam agroflorestal: um estudo de caso no Assentamento Mario Lago/SP. **Dissertação de Mestrado**. UFSCAR Araras. 2017.

PLOEG, J. D. V. D.; MARSDEN, T. **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Assen-The Netherlands: Van Gorcum, 2008.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, [S. l.], v. 13, n. 27, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/22438> . Acesso em: 7 jun. 2021.

SCHWATZMAN, S. "Os dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour)". **Novos Estudos**, v.39, p. 172-179, 1994.

WILKINSON, J. A teoria do Ator-Rede e economia política: do atrito à convergência via redes sociais, convenções, cadeias de valor global e redes de produção global. In: PORTO, Maria Stela Grossi; DWYER, Tom. **Sociologia e realidade: pesquisa social no século XXI**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p. 319-345. 2006.

ZONETTI, V. M. O desenvolvimento do projeto Agroflorestar no Assentamento Mário Lago: dos processos de aprendizagem à transformação da atividade/ Vitor Moretti Zonetti; orientador, Cristiano Luis Lenzi- **Dissertação de Mestrado**-

2019.

COMUNA DA TERRA: A VOZ DE UMA “REDE SOCIAL DE RESISTÊNCIA”

FILUS, Veridiany⁵¹;

LIMA, Romilda de Souza⁵²

“O mapeamento de controvérsias não exige um protocolo específico. É enfim, um caminho que se faz ao caminhar, sem que o destino se antecipe sob a forma de uma explicação. Mas, ao contrário, que se alimente, o destino, de toda a riqueza das descobertas que a cuidadosa observação pode prover” (VENTURINI, 2010, VIANNA, 2018, p.62).

RESUMO

A ideia da aniquilação da espécie humana é algo latente na contemporaneidade, contexto preocupante que movimenta iniciativas de reversão. Dentre elas, podem-se visualizar as “redes sociais de resistência” enquanto movimentos de fortalecimento estratégico que, neste relato, se expressam por meio da produção agroecológica e da organização cooperativa. Em específico, este artigo procura descrever, com base no percurso metodológico da Teoria Ator-Rede (ANT), a experiência vivida pelos cooperados e consumidores da Comuna da Terra, no que compete ao escoamento da produção via sistema de cestas agroecológicas. Com o intuito de seguir os atores dentro da rede, a proposta é relatá-la, tendo como eixos norteadores a agroecologia, o movimento cooperado e a relação com os consumidores; compreendendo o local como um agrupamento de associações, que incluem numerosas entidades não sociais que se tornam participantes na partilha de um mundo comum, chamado coletivo. Identifica-se neste movimento a importância fundamental de descrever e dialogar sobre a existência desta relação entre humanos e não-humanos no interior das redes, bem como de intervenções que levem em consideração esta relação, para a melhoria e fortalecimento de tais práticas

PALAVRAS-CHAVE: ANT; Agroecologia; Comuna da Terra.

ABSTRACT

The idea of humankind annihilation is something latent nowadays, a worrying context that drives initiatives for reversal. Among which, the “resistance social networks” are found as strategic strengthening movements that, in this report, express themselves through agroecological production and cooperation-oriented organization. This paper seeks to describe specifically the experience lived by the cooperative members and consumers of the Comuna da Terra based on the

⁵¹ Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná; Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal de São Carlos – SP; Assistente Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná. E-mail: veri_filus@yahoo.com.br

⁵² Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGDRS-UNIOESTE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044> E-mail: romilda.lima@unioeste.br

methodological path of the Actor-Network Theory (ANT), concerning the production flow via the agroecological basket system. In order to follow the actors within the network, the proposal is to report it having as guiding parameters agroecology, the cooperation-oriented movement and the relationship with consumers; understanding the place as a grouping of associations which include numerous non-social entities that become participants in the sharing of a common world, called collective world. In this movement the fundamental importance of describing and dialoguing about the existence of the relationship between humans and non-humans within the networks is identified as well as the important role of interventions that take this relationship into account for the improvement and strengthening of such practices.

KEYWORDS: ANT; Agroecology; Comuna da Terra.

INTRODUÇÃO

Os processos de reflexão, geração e intercâmbio de conhecimentos e as diversas formas de assimilação e mobilização dos discursos, nas diferentes conjunturas de interação, são essenciais para se compreender as redes e o mundo que as constitui. No que compete à realidade brasileira, a mesma encontra-se atrelada à concentração da terra, à precarização do trabalho e à crise agroambiental e climática. Caminho de apropriação de bens e serviços que tange a insustentabilidade, o que implica um repensar de tais práticas, que se estendem a uma revalorização do campo; em uma reelaboração da relação cidade-campo, tanto na perspectiva do capital, como da resistência (ALMEIDA, HERNÁNDEZ; COLLADO, 2014).

Tal conjuntura tensiona a criação de novas formas de organização na agricultura familiar e camponesa, em uma relação que conecta produtores organizados e seus consumidores, e onde questões como a luta por terra, água, biodiversidade, soberania alimentar são argumentos de relevância local e global, as vidas e lutas, em um movimento integral de contraproposta ao neoliberalismo.

Conforme destacam Conte e Boff (2013), é urgente a necessidade de se pensar e projetar outras formas de desenvolvimento para além do crescimento econômico, no sentido de potencializar a agroecologia, bem como a valorização do trabalho camponês no cuidado com o planeta e a produção de alimentos saudáveis. Segundo Latour (2019), para que isso ocorra de forma mais ampliada, é necessário a inserção massiva da ecologia política e do envolvimento e politização dos objetos e da natureza em associações coletivas

humanas e não humanas que transcendem as dicotomias entre sujeito-objeto.

É válido ressaltar que, apesar das dificuldades de desenvolvimento da agroecologia, principalmente no que compete à sua luta por legitimidade em detrimento do agronegócio, as redes de atores estão ativas e proporcionam uma nova cultura de comercialização e consumo, mesmo que ainda existam inúmeros limites a serem ultrapassados.

Vive-se nestes contextos um grande impasse. Nos documentos oficiais que orientam as políticas, parte-se do princípio de que cabe à agricultura familiar garantir a qualidade de vida dos trabalhadores e sua inclusão social, por meio de formas associativas ou cooperativas fortes e dinâmicas em relação aos mercados locais. No entanto, o que se tem realmente institucionalizado revela um modelo de formulação de política que desconsidera a existência das condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores e aposta na ideia de que os dispositivos legais, por si só, garantem a organização das redes de sustentação política e cultural necessárias ao seu funcionamento (MELO; SCOPINHO, 2018).

Tendo em vista o nível de profissionalização e de estruturação que é requerido a essas organizações para acessar as políticas públicas, que destoam da realidade dos assentamentos, necessita-se de investimento por parte destas em melhor formação técnica e política de seus membros para se organizarem de modo cooperado. Mesmo que as políticas tragam outra perspectiva organizativa para os trabalhadores, tanto por meio de experiências de convívio social quanto pela participação em processos decisórios, elas nem sempre correspondem às demandas concretas dos sujeitos, necessárias para produzir, e de preparo para a inserção de produtos no mercado⁵³ (MELO; SCOPINHO, 2018).

Dentro dos espaços permeados pelo cooperativismo, apesar das estratégias diferenciadas, as organizações não estão fora do mercado capitalista e existem múltiplas articulações e tensões face a à hegemonia econômica. Portanto, analisar os discursos e práticas de outros modos de fazer e viver, que tentam existir e resistir no interstício do sistema socioeconômico dominante, se faz necessário (ALQUEZAR et.al, 2014).

⁵³ Tais considerações são mais bem expostas no artigo 2 desta tese.

Esses autores, ao analisarem as experiências das cooperativas, sinalizam que o trabalho em rede com entidades inseridas no campo da produção, distribuição e consumo fortalecem a manutenção e reprodução dessa dinâmica, sobretudo pelo interesse em criar um modelo econômico de resistência em que as relações, os direitos trabalhistas e a autonomia em relação à produção são o centro do valor gerado. Porém reforçam que essas experiências não implicam em uma autonomia das práticas cooperativas em relação às forças capitalistas estruturantes que dominam o cenário econômico global. “É antes uma relação de oposição, resistência e articulação; continuamente ameaçado pela tendência do capital de subjugar todas as esferas da vida humana e tentar impedir qualquer oposição ao seu avanço” (ALQUEZAR et.al, 2014, p. 160).

O surgimento de novas relações sociais, culturais e econômicas estruturadas sobre as bases da agroecologia sinaliza para uma dinâmica produtiva que fomenta a possibilidades de autonomia financeira dos agricultores agroecológicos e, finalmente, para a revalorização de produtos locais. Portanto, a heterogeneidade com que as redes se apresentam, sendo mais ou menos articuladas e/ou organizadas, demonstram diferentes níveis de eficácia quanto ao escoamento de alimentos e de apoio à agricultura familiar (FINATO, 2016).

É válido ressaltar que tais práticas são heterogêneas, e que os atores agem tendo em vista a sua realidade, podendo ampliar as possibilidades de empoderamento por meio do acesso ao mercado e às redes sociotécnicas, impactando na melhoria de sua qualidade de vida e do entorno. Fator que valida essas experiências enquanto articulações políticas alinhadas às dinâmicas socioespaciais que incluem o nível micro (agricultor/agroecossistema) e alcançam um nível macro, tanto no ambiente institucional como em espaços de alianças políticas, científicas e técnicas internacionais (MELO; SCOPINHO; GONÇALVES, 2016).

Especificamente no caso do artigo aqui proposto, a realidade de produção organizativa relatada será a experienciada pelos agricultores e consumidores vinculados à Cooperativa Comuna da Terra⁵⁴, que, no momento da pesquisa, consistia em 30 famílias agricultoras - em torno de 150 pessoas - e um rol de

⁵⁴ Para uma melhor visualização em relação à trajetória histórica de consolidação do Assentamento Mário Lago e da Cooperativa Comuna da Terra, ler o terceiro artigo desta tese.

aproximadamente 300 famílias consumidoras que adquirem as cestas agroecológicas da cooperativa⁵⁵. No que compete ao rigor dos relatos, estes foram obtidos por meio de 12 entrevistas semiestruturadas com 4 agricultores, 3 representantes da cooperativa e 5 consumidores; entrevistas estas que foram gravadas e que serão utilizadas na composição do relato.

Melo e Scopinho (2018, p.73) já escreveram sobre esse assentamento, e nos estudos elas relatam que “a existência do assentamento acentuava as tensões e disputas quanto às possibilidades de sobrevivência dos trabalhadores no campo, em uma região dominada pela alta tecnologia”. Tal contexto se complexifica tendo em vista o formato de estruturação do Assentamento Mário Lago, do qual a Cooperativa Comuna da Terra faz parte, que ocorreu por meio de Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS. Outra situação se refere à origem dos assentados que, segundo Melo e Scopinho (2018, p. 74), se constituía de migrantes urbanos, sem experiência de vida no campo, mas que “vislumbraram no assentamento uma oportunidade de reconstruírem suas vidas marcadas pela migração e pela pobreza”.

Para além desta introdução, a proposta é descrever o percurso e a orientação metodológica utilizados na coleta dos relatos e sua sistematização, que tem como base a Teoria Ator-Rede (ANT). Para isso, optou-se por relatar a experiência da Comuna da Terra, apresentar o perfil dos entrevistados e suas considerações em relação às práticas agroecológicas, à organização cooperativa e às interações de consumo e, por fim, identificar a articulação fundamental entre atores humanos e não-humanos dentro dessa “rede social de resistência”.

1. O PERCURSO DE TORNAR A ASSOCIAÇÃO RASTREÁVEL

Usando como respaldo a compreensão de Latour (2012) sobre controvérsias e incertezas, este artigo busca apontar como tais aspectos estão inseridos na realidade dos assentados e dos consumidores da Cooperativa

⁵⁵ É válido ressaltar que, além do escoamento via cestas e encomendas adicionais a elas, a Cooperativa também acessa o Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, e no ano de 2020 atendia os municípios de Cravinho, Guariba, Ribeirão Preto e Franca.

Comuna da Terra.

O desenvolvimento da pesquisa à luz da ANT permite observar as novas associações e reunir o coletivo. E, para que este movimento seja executado com o maior rigor possível, a proposta é documentá-lo sem delimitar de antemão as controvérsias. Em um movimento em que é de responsabilidade dos atores “arrumarem, por assim dizer, sua própria bagunça” (LATOUR, 2012, p. 232).

Na tentativa de tornar o fluido social finalmente rastreável, busca-se na interação abstrata que move a ação compreender o contexto vivido e “medir a distância real que qualquer conexão social tem de superar para gerar algum tipo de rastreamento” (LATOUR, 2012, p.249). E, ainda, mediante uma série de cuidados, os depoimentos serão relatados por meio dos vínculos e conexões que estabelecem em coletivo com “espaço suficiente para desdobrar seus gerúndios contraditórios” (LATOUR, 2012, p. 316). Sem sistematizar o social no lugar do ator, em um movimento que detecta as conexões que propiciam o transporte das ações, questionando a natureza delas e seu sentido enquanto mediadoras.

Neste sentido, objetiva-se fazer o acompanhamento das controvérsias, trazendo, por meio do relato, os padrões identificados nas falas. Sendo importante salientar que o social representa “apenas uma parte dos grupos formadores do coletivo” (LATOUR, 2012, p. 333), e que por isso se faz necessário descobrir as outras entidades que o circulam.

Para descobrir tais entidades, a orientação consiste em olhar para a associação, identificar do que ela é feita e depois examinar o repertório de laços sociais que ela revela. Com um enfoque prioritário na identificação dos objetos (atores não-humanos), sem carga de explicação social sobre eles, a ideia é seguir “aquilo que os faz atuar: as entidades em circulação” (LATOUR, 2012, p. 339).

A tarefa aqui é vislumbrar outro modo de observar o mundo social em sua totalidade, além de restringir sua amplitude aos laços sociais padronizados. Segundo Latour (2012, p. 342), para compreender o processo metodológico da ANT, “precisamos libertar de suas gaiolas entidades até agora proibidas de pisar o palco e deixá-las perambular novamente pelo mundo”. Pois, a partir daí, e por

meio do desdobramento de controvérsias e da estabilização delas, é que será possível identificar a influência política que perpassa a “rede social de resistência”.

Para tal, a sucessão dos pontos de desdobramento, estabilização e composição tem que ser resguardada, segundo Latour (2012, p.355),

primeiro convém desdobrar controvérsias para aferir o número de novos participantes no futuro agregado; depois acompanhar o modo como os próprios atores estabilizam aquelas incertezas elaborando formatos, padrões e metrologias; e, finalmente, descobrir como os grupos assim resumidos podem renovar nosso senso de existência no mesmo coletivo.

Latour, com este posicionamento, defende que as novas associações podem recuperar seu significado político por meio da reunião dos novos participantes que outrora passaram despercebidos “levando adiante a tarefa da epistemologia política que nos foi imposta pelas incontáveis crises ecológicas” (LATOURE, 2012, p. 361). Sendo a ANT uma maneira de expressar que a formação do mundo comum não pode ser infectada quando se tem estabelecido limites dentro da esfera social, e uma vez realizado o exercício de se explorar o ambiente fértil das mediações.

1.1. O Ato de rastrear a Comuna da Terra

Munidos da perspectiva da ANT de se lançar ao objeto de estudo sem restrições entre relações locais e globais, sem moldura, e de maneira desarmada, tem-se o início da pesquisa de campo em seu lócus.

Após o aceite do coletivo em receber a pesquisa, partimos para o processo de sistematização da coleta dos relatos, que ocorreu em um período de duas semanas: a primeira em março e a segunda em novembro de 2020, ainda em plena pandemia pela Covid-19. Como o local da realização da pesquisa já era um espaço de inserção no qual eu já havia antes me inserido, a oportunidade de permanecer no local, inclusive no período da noite, facilitou a imersão.

Para que a aproximação se desse de modo mais fluido, optei por seguir um roteiro com perguntas semiestruturadas, que, de início, aproxima a pessoa

entrevistada de quem a quer ouvir. O roteiro se inicia com perguntas sobre perfil e histórico de vida, para depois adentrar as questões organizacionais que conectam essa rede, com perguntas em relação às práticas agroecológicas, às práticas cooperadas e à relação de consumo dos produtos agroecológicos.

Para possibilitar um maior aproveitamento da fala dos entrevistados, dentre as questões elencadas para os três grupos de respondentes (agricultores familiares, representantes da cooperativa e consumidores da cesta agroecológica), optei por partir de três questões originárias da rede, e são elas: (1) Como se deu sua aproximação com a **agroecologia**?; (2) O que o motiva a participar da **dinâmica cooperada** para a produção e aquisição de alimentos agroecológicos; (3) Como você identifica a relação que se estabelece por meio do **consumo das cestas** agroecológicas?.

Estas três questões centrais (aproximação da agroecologia, inserção na dinâmica cooperada e a relação de consumo por meio das cestas agroecológicas) iniciam o relato da rede, que terá como complementação as demais questões abordadas no decorrer da entrevista e que atendem à sistematização proposta⁵⁶.

2. TECER DA REDE: O RELATO DAS CONTROVÉRSIAS

2.1 Os atores da rede: perfil

Como já exposto, a pesquisa buscou relatar a experiência da “rede social de resistência” estabelecida na dinâmica organizacional da Cooperativa Comuna da Terra no que compete à sua produção e escoamento. Ao todo, foram realizadas 12 entrevistas, abrangendo 04 agricultores, 03 representantes da Comuna e 05 consumidores. As entrevistas foram gravadas, totalizando 04h35m de material coletado⁵⁷.

Para uma melhor organização dos relatos, as perguntas norteadoras foram separadas em categorias, sendo elas: perfil do entrevistado(a), histórico

⁵⁶ Para uma melhor visualização da sistematização da pesquisa, observar figura 1, que consta do artigo 3 desta tese.

⁵⁷ Do total de 4h35, 1h25 compreendem as falas dos agricultores, 1h36, a gravação dos representantes da cooperativa, e 1h34, o depoimento dos consumidores

de vida, práticas agroecológicas, práticas cooperativas e relação com o consumidor.

A escolha dos atores que seriam entrevistados foi ajustada com os representantes da cooperativa, tendo em vista o diálogo que foi estabelecido desde o início da proposta. Os agricultores que deram seu depoimento foram divididos igualmente por sexo, sendo 02 mulheres e 02 homens. Foram priorizados os atuantes na cooperativa desde o início da organização do assentamento. Quanto aos representantes da cooperativa, a escolha foi por entrevistar os mais interventivos na organização, tanto na questão financeira e de gestão, quanto na questão da produção e organização do escoamento. Já em relação ao público consumidor, a seleção ocorreu de forma aleatória, sendo lançado no grupo de *WhatsApp* uma solicitação de participação na entrevista, a qual foi aceita por 05 consumidores.

Ao todo, 11 entrevistas ocorreram presencialmente, e 1 foi realizada via *Google Meet*, tendo em vista a dificuldade de encontro presencial.

Inicialmente, no mês de março de 2020, a imersão de uma semana em campo possibilitou uma visualização da dinâmica da cooperativa, bem como da realidade de alguns dos agricultores integrantes. Na ocasião também foram realizadas as entrevistas com os 4 agricultores. Munida dessa primeira experiência, houve a preparação para a aplicação das entrevistas com os representantes da cooperativa e com os consumidores, realizadas em novembro de 2020.

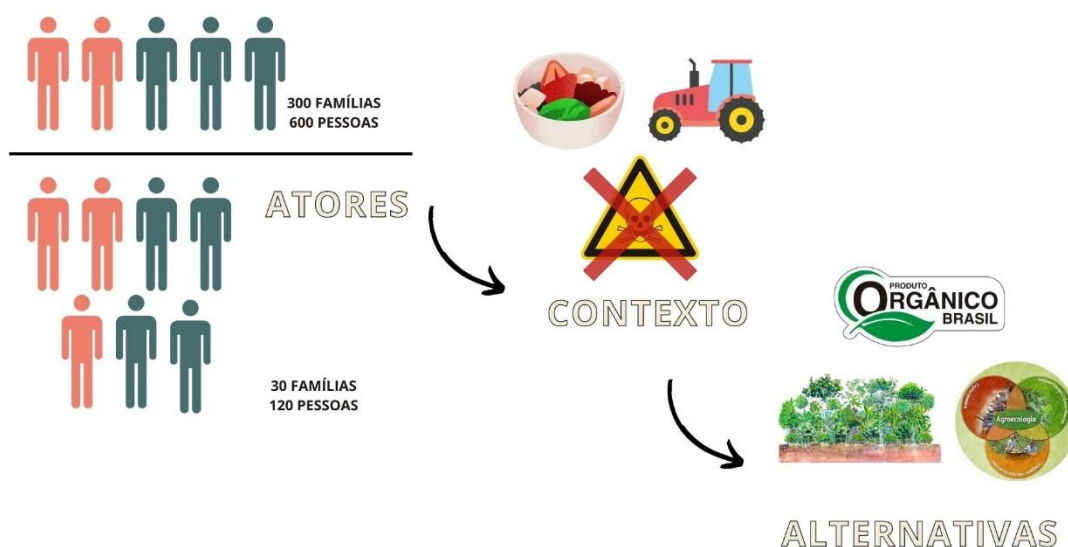
Como pode ser observado na Figura 1, os entrevistados representam um fragmento da rede estabelecida, que se estima ser composta por 300 consumidores (em média 600 pessoas/famílias) e 30 famílias de agricultores (em média 120 pessoas)⁵⁸, totalizando um recorte inicial de 720 pessoas.

Identifica-se também, após uma prévia análise do discurso dos atores, que a essência que mantém a rede de escoamento de produção, por meio das cestas agroecológicas e encomendas da Comuna, está envolta em um contexto

⁵⁸ A estimativa de envolvidos na dinâmica da cesta teve por critério a média familiar dos agricultores e consumidores entrevistados, que foi de 6 para os agricultores e 2 para os consumidores.

de recusa à utilização de veneno/agrotóxico na agricultura, principalmente quando atrelada à sua utilização para a produção de alimentos/comida. Cenário que motiva a produção agroecológica e a organização cooperativa, bem como consumidores ligados à rede.

Figura 01: Atores, contexto e alternativas estabelecidas na dinâmica de escoamento de cestas agroecológicas da Cooperativa Comuna da Terra

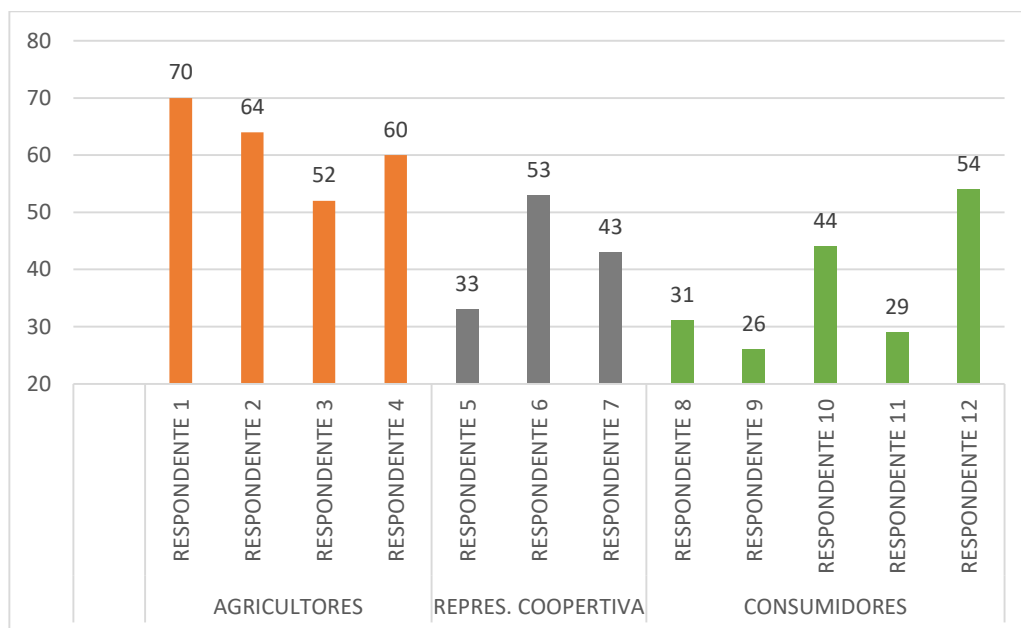


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Em relação ao gênero, ao todo foram entrevistadas 05 mulheres e 07 homens (conforme pode ser visualizado na Figura 1, na distinção de cores).

Em relação à idade dos participantes, a maioria está na faixa dos 30 anos - 70 anos, contabilizando 10 dos 12 entrevistados (Gráfico 01). Situação que se afunila quando se verifica que os agricultores estão na faixa dos 52 aos 70 anos, enquanto os consumidores entre 26 a 54 anos, uma média de 61 e 36 anos, respectivamente.

Gráfico 01: Idade dos entrevistados na “rede social de resistência” da Comuna da Terra, 2020.



Fonte: Dados da pesquisa.

Além da disparidade de idade entre agricultores e consumidores, ocorre também uma distinção em relação à escolaridade, já que os agricultores em sua totalidade não possuem o ensino médio completo, enquanto todos os consumidores têm, no mínimo, o ensino superior⁵⁹. Pelo perfil de escolaridade dos consumidores é possível, ainda que de forma inconclusiva, deduzir que consumidores mais informados, e com maior grau de escolaridade apresentam maior tendência a consumir alimentos orgânicos e ou agroecológicos, isso inclusive pela possibilidade de maior renda para quem tem ensino superior completo. Muito embora haja poucas pesquisas no Brasil que possam referendar tal aspecto de consumo, citamos uma revisão de literatura publicada em 2017, em que foram analisados 28 artigos sobre o assunto (24 deles publicados em periódicos nacionais). Assim sendo, a conclusão a que se chegou sobre o perfil de consumo da pesquisa realizada por Carvalho e Souza; Moraes Filho (2017, p. 13), foi de que:

O perfil prodominante dos consumidores de orgânicos do Brasil possui uma certa uniformidade ou padrão entre os fatores psicológicos, como

⁵⁹ Um relatório gráfico mais detalhado sobre o perfil dos entrevistados pode ser visualizado no Apêndice 2 desta tese.

preocupação com a saúde e meio ambiente, interesse pela informação sobre o produto e leitura dos rótulos; e fatores demográficos, como gênero feminino, idade superior a trinta anos, ensino superior completo e renda elevada. Este perfil mostrou-se bastante similar ao perfil dos consumidores apresentados nos artigos dos outros países analisados, evidenciando e corroborando mais ainda com a literatura existente sobre esse tema, de que os fatores psicológicos e demográficos mencionados acima são características e fatores importantes para determinar ou influenciar o consumo de alimentos orgânicos. Assim, percebe-se que esse nicho de mercado possui uma forte tendência em relação ao seu perfil.

Quanto à renda familiar dos entrevistados, ela é proveniente de diferentes configurações. Para as famílias agricultoras, embora a renda familiar principal venha da produção originada no lote, essas famílias possuem outras complementações, tais como: aposentadoria (2 agricultores); pensão (1 agricultor), trabalho formal (1 agricultor). Os representantes da cooperativa têm a renda familiar composta por trabalho formal (2 representantes) e pela produção do lote (2 representantes). Enquanto o público consumidor tem sua renda familiar composta em sua totalidade pelo trabalho formal. Fatores que auxiliam a pensar questões como a necessidade de políticas públicas de interação entre agricultores e consumidores, bem como a de se relatar quais os sucessos e obstáculos dessa interação.

2.2. Motivações e dificuldades

Especificamente no que compete ao histórico de vida e inserção na dinâmica de produção e escoamento da Comuna da Terra, conforme pode ser observado na Tabela 01, são elencadas as principais dificuldades e as principais motivações que mantêm agricultores e representantes da cooperativa nessa dinâmica.

Encontram-se como principais dificuldades: a manutenção do coletivo e da produção, que se estende aos aspectos da comercialização, de acesso à infraestrutura e a políticas públicas, bem como a escassez de recursos. Em contrapartida, as principais motivações têm como sustentação importante o convívio e a interação entre os assentados, a realidade de produzir alimentos sem a utilização de agrotóxicos e, ainda, o fato de ter a renda atrelada à produção do lote.

Para além desses aspectos, há o significado central relativo à organização social feita pelo Movimento Sem Terra - MST - , que foi, e continua sendo de fundamental importância para mobilização da luta coletiva por políticas públicas de reforma agrária e de melhoria das condições de manutenção da vida no campo.

Tabela 01: Síntese das principais dificuldades, das principais motivações e da importância do MST no Assentamento Mário Lago-SP, 2021.

| Principais dificuldades: | Principais motivações: | Importância do MST neste processo: |
|--|---|---|
| Organizar o coletivo (6) | Interação e o progresso entre os assentados (6) | Mobilizar a luta coletiva por reforma agrária (6) |
| Organizar a produção (4) | A possibilidade de produção no formato agroecológico (3) | Ocupar as terras e formar os assentamentos (5) |
| Organizar a comercialização (4) | A possibilidade de acesso aos mercados e a renda (3) | |
| Falta de acesso a infraestrutura e moradia digna (4) | | |
| Falta de recurso hídrico (2) | | |
| Falta de políticas públicas (2) | | |
| * <i>Preconceito</i> (1) | * <i>Empoderamento</i> (1) * <i>Melhoria da paisagem</i> (1) | * <i>Consciência de cooperação</i> (1) |

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Para além dos fatores expostos acima, outras questões subjetivas foram relatadas pelos agricultores e representantes da cooperativa. A questão do preconceito em relação aos acampados e aos assentados do Movimento Sem Terra foi apontada como um aspecto negativo e que deve ser combatido.

Já em relação a aspectos subjetivos positivos, os seguintes pontos foram relatados pelos cooperados: o sentimento de empoderamento obtido por meio da produção e da renda gerada nos lotes; a autonomia de recursos e a questão da melhoria na paisagem. Além desses, outros fatores que podem estar

atrelados ao modelo de PDS implementado no assentamento, a apreensão dos princípios e práticas agroecológicas, bem como da consciência da necessidade de cooperação que é absorvida por meio do movimento social.

Quando essa vinculação é estendida aos consumidores, é possível identificar que a média de tempo de inserção no sistema de aquisição dos produtos da Comuna da Terra é de 60 meses, ou seja, 5 anos, fator que oscila significativamente entre os respondentes, mas que demonstra uma permanência e consolidação desse canal de consumo.

Conforme pode ser observado na Tabela 02, os principais motivos para o consumo dos produtos oriundos da Comuna da Terra estão atrelados à saúde, às questões ambientais e, ainda, a um posicionamento político.

Tabela 02: Principais motivos dos consumidores da Comuna da Terra para o consumo de orgânicos, 2022.

| <i>Principais motivos para o consumo de produtos agroecológicos:</i> | <i>Quantidade de menções:</i> |
|---|--------------------------------------|
| <i>Saúde pessoal e familiar</i> | 5 |
| <i>Questões ambientais</i> | 4 |
| <i>Qualidade do alimento</i> | 3 |
| <i>Posicionamento social e político</i> | 2 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Os fatores identificados acima, que também estão intimamente ligados às considerações dos consumidores em relação à importância do Movimento Sem Terra neste processo, tendo em vista que o movimento social é visto pelos consumidores como um dos responsáveis pela inserção de alimentos sem veneno na mesa das famílias, como responsável pela disseminação do sistema de plantio agroecológico e como um ator fundamental na resistência aos monopólios da terra e contra os agrotóxicos.

2.2 Quando a Comuna fala!

Após breve caracterização dos entrevistados e da explanação introdutória sobre suas motivações para ingressar e permanecer na dinâmica da Comuna da Terra, passamos a tratar sobre as considerações dos atores em relação às práticas agroecológicas, às práticas cooperativas e sobre a relação de consumo estabelecida. Nesse sentido, serão trazidos para o texto partes dos relatos dos atores, a quem iremos nos referir como respondente, seguido de uma numeração, conforme sistematizado na Tabela 03. ao invés da atribuição de um codinome.

Tabela 03: Número do(a) respondente, sexo e idade

| | <i>Entrevistado</i> | <i>Sexo</i> | <i>Idade</i> |
|--------------------------------------|---------------------|-------------|--------------|
| <i>AGRICULTORES</i> | RESPONDENTE 1 | Feminino | 70 anos |
| | RESPONDENTE 2 | Masculino | 64 anos |
| | RESPONDENTE 3 | Masculino | 52 anos |
| | RESPONDENTE 4 | Feminino | 60 anos |
| <i>REPRESENTANTES DA COOPERATIVA</i> | RESPONDENTE 5 | Feminino | 33 anos |
| | RESPONDENTE 6 | Masculino | 53 anos |
| | RESPONDENTE 7 | Masculino | 43 anos |
| <i>CONSUMIDORES</i> | RESPONDENTE 8 | Masculino | 31 anos |
| | RESPONDENTE 9 | Masculino | 26 anos |
| | RESPONDENTE 10 | Feminino | 44 anos |
| | RESPONDENTE 11 | Feminino | 29 anos |
| | RESPONDENTE 12 | Masculino | 54 anos |

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

2.2.1 Das práticas agroecológicas

Especificamente em relação às práticas agroecológicas, o que se observa, principalmente na fala dos agricultores e representantes da cooperativa, é a importância do MST nesse processo de desenvolvimento da

agroecologia e de suas práticas. Segundo a Respondente 5, “o MST já vem debatendo desde o início dos anos 2000, de que os novos assentamentos criados, eles tinham que fazer um modelo de produção diferenciado e se aproximar mais das pessoas da cidade e do consumidor final”. Segundo ela, “a produção sem veneno acaba permitindo esse diálogo com o pessoal que está na cidade (com o consumidor) e também gera mais qualidade de vida para quem está trabalhando, além de transformar a paisagem local”.

Salienta, ainda, que, para que este modelo social e produtivo permeado pela agroecologia se solidifique, é importante contar com parcerias e suporte técnico, tendo em vista que, conforme já sinalizado, os assentados da realidade estudada nem sempre tiveram contato com a terra e com as práticas de produção:

Ocorreu um apoio inicial da Embrapa Meio Ambiente e de alguns professores da USP de Ribeirão que trouxeram essa discussão e fizeram com que ela se concretizasse, no papel, né. Aí depois disso foi o próprio Incra, que é o órgão responsável pela reforma agrária aqui na região.

A interlocutora sinalizou ainda ter acreditado que haveria um suporte maior em relação à assistência técnica para a produção agroecológica e que esse apoio não veio. Diante desta situação,

as próprias famílias foram procurar outra maneira de se organizar, e aí isso ocorreu através de uma outra associação que era localizada lá em Barra do Turvo. Essa associação chamava Cooperafloresta, e ela tinha um projeto de agrofloresta para os agricultores dela lá, na divisa com o Paraná. E esse projeto que eles tinham lá, tinham o objetivo de expandir a técnica para outros lugares. Então nessa parceria a gente conseguiu fazer uma visita lá na Barra do Turvo e também trazer um braço do projeto aqui para São Paulo, para o assentamento aqui de Ribeirão Preto e ao mesmo tempo também para um assentamento do Paraná que era localizado lá em Morretes no litoral (RESPONDENTE 5).

Somado a esse depoimento, o Respondente 7 reforça que além da experiência vivenciada pelos agricultores, via Cooperafloresta de Barra do Turvo⁶⁰, algumas pessoas foram fundamentais para essa interlocução e

⁶⁰ A Cooperafloresta nasceu a partir da organização de famílias agricultoras quilombolas no Vale do Ribeira, visando superar as grandes dificuldades existentes na região. Atualmente é formada por 75 famílias organizadas em 20 grupos, envolvendo 300 pessoas, nos municípios de Barra do Turvo em São Paulo e Adrianópolis e Bocaiúva do Sul no Paraná. Pertencentes às comunidades, através da agrofloresta, resgatam e reconhecem o valor dos conhecimentos e

implementação no Mário Lago, “por exemplo o Nelson⁶¹, uma pessoa que deu todo apoio para gente aqui, tanto na formação quanto na implantação das primeiras agroflorestas aqui, e depois ele ajudou escrever alguns projetos... então a estrutura que a gente tem aqui hoje”.

Ele continua explicando que o pontapé inicial foi dado através de dois projetos escritos pela organização do assentamento juntamente com o senhor Nelson:

Através do FUNBIO e da Secretaria do Meio Ambiente nós conseguimos captar alguns recursos que estruturou tanto a implantação de algumas áreas como o sistema de comercialização, então o espaço, o barracão, o caminhão, as caixas, essas estruturas que possibilitou começar o processo de comercialização, que a gente entendia que não é só produzir mas que a gente tinha que escoar a mercadoria então através desses projetos que a gente conseguiu organizar essas pessoas e começar a trabalhar nesse sistema (RESPONDENTE 7).

Tais pontos foram fundamentais para a organização da produção agroecológica, bem como para a estruturação da Cooperativa. Estes pontos aparecem nos relatos de 4 dos 7 entrevistados (agricultores e representantes da cooperativa). Ficou claro em suas falas a importância da experiência adquirida com o Cooperafloresta em Barra do Turvo e, 5 dos 7 respondentes (agricultores e representantes da cooperativa) sinalizam a importância do MST⁶² e em específico, do Centro de Formação do Movimento que existe no assentamento, para a consolidação da atividade.

Para além das questões organizacionais, o tema que se apresenta com bastante relevância quando se refere às práticas agroecológicas trata da ampliação da biodiversidade e da interação dos indivíduos com a natureza, atrelada a uma metodologia de produção que prioriza o equilíbrio ecossistêmico e que contribui para a melhoria da qualidade de vida e da renda das famílias.

Segundo a Rspodente 3:

O trabalho agroecológico que a gente faz trabalhando com a

sentimentos sobre a natureza e seu funcionamento. Disponível em: <https://www.cooperafloresta.com/loja-e-carrinho-c3m4> Acesso em: 25 de julho de 2022.

⁶¹ Nelson Corrêa, é agrônomo, especialista em sistema agroflorestal e um dos principais incentivadores da implementação dos sistemas agroflorestais no assentamento Mário Lago.

⁶² Quando se amplia esta análise para o relato dos consumidores observamos a importância do MST neste processo de 5 para 9 respondentes.

agrofloresta, ele pra mim, ele não é só para fomentar o mercado, mas, para me dar dentro do meu lote uma qualidade de vida, porque a partir do momento que o sem-terra, o assentado ele trabalha com o sistema agroflorestal ele traz para dentro do lote a água, ele traz a biodiversidade da natureza.

Reforça, ainda, a respeito do próprio lote:

Esse lote era só braquiária e colônia, e ai você limpa a terra e ai tudo o que você coloca na terra você tem que irrigar, e ai, depois que os módulos agroflorestais foram ficando altos e ai consigo produzir no meio deles, com qualidade e sem muita preocupação com água, né, é um pouco trabalhoso é, mas a satisfação que traz para a gente é incomparável, né.

Quando foi abordado esse aspecto com a Respondente 1, ela lembrou que aprenderam a “cobrir os canteiros e aí não tinha mato e também a água não ia tudo embora, então ficava sempre encharcadinho e não precisava gastar tanta água, né”. E ressaltou: “é pássaro andando para todo lado, hoje mesmo eu tava lá plantando tomate e o tucano pousou no galhinho, bem assim pertinho de mim, começa a chamar os pássaros, né”.

Como consequência deste modo de produção, os agricultores também tiveram que aprender a lidar com as adversidades, a exemplo da infestação de caramujos e formigas que os sistemas acabaram sofrendo.

A Respondente 1 lembra que no caso dos caramujos a alternativa foi utilizar cal e óleo, e em relação à formiga a estratégia foi produzir matéria orgânica para o seu consumo. Nas palavras dela:

Teve vez deu plantar três bandejas de manhã e de noite não amanhecia nada. Então, às vezes é as formigas, aí que eu fiz, eu fiz umas quatro ruas de feijão andu, aí falei: pode comer à vontade que ainda vai sobrar muito feijão, aí plantei milho no meio, mas olha, não cortaram uma cova de milho.

Além desses fatores salientados, outra questão de bastante relevância para essa dinâmica agroecológica é a não utilização de veneno/agrotóxico, algo que ficou nítido, na fala de todos os entrevistados, seja em relação à sua não utilização nas práticas de produção, seja no critério de escolha de consumo das cestas da Comuna.

2.2.2 Das práticas cooperativas

No que compete ao desenvolvimento das práticas agroecológicas, os principais pontos abordados pelos agricultores e representantes da Cooperativa versaram sobre: a importância da Cooperativa para a organização e implementação dos sistemas agroflorestais e do fomento da organização de mutirões para o manejo coletivo dos lotes; a relevância da organização para a inserção em projetos de fomento, e políticas públicas de escoamento de produção, ao mesmo tempo sem ficar refém delas; a proeminência da Cooperativa em organizar a interação dos agricultores entre si e com o público consumidor; a ampliação do comércio dos produtos agroecológicos, por meio de parceria com agricultores externos que compõem a configuração das cestas e dos produtos passíveis de encomenda; e a melhoria da qualidade de vida dos cooperados.

Conforme relatou a Respondente 5, a organização da Cooperativa foi iniciada entre o final de 2011 e início de 2012, após uma visita à experiência da Cooperafloresta de Barra do Turvo, quando começaram a *“executar a ideia de as pessoas fazerem os primeiros sistemas”*. Mas para além da implementação dos SAFs, ela disse que somente *“fazer o sistema sem ter uma possibilidade de comercialização também não faz efeito. Então a gente começou tudo junto, fazer um sistema agroflorestal e já organizar a comercialização”*⁶³

Especificamente em relação à comercialização, os representantes da Cooperativa compreendem a importância de estruturar projetos de fomento vinculados à produção, bem como de integrá-los às políticas públicas de escoamento, a exemplo do PAA e do PNAE. No entanto, conforme sinaliza o Respondente 6, *“a gente acreditava que conseguia manter esse grupo sem nenhum tipo de projeto”* e *“hoje, graças a Deus, há dois anos a gente consegue se manter”*.

Neste sentido, a Respondente 5 reforça, em consonância com o exposto pelo Respondente 6:

A gente já estava vivendo um momento de desmonte dessas políticas

⁶³ Na fala do Respondente 7, o mesmo afirma que na configuração da cooperativa foi prioridade formar uma diretoria executiva e consultiva, tendo em mente ouvir e atender à necessidade dos cooperados, o que, segundo ele, a maioria das cooperativas não têm.

públicas de comercialização. O próprio PAA já tinha sofrido vários cortes. Isso foi antes do próprio governo Bolsonaro, no próprio governo Dilma, no finalzinho do Temer já tinha sofrido vários cortes. A gente já estava entendendo o limite que tinha essas políticas públicas, e por isso a gente começou a focar numa comercialização independente sabe, direto com o consumidor. Depois que a gente voltou a tentar algum tipo de acesso da merenda escolar, mas a gente tem a consciência que do ponto de vista da comercialização, a gente tem que tentar andar com as próprias pernas (RESPONDENTE 5).

Ela ainda complementa,

andar com as próprias pernas não depende de projeto ou política pública do governo, é claro se tiver algum tipo de política pública a gente vai participar do incentivo a elas... a gente vai procurar, mas hoje a gente já está estruturado para conseguir ter autonomia. Tem caminhão, barracão de comercialização, caixa, balança, câmara fria tudo isso (RESPONDENTE 5).

A autonomia relatada pela Respondente 5 é um dos pontos fundamentais para a manutenção e ampliação dos cooperados, e pode ser observada na fala dos agricultores e representantes da cooperativa de maneira enfática. Dentre os destaques a respeito, o Respondente 6 afirmou que a consolidação da Comuna contribui hoje para a manutenção de sua família no campo. Segundo ele, “*a gente vê por experiência no assentamento que aqueles que não fazem parte de cooperativa ou associação acaba trabalhando fora, porque não conseguem sozinhos fazer todo o processo, tanto de produção quanto comercialização e logística*”.

Nas palavras da Respondente 1: “*na cooperativa você tem certeza que aquele dia você vai fazer uma entrega, né, então a gente tem a garantia disso, a gente está reunido aqui, a gente tá discutindo os projetos, tá discutindo o que vai plantar*”.

E, segundo o Respondente 3:

a cooperativa ela faz um papel muito importante hoje, né, na vida do assentado que ele tem um canal de venda dos seus produtos, porque senão ele fica um pouco à mercê e a gente tem a proposta aqui também da cooperativa que se você é orgânico, se vende para a cooperativa, ela consegue contatar no mercado as pessoas que são adeptas aos produtos orgânicos que fica mais fácil de a gente entregar também né, vender.

Além da garantia de escoamento, outro destaque importante em relação

à participação na Cooperativa é o fomento dos mutirões de manejo, e que foi muito apontado na fala dos cooperados e representantes: *“tem muitos agricultores que são mais velhos e queira ou não queira é um trabalho um pouco pesado, derrubar árvores, arrastar, carregar, cobrir o solo”* (RESPONDENTE 5). E, como bem sinalizado pelo Respondente 2, *“o mutirão tira o agricultor do sufoco”*.

E como último destaque interessante em relação às práticas cooperativas, temos o movimento que ocorre devido à necessidade de ampliar o rol de alimentos disponibilizados na cesta. Pois, como os cooperados ainda não produzem alguns produtos que devem constar da cesta, a cooperativa optou por estabelecer uma parceria com outro produtor de alimentos orgânicos que fornece alguns alimentos.

Conforme explica o Respondente 6, *“do ano passado para cá a gente começou a fazer as cestas aberto, isso aumentou um pouco a venda nossa e aumentou tanto que a gente tem que pegar até alguns produtos orgânicos de fora para complementar”*. Segundo ele, a Cooperativa e os cooperados compreendem a necessidade de ampliar a diversidade dentro das produções do assentamento, mas também compreendem que *“esse é um passo que a gente tá tentando fazer também na cooperativa, que é esse intercâmbio”* pois a Cooperativa leva alguns de seus produtos até Sorocaba e traz de lá outros produtos.

2.2.3 Da relação com o consumidor

Quanto à relação estabelecida entre agricultores, cooperativa e consumidores, dentre as questões mais relevantes pode-se destacar a importância que o consumo direto tem para a ampliação da diversidade de alimentos produzidos no assentamento, pois para além dos aspectos de intercâmbio com outros produtores, sinalizado no ponto anterior, a aquisição das cestas estimula a produção local.

Como já exposto, além da entrega das cestas a Comuna também fornece alimentos para a merenda escolar de quatro municípios: Cravinho, Guariba, Ribeirão Preto e Franca, mas, como sinaliza o Respondente 7, *“o retorno*

monetário é mais ou menos quase que igual, comparando as merendas com a comercialização direta”.

Atualmente, para essa dinâmica de escoamento direto, a cooperativa utiliza o formulário do *Google Forms*, sendo um “*desafio de procurar usar a tecnologia a nosso favor*”, ressalta a Respondente 5. Segundo o Respondente 7, ao todo, a cooperativa mantém dois grupos de *WhatsApp*, através do qual aproximadamente 300 pessoas fazem pedidos, oscilando em torno de 120 pedidos por semana, entre cestas e encomendas.

Na ocasião da aplicação da entrevista com os agricultores e com os representantes da cooperativa, em relação a qual seria o perfil destes consumidores diretos, a resposta foi a de que são pessoas que se identificam enquanto consumidores de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, que simpatizam com o movimento sem-terra e geralmente estão situados na classe média/alta. Como frisado pela Respondente 1: “*são aquelas pessoas que querem uma alimentação saudável, né, e quer ter garantia daquilo*”. Segundo explicitado pelo Respondente 3, “*esses consumidores são médicos, dentistas, professores, são pessoas que têm consciência do que é um alimento saudável hoje, né, e o que o mercado tá oferecendo*”. E, ainda, segundo explicação da Respondente 5:

Este público da comercialização direta quer mais diversidade, isso ajuda a gente a produzir com mais diversidade. A merenda escolar ela tem os produtos específicos a alface e a chicória e a gente tem o desafio de conseguir conciliar as duas coisas e manter o sistema biodiverso, sabe. Ele quer acessar o orgânico e conseguir comer uma fruta orgânica, não quer só a folha, não quer só a mandioca e a banana, que é o que a gente tem aqui hoje, o consumidor quer pimenta e esses outros produtos, tomate que ele sabe que é um dos produtos que mais tem agrotóxico.

Ela diz que os consumidores diretos são aliados do MST, mas também aqueles que foram conhecendo o trabalho por meio da divulgação do *Facebook*, ou pelo boca a boca.

Segundo o Respondente 6,

Todo mundo que entra e começa a comprar não sai mais, fideliza né, por conta dessa conversa que a gente faz no grupo né, de falar do projeto, de colocar aonde tá produzindo, como tá produzindo, o porque daquele preço, apesar do nosso preço ser muito bom em relação ao

mercado, mas aí a gente fala porque, se a pessoa pediu berinjela e foi jiló, então eu tenho a liberdade de a pessoa pedir um produto, e eu não ter aquilo dali mandar outro no lugar e tá tudo bem, porque ela entende o processo né, então é bem tranquilo essa conversa então o perfil dos nossos consumidores é um perfil bem mais consciente.

Observação semelhante foi sinalizada também por um dos consumidores entrevistados, o Respondente 8, que disse: *“desde o começo eles falavam para a gente se acostumar com a sazonalidade do alimento e tudo mais, então eu acho que a questão da cooperativa, da distribuição, de fazer as coisas junto, eu acho que é muito bom, ajuda muito”*.

Esta proximidade com o consumidor também foi ressaltada pelo Respondente 9 como algo bom, e que durante a entrega das cestas sempre acontecem diálogos agradáveis que favorecem a sociabilidade entre os atores envolvidos: que

Perguntava do pai da mãe, aí você vai lá e visita, aí você entra no Facebook, aí você conhece um amigo, conhece o outro, visita um outro lote, eu acho que é um... eu não enxergo como um, uma empresa que está me fornecendo um produto. Eu enxergo como um movimento social do qual eu participo, daí eu fico muito feliz de ter a possibilidade de poder ajudá-los financeiramente e ser ajudado, fico muito feliz em poder receber as sementes, em colher as sementes, isso é uma produção muito linda, fico muito feliz em poder divulgar isso, falar para as pessoas, vêm os amigos aqui em casa e eu falo: ah, esse produto aqui é agroflorestal, vem de tal lugar, tem um movimento por traz, eu gosto de fazer essa propaganda, divulgar, eu acho muito importante e me sinto parte do movimento com essas pessoas.

Segundo o Respondente 10, trata-se de uma relação de confiança que é estabelecida justamente pelas trocas sociais. Segundo ele: *“Você sabe exatamente a origem do alimento que está no seu prato né, sabe as pessoas que plantaram aquilo, que plantaram com todo o cuidado” “sem agredir o meio ambiente, sem agredir outros seres vivos, outros animais”*.

A Respondente 11 lembrou uma atividade feita antigamente, quando ela iniciou sua participação como consumidora no sistema. Segundo ela:

A cooperativa fazia um e-mail muito legal, né, eles enviavam a cesta e enviavam por um e-mail o que queria na cesta e colocavam junto uma sugestão de receita e as possibilidades de visita. Eu achava muito interessante você ter esse canal aberto de visita.

É importante ressaltar que essa visitação consiste em um momento

programado pela cooperativa em conjunto com os cooperados, quando um deles, em determinada data, abre a possibilidade de visita no lote, na produção, oferecem um café ou um almoço. Portanto, um espaço de troca que, juntamente com a questão da certificação, foi algo abordado em todas as 12 entrevistas.

Sobre tais visitas, a Respondente 1 disse considerar importante que o consumidor possa conhecer o lote, mas possa também ver como os alimentos são produzidos. É um momento em que agricultores e consumidores podem se conhecer, trocar experiências, ter uma relação mais direta.

Sobre isso o Respondente 2 sinalizou:

Eu acho que é importante para eles veem o que tãõ consumindo, né, eles vão ver, porque, por exempl,o teve pessoas que veio aqui e não sabia o que era um pé de alface plantado ali, via lá no mercado, mas aqui plantado eles não sabia o que era, e a manga por exemplo, eles não sabiam o que era, conhece a manga, mas não conhece o pé.

O mesmo respondente também lembrou um episódio que considerou interessante:

nós tava fazendo uma visita aí e uma pessoa de fora chegou e falou assim: ô mais tá ótimo, tô gostando, muito bom, mas por que vocês não prendem os cachorro... quer dizer eles achou que os cachorro solto beirando a horta não era muito bom, então é coisa que eles mesmo ensina a gente, não só a gente aprende sozinho, como eles também ensina a gente (RESPONDENTE 2).

Situação que realmente simboliza a troca que ocorre a partir dessas visitas. Tal realidade humaniza o consumo e as relações comerciais entre os atores. Importante destacar que, infelizmente, as visitas foram prejudicadas durante a pandemia.

Para o consumidor, o Respondente 8, a experiência da visita “*foi mais importante para mim do que para eles, porque eu aprendi muita coisa, foi uma coisa muito enriquecedora, um momento muito legal da minha vida, poder ir lá e andar no lote e conhecer*”. Pois, “*quando a gente se aproxima, tem essa chance de ver quem põe a mão nas comidas... isso é, muda muita coisa, eu acho, muda nosso jeito de ver às vezes o que a gente tá fazendo e tudo mais*”.

Em percepção semelhante, o Respondente 9 disse que:

foi muito lindo, né, primeiro a receptividade e o carinho, a força que as pessoas têm e acreditam e fazem, e depois o nível de conhecimento, essas pessoas como o Zaqueu, o Paraguai, esses caras que estão na luta há muito tempo... e têm um conhecimento absurdo da área, e um conhecimento não só do ponto de vista de produção, mas do ponto de vista também humano, político.

A Respondente 11 relembra que sua experiência na visita foi bem particular, pois ela, enquanto professora de Geografia, levou seus alunos para conhecer a realidade da Comuna, e, em suas palavras: *“eu tava com alunos classe média alta, assim eles vêem como outro né, eles vêem a pessoa do movimento social como diferente, então a visita foi bem legal para isso, para tirar essa imagem ruim, preconceituosa”.*

No que diz respeito à importância da certificação, as opiniões entre os entrevistados são diversas, como mostrado de forma resumida na Tabela 3. As articulações em relação à importância da certificação versam sobre um compromisso do produtor para com o consumidor, no sentido de validar/comprovar/garantir a procedência do alimento. É também visto como um procedimento que amplia as possibilidades de escoamento. Ao mesmo tempo, é visto por uma parcela significativa dos entrevistados - principalmente quando esse questionamento é feito para o consumidor - como algo desnecessário, entendido como uma mera formalidade que, segundo eles, é importante para quem não conhece a dinâmica da cooperativa, e que se trata de um procedimento caro e burocrático que onera o pequeno produtor.

Tabela 04: Percepções dos atores em relação à certificação orgânica da produção, 2020.

Qual a importância que você vê de certificação?

| | | |
|-------------------|----------------|---|
| AGRICULTORES | RESPONDENTE 1 | Bom; é uma garantia para os produtores e consumidores; prova. |
| | RESPONDENTE 2 | Muito importante; simboliza o compromisso. |
| | RESPONDENTE 3 | Importante; não prejudica o consumidor. |
| | RESPONDENTE 4 | Melhor pra vender; comprovação do modelo de produção |
| RESP. COOPERATIVA | RESPONDENTE 5 | Garantia de comercialização; possibilidade de acesso a outros canais de comercialização; garantia de qualidade para o consumidor. |
| | RESPONDENTE 6 | Uma formalidade; uma marca; possibilidade de acesso a outros canais de comercialização. |
| | RESPONDENTE 7 | É um desafio; é importante; um documento para a sociedade; é um reconhecimento do produto limpo. |
| CONSUMIDORES | RESPONDENTE 8 | É interessante, mas pra quem ainda não conhece os lotes. |
| | RESPONDENTE 9 | É válido; uma forma de fiscalização; garantia para o consumidor; mas pra mim não faz diferença. |
| | RESPONDENTE 10 | Burocracia; procedimento caro; pra mim não faz sentido. |
| | RESPONDENTE 11 | É prejudicial para o pequeno produtor; procedimento caro, garantia para o consumidor. |
| | RESPONDENTE 12 | Fundamental; garantia para o consumidor; garantia para o produtor. |

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Segundo a Respondente 5, “a certificação orgânica é uma garantia para a comercialização. Ela possibilita que as famílias daqui acessem outros canais, e também uma garantia de qualidade para o consumidor”. Já o Respondente 7 diverge da Respondente 5 ao sinalizar que, para ele, a certificação é mera formalidade, pois:

o que faz o produto certificado é o consumidor, é quem come, não é porque tem um selo, uma marca lá no produto orgânico que quer dizer que aquilo é, seja de fato, se o consumidor não vir, não conhecer, aquilo que eu falei, tomar o café com a Dona Maria, então é claro que o selo ajuda na merenda escolar a forçar a prefeitura fazer uma chamada orgânica, então formalmente você tem a certificação e tal... mas para quem de fato vai comer a comida, o que importa é saber o

jeito que ela é produzida mesmo.

E esta divergência também se apresenta nas diferentes falas dos consumidores em relação à certificação, pois enquanto o Respondente 9 expressa que para ele,

parece válido porque a gente tem, infelizmente, um ser humano que mente muito né (risadas), então, querendo ou não, existe uma forma de fiscalização porque existe muita piracaretagem, né, e aí, querendo ou não, isso também traz umas compensações para que a produção esteja dentro de certos parâmetros, para que o consumidor também saiba que aquilo está dentro de certos parâmetros.

A Respondente 10 diz que para ela “*não faz sentido, eu não acho que traz vantagem para o consumidor*”, corroborando com o que disse o Respondente 7.

3. OS NÃO-HUMANOS E SUAS ARTICULAÇÕES NA “REDE SOCIAL DE RESITÊNCIA”

À luz das ideias e princípios da ANT, é um grande equívoco restringir o lugar do ator no mundo social, sendo necessário reconhecer e relatar as fronteiras, categorias e decisões da rede, sem limitar o repertório de actantes que fomentam as controvérsias de um coletivo (LATOURE, 2012).

Nesta perspectiva, e conforme orienta Latour (2012), é coerente seguir a corrente de atores e aquilo que os faz atuar, com uma observação cuidadosa em relação às entidades em circulação, que ampliam o repertório de vínculos e associações. Para além do que as explicações sociais massificadas oferecem, a proposta circunda no levantamento de incertezas, dentro da realidade pesquisada, que se dá, por meio de uma observação etnográfica da realidade, que considera equanimemente humanos e não-humanos e que trata o social, a natureza e o discurso de forma também equânime.

Para Latour, a “natureza e a sociedade não estão separadas por uma diferença radical ou ontológica” (GONZALES; BAUM, 2013, p.145) e os indivíduos, as “coisas” e os híbridos, permeados pela mediação, formam o coletivo, que se encontra em um contínuo processo de articulação. Movimento este, que fomenta o questionamento em relação aos locais onde são produzidos

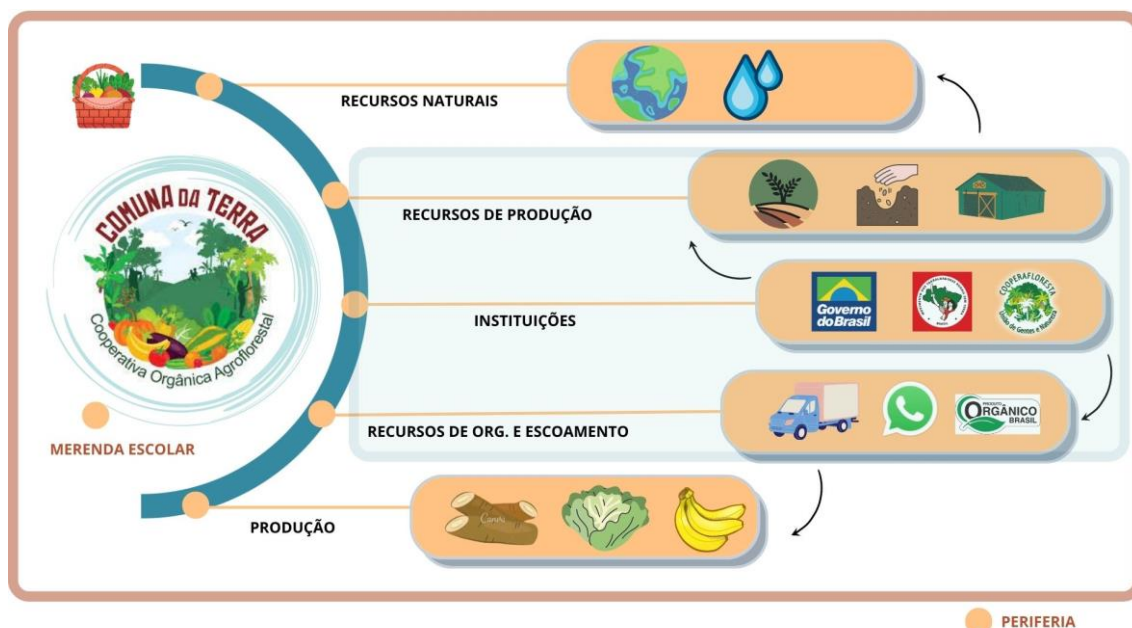
Ao todo foram catalogados 139 atores não-humanos, dos quais 37 foram utilizados para a elaboração desta nuvem de palavras, delimitação que se deu tendo em vista o número de menções, divididas pelos atores, e teve como critério selecionar apenas aqueles não-humanos que são citados ao menos uma vez, por no mínimo 3 atores que participaram da entrevista.

Conforme pode ser observado na Figura 2, há a predominância de alguns não-humanos bem específicos na fala dos atores no que compete à dinâmica de escoamento, via cestas e encomendas, da Comuna da Terra. Dentre elas, a mais citada foi a Cooperativa, com 142 menções, somada a 39 menções específicas à Comuna da Terra; o segundo não-humano mais citado foi o produto, com 103 menções, que se expressam também pelo não-humano alimento, com 70 menções, pelo orgânico com 58 menções e as cestas com 54.

Outro não-humano visto como muito relevante foi o MST, com 99 menções, somado ao Governo que contabiliza 25 menções. A produção recebeu 66 menções somadas ao formato dela, que se materializa por meio das agroflorestas, que contabilizam 68 menções. Além destes, também surgiram com bastante incidência a questão da revalorização da natureza, com a terra obtendo 54 menções, e o veneno, no sentido de sua não utilização, que soma 32 menções.

Na busca por compreender a significância desses não-humanos para a rede, as transcrições foram novamente retomadas, e foi possível uma divisão desses não-humanos em categorias distintas que aqui se ramificam, conforme pode ser observado na Figura 3, em 5 eixos de estabilização. São eles: os recursos naturais, os recursos de produção, as instituições envolvidas, os recursos de organização cooperativa e de escoamento, e a produção/alimento, propriamente dito.

Figura 03: Atores não-humanos que compõem a “rede social de resistência” existente, por meio do escoamento de produção da Cooperativa Comuna da Terra, divididos por eixos de inserção.



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Observa-se na figura 3 que a Cooperativa Comuna da Terra reproduz sua dinâmica de manutenção por meio de dois principais canais de escoamento, que, segundo já relatado, compreendem, de forma equilibrada, o atendimento da demanda das cestas e encomendas agroecológicas, juntamente com a merenda escolar (18 menções) de quatro municípios da região, por meio do acesso ao PNAE.

Especificamente para o escoamento por meio de cestas e encomendas, identifica-se como relevantes os não-humanos materializados por meio das instituições, as quais sinalizamos acima por meio do Governo Brasileiro, do MST e para além da Cooperativa Comuna da Terra, da organização da Cooperafloresta. Por meio da fala dos atores, essas instituições se destacam, pois são locais propulsores e mantenedores do que categorizamos como recursos de produção e recursos de organização e escoamento.

O MST e a Cooperafloresta se configuram como locais de aprendizado político e de formação agroecológica, tendo em vista seu discurso e posicionamento em relação à produção de alimentos saudáveis e que não prejudiquem os seres humanos e a natureza. E especificamente a

Cooperafloresta foi a experiência motivadora da implementação dos primeiros sistemas agroflorestais no local e também serviu de modelo para o angariamento de recursos via projetos de fomento do Governo e seus parceiros.

Neste sentido, Governo é tido para além de uma fonte de recurso, enquanto fornecedor, mesmo que de maneira defasada, de assistência técnica, enquanto público consumidor que dispensa atravessadores e mantém o preço justo por meio, principalmente, do PNAE. É ainda a figura burocrática que fiscaliza questões territoriais, de crédito e figura jurídica.

Para além das instituições descritas na Figura 3, também merecem destaque o Incra, a Embrapa, a Secretaria do Meio Ambiente, a Petrobras, a Emater, a USP, o Centro de Formação do MST. Todos eles são mencionados na fala dos atores como instituições que, de alguma forma, estiveram presentes na trajetória da Comuna, bem como a empresa Terra Frutas Orgânicas, que atualmente complementa os produtos das cestas e encomendas da Comuna e também comercializa a produção da cooperativa.

Nesta linha de pensamento, identifica-se que estas instituições atuam na manutenção e na melhoria da produção e da organização da cooperativa e escoamento da produção. Conseqüentemente, contribuem para a melhoria das condições dos recursos naturais presentes na realidade estudada e para a melhoria e ampliação dos produtos cultivados e comercializados.

No que se refere à produção, destaca-se a importância do lote (local de produção), mencionado por 5 dos entrevistados, e que este deve ser manejado da melhor forma possível para disponibilizar os recursos nutricionais necessários para o manutenção da produção. Destaque para a importância que os mutirões têm para a manutenção do coletivo e das práticas agroflorestais. A estrutura dos sistemas que se materializaram na fala dos entrevistados por meio de sementes, mudas, inserção e manutenção de plantas nativas, a organização dos canteiros e o sistema de irrigação. E da estrutura de armazenamento que se materializa nos não-humanos: barracão, caixas, câmara fria e ar condicionado, não-humanos fundamentais para o armazenamento da produção.

Já para os recursos de organização e escoamento da produção, receberam destaque o caminhão, enquanto não-humano fundamental para a

logística de escoamento, tanto das cestas como da merenda escolar; o uso do aplicativo *WhatsApp* enquanto ferramenta tecnológica fundamental para a relação entre a cooperativa e os consumidores das cestas, ferramenta que também se estende ao *Facebook*, e-mail e documentos partilhados como o *Google forms*, que, embora menos citados, também contribuíram/contribuem para a manutenção do escoamento.

Além da estrutura simbolizada pelo barracão, e da tecnologia do *WhatsApp*, outro ator fundamental nesta discussão, embora com algumas divergências nas opiniões, é a certificação, expressa pelos atores na palavra selo, certifica e certificação, ator que perpassa a situação regulamentar dos produtos agroecológicos e que validam sua produção.

Somado aos elementos que compreendem os recursos de organização, também merecem destaque os projetos realizados, que contabilizam 47 menções e foram fundamentais para as melhorias que a cooperativa teve até o momento, projetos estes que foram organizados via movimento social e que, por meio deles, é possível angariar recursos públicos para a cooperativa.

Juntos, os não-humanos alocados e instituições, recursos de produção e recursos de organização e escoamento atuam na manutenção dos recursos naturais, com destaque para a melhoria da terra/solo/habitat, com 54 menções, e a melhoria e manutenção da água enquanto recursos indispensáveis para a produção, lembrada por 4 respondentes. Além destes elementos em destaque na Figura 3, também surgiram na fala dos entrevistados outros recursos naturais como: mato, árvores, pássaros, biodiversidade, natureza, paisagem, solo e ar.

No que compete à produção propriamente dita, destacam-se como alimentos mais citados na rede de entrevistados os seguintes: mandioca (oito menções por 4 respondentes), a alface (dezoito menções por 5 respondentes) e a banana (treze menções por 4 respondentes). Além destes produtos específicos, os entrevistados sinalizaram produtos de forma mais genérica como: folhas, hortaliças, verduras, frutas, salada, cheiro verde, polpa, bem como outros alimentos menos citados como: almeirão, tomate, acerola, abacate, couve, cebola, pimenta, chicória, ovos, cenoura, rúcula, batata e abóbora.

Outra questão bem relevante também exemplificada na Figura 3 se refere

à inquietação da rede por não integrar – para além do PNAE - , as comunidades da periferia em seu rol de escoamento, fator sinalizado por 3 respondentes e que demonstra uma consciência social que permeia a rede, bem como o desejo de atingir esse público.

Segundo a Respondente 5, *“a classe mais popular tem acesso através da merenda escolar, hoje em dia, do nosso produto, mas a gente gostaria que as nossas vendas elas alcançassem esse público mais das periferias”*. Já para o Respondente 6 é necessário um projeto por meio do qual consigam colocar os produtos da Comuna na periferia, a um preço justo e acessível para eles.

4. O DESPERTAR E OS DESAFIOS

Por fim, como fruto desta articulação entre atores humanos e não-humanos que compõem a rede de escoamento da Comuna da Terra, é possível identificar alguns pontos importantes atrelados à consciência de classe, social e ambiental, bem como alguns desafios identificados nas falas dos entrevistados.

Um dos pontos importantes para reflexão é a produção de alimentos saudáveis, avesso ao sistema implementado pelo agronegócio, que, justamente por apresentar na prática este posicionamento, atrai mais adeptos.

Conforme diz a Respondente 3, *“cego é aquele que não quer ver, né, cego é aquele que não quer ver, então é na luta pela terra que a gente tem um embate muito grande contra o agronegócio”*. Colocação que é complementada pelo Respondente 8, que acredita participar de uma *“experiência revolucionária”* juntamente com a Comuna, tendo em vista que ela se dá, *“no meio do agronegócio, no berço do agronegócio, com um assentamento do MST aqui em Ribeirão Preto, é uma coisa que faz muita diferença”*.

Em semelhante linha de pensamento, o Repondente 7 diz:

quando você aprende que a produção de comida é a necessidade do mundo, deveria ser um compromisso de todo mundo também, não só de quem produz, mas de todo mundo que come a comida e fazer a pergunta de onde tá vindo a comida que eu tô comendo?

Porque se você responder essa pergunta as coisas mudam, que aí você vai falar porque eu tô comendo uma comida que vem a 3 mil km daqui? Porque eu tô comendo uma comida que não tá preservando o meio ambiente? Porque que eu tô comendo uma comida que tá usando uma mão de obra mal remunerada?

Então quando você cria essa consciência de saber, olhar e dizer, eu vou praticar, vou ajudar a mudar esse sistema aí! Você tem que saber de onde você tá comprando sua comida, quando você tem consciência disso as coisas vão mudando, valoriza mais o agricultor, tem consciência de que você tá pagando um preço justo, não só pelo produto.

Somada a essas reflexões, a Respondente 10 expressa que adquirir as cestas da Comuna é sinônimo de se “*posicionar mais politicamente*” e “*ter mais consciência do meu papel como cidadã, como consumidora, enfim, poder fazer parte de uma mudança*”. Pois, conforme defende o Respondente 7 sobre a produção agroflorestal, “*ela vem para desmistificar esse negócio das monoculturas e a desmistificar alguns padrões na produção*”.

Nesse sentido, emerge concomitantemente uma consciência ambiental, que se expressa em diversos fragmentos das falas dos atores e que pode ser identificada na fala da Respondente 3, quando diz:

tem as arvores nativas também, que as pessoas acham que não é produção, mas é produção também, né, que a gente faz o manejo e ela traz de volta para a terra o que a gente retira dela, né! Então a agroflorestal funciona assim, se faz o manejo e devolve para a terra, isso também é alimento, então a gente considera como produção também, estamos produzindo fertilidade.

Emerge também uma conscientização em relação à comercialização e consumo, como afirma a representante da Cooperativa, Respondente 7, quando fala sobre as grandes redes de mercado alimentício: “*eu não quero nem saber do Carrefour, eu quero colocar comida na mesa de quem come, não quero saber do atravessador aqui, eu quero produzir e colocar na mesa de quem tá comendo, de quem precisa comer*”. Afirmação que é corroborada pela consumidora, a Respondente 10, que afirma ter deixado de adquirir verduras e frutas em supermercado,

não consumo mais, antigamente eu sempre dava preferência por produtos sem agrotóxicos, orgânicos, mas eu consumia em supermercados, em lojas grandes, mas hoje eu não consumo mais, só consumo aqui, nem sei se existe alguma outra opção, mas é que para mim foi tão prático e tão bom, aqui a questão da Comuna que, nossa, não tenho nem porque procurar outro lugar agora.

Em complementação a esses posicionamentos, os entrevistados também sinalizam alguns desafios dentro desta dinâmica de organização, produção e

escoamento. Dentre eles está a preocupação dos assentados e representantes da cooperativa em inserir mais os jovens do assentamento na proposta e ampliar o número de cooperados, dar continuidade ao processo de certificação orgânica, bem como finalizar a construção da estrutura física da cooperativa, para iniciar o processo de beneficiamento dos produtos de forma mais efetiva.

Conforme sinaliza o Respondente 6: *“a gente poderia lucrar três, quatro, vezes mais, isso se a gente conseguisse fazer uma bananada, uma farinha de banana... ter uma agroindústria”*.

Além dessas questões, a Respondente 5 também sinaliza o interesse da cooperativa em terceirizar alguns serviços, como é o caso do manuseio das tecnologias para melhoria da comunicação com os consumidores, e, quem sabe, uma possível ampliação deste quantitativo.

Outro desafio por vezes citado é a questão da deselitização do produto orgânico, como sinaliza o Respondente 3, que espera que: *“num futuro bem próximo a gente consiga mudar esse quadro, né, tentar levar para mesa do brasileiro, do trabalhador esse produto orgânico que daí você começa é favorecer uma classe que tá sofrendo muito com essa questão de veneno”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por uma dinâmica produtiva, que propicie a autonomia de produção e financeira para os agricultores, somada à busca por saúde e qualidade de vida de agricultores e consumidores de “alimentos saudáveis”, contribui para uma revalorização dos produtos locais.

Na “rede social de resistência” formada pelo escoamento de produção da Cooperativa Comuna da Terra encontram-se controvérsias e incertezas que mantêm a rede em movimento. Movimento esse que gera conexões e o transporte de ações, que articulam humanos e não-humanos, em prol da estabilização dessas controvérsias permeadas por uma influência política que emerge de ambos os atores que compõem a rede.

De imediato, consegue-se identificar uma média de 720 pessoas diretamente envolvidas no processo de produção, comercialização e consumo, além de 139 atores não-humanos que compõem essa interação. Somados a

eles, também merecem destaque outros participantes identificados na fala dos entrevistados e que formam essa “rede social de resistência” da Comuna, que são: os quatro municípios que consomem os alimentos via PNAE: a organização da Terra Frutas Orgânicas - que fornece alguns alimentos que compõem as cestas da Comuna e também absorve um quantitativo de sua produção; algumas pessoas em específico que contribuíram e contribuem para a formação e permanência do coletivo (a exemplo do senhor Nelson), e algumas instituições de fomento e assistência técnica.

No contexto do discurso dos atores, merece destaque a rejeição à utilização dos agrotóxicos na produção e consumo de alimentos. Posicionamentos que estão atrelados a questões de saúde, de consciência ambiental e de um posicionamento político por parte dos atores.

Além desses pontos, merece destaque a importância atribuída ao MST para a manutenção de práticas como as experienciadas pela Comuna da Terra, que priorizam um formato de assentamento sustentável, como os PDSs, de produção agroecológica e de organização política e que fomentam práticas agroecológicas, cooperativas e de consumo.

Especificamente nas práticas agroecológicas da realidade pesquisada, o MST destaca-se pela importância na disseminação dos processos de formação social e produtiva que se direciona para um formato de produção sem utilização de veneno/agrotóxicos e que abre o diálogo, cada vez mais próximo à comunidade consumidora, com a qual se funde no discurso de qualidade de vida e saúde.

Já quanto às práticas cooperativas merecem destaque a implementação das práticas agroflorestais e organizacionais feitas pela Cooperativa Comuna da Terra, bem como a necessidade da manutenção dos multirões, da inserção em projetos e políticas públicas de fomento⁶⁴ e da organização da cooperativa em relação ao fortalecimento, manutenção e ampliação do público consumidor. E, no que compete às relações de consumo, identifica-se a relevância do contato direto entre produtores e consumidores, que estimula a troca de conhecimentos

⁶⁴ É válido lembrar que a cooperativa sempre objetivou caminhar sozinha, mas que participa e incentiva projetos e políticas públicas, vendo nelas a possibilidade potencializar/expandir tais práticas.

e experiências entre eles, que se pontencializa por meio das visitas e contribui para a manutenção da confiança estabelecida dentro da rede.

Também observa-se que nesta relação ocorre um estímulo à ampliação da diversidade produtiva nos lotes, para atender às necessidades dos consumidores, bem como a necessidade de se investir em mais tecnologias sociais⁶⁵ para manutenção e ampliação de consumidores. Sendo esta uma oportunidade para parcerias, ou até mesmo para uma maior inserção dos jovens do assentamento.

Outro ponto não-humano de relevância é a questão do certificado/certificação, que na atualidade é uma controvérsia instável na rede, tendo em vista os múltiplos discursos que o perpassam, e que necessitam ser estabilizados. Na pesquisa pôde-se captar que esse ponto não é consenso entre os atores, haja vista que para uma parcela é importante, já para outra trata-se de mera formalidade, ou ainda algo desnecessário e caro. Sendo necessário uma análise sobre quais direcionamentos em relação a este aspecto podem ser dados, tendo em vista o fortalecimento, a compreensão e a disseminação da certificação enquanto prática importante dentro da rede.

Além do certificado, outros 36 não-humanos foram destaque na fala dos atores, em específico: (1) o produto que se materializa também na forma de alimento, de produtos orgânicos e na própria cesta; (2) as instituições, com destaque para a Comuna da Terra, o MST e o Governo; e (3) a produção que se materializa nos produtos que compõem a cesta. Há os não-humanos que foram subdivididos em recursos naturais, recursos de produção e escoamento, instituições sociais, recursos de organização e através da produção.

Conforme sistematizado no ponto 3, esses não-humanos dependem uns dos outros para a melhoria e manutenção da rede e dos que dela usufruem, pois uma cooperativa consolidada que tenha apoio de movimentos sociais organizados e do governo fortalece a sua produção e comercialização que, neste

⁶⁵ É necessário que a cooperativa priorize o fomento das redes sociais como o WhatsApp, no sentido de facilitar os procedimentos dos pedidos, mas também como um local de permanente conversa com o consumidor. O Facebook também é tecnologia social que contribuiu para a fidelização dos consumidores e, juntamente com os encontros para disseminação de receitas, seriam atividades que poderiam ser reestabelecidas como estratégias de manutenção e ampliação da rede.

caso, também se traduz em melhoria dos recursos naturais e na ampliação da diversidade e da produção.

Em um movimento constante de resistência, que mesmo em meio ao sistema capitalista se mantém e procura gerar outras experiências e conexões sociais, que reduzem o preconceito e, concomitantemente, ampliam o consumo, visando também atender no futuro às periferias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. A. de; HÉRNANDEZ, D. G.; COLLADO, Á. C. A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares. **Revista Nera**, n. 24, p. 09-35, 5 jul. 2014.

ALQUÉZAR, R., et al. Prácticas cooperativas: ¿estrategias de supervivencia, movimientos alternativos o reincrustación capitalista?, **ARS & HUMANITAS**, número especial sobre Reciprocidade e Solidariedade, VIII-1, p. 151-166, 2014.

CONTE, I. I.; BOFF, L. A. As crises mundiais e a produção de alimentos no Brasil. **Acta Scientiarum. Human And Social Sciences**, v. 35, n. 1, p. 49-59, 16 out. 2013.

FINATTO, R. A. Redes de Agroecologia e produção orgânica na região sul do Brasil. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.I.], v. 38, p. 107 - 145, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42242> . Acesso em: 31 jan. 2022.

GONZALEN, K.; BAUM, C. Desdobrando a Teoria Ator-Rede: Reagregando o Social no trabalho de Bruno Latour. **Revista Polis e Psique**, v. 3, p. 142-157, 2013.

LATOUR, B. **Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede**. São Paulo: Edusc, 2012.

LATOUR, B. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia**. São Paulo, SP: Editora Unesp. 2019

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A. Políticas públicas para os assentamentos rurais e cooperativismo: entre o idealizado e as práticas possíveis. **Sociedade e Estado**, [S.L.], v. 33, n. 1, p. 61-84, abr. 2018.

MELO, T. G. de; SCOPINHO, R. A.; GONÇALVES, J. C. Entre o legal e o real: assentamentos rurais do tipo PDS na macrorregião de Ribeirão Preto. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 41-67, 2016. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/198>. Acesso em: 30 janeiro de 2022.

SOUZA, K. J. C.; FILHO, R. A. M. . Perfil dos consumidores de produtos orgânicos no Brasil. In: **XIX ENGEMA – Encontro Internacional sobre gestão empresarial e meio ambiente**, 2017, São Paulo- SP. Disponível em: <http://engemausp.submissao.com.br/19/anais/arquivos/509.pdf> Acesso em: 10 de julho de 2022.

VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with Actor-Network theory. **Public understanding of Science**. v.19,n.3, p.258-273, 2010. Disponível em: http://www.tommasoventurini.it/web/uploads/tommaso_venturini/Diving_in_Magma.pdf Acesso em: 15 de fevereiro 2020.

VIANNA, R.. Quem controla a água? Mapeamento de controvérsias na Guerra das Águas em São Lourenço (MG). In: Viviane Fernandez; Joana Macedo; Fátima Branquinho. (Org.). **Pedra, planta, bicho, gente... coisas: encontros da teoria ator-rede com as ciências ambientais**. 1ed.Rio de Janeiro: MAUAD, v. 1, p. 59-76, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto do capitalismo contemporâneo apresenta, entre outras questões, uma conjuntura de negação em relação à crise climática, atrelada a interesses de manutenção das grandes elites. Em consequência, ampliam-se as desigualdades entre países centrais e periféricos, que sentem de formas diferentes os efeitos desse sistema excludente, perpetuando assim o abismo entre os ganhadores e os perdedores globais.

Os países centrais, que veem suas importações afetadas pelo desequilíbrio climático, buscam soluções globais para a redução desses efeitos que se materializam, entre outras formas, na organização de um mercado de compensação ambiental. Já os países periféricos continuam a utilizar uma tecnologia ultrapassada, no que compete à preservação de seus recursos, em detrimento do mercado de *commodities*. Especificamente no Brasil, este cenário se caracteriza pela pouca atenção ao impacto cultural do crescimento do estoque de capital das metrópoles modernas, fator determinante para a falta de consciência ambiental compartilhada no país e para a disseminação dos impactos ambientais e do uso indiscriminado dos recursos naturais da nação, incluindo-se os não renováveis.

Avesso ao pensamento negacionista, principalmente a partir do final da década de 1980, o debate sobre a natureza do atual sistema econômico e seus impactos ambientais parece ter atravessado a agenda global em termos de gestão e de preocupação, que, mesmo permeado por um discurso ambientalista velado, contribui para o surgimento e a manutenção de “redes sociais de resistência”. Essas redes buscam formas alternativas de interação, numa perspectiva de desenvolvimento com caráter territorial, que parte do local (endógeno), e não do planetário (exógeno), e que identifica o desenvolvimento como um processo eficaz, se for desenhado e implementado pelos atores locais.

Como pode ser observado no decorrer desta tese, as alternativas perpassam o discurso da ecologia política, no sentido de transcender as dualidades entre as ciências naturais e sociais e de compreender a necessidade de se fomentar uma explicação conjunta entre humanos e não-humanos, circulantes em uma grande rede de mediações. Contexto esse inserido em um ambiente permeado de conflitos de interesses, que na tese se expressam por

meio do tensionamento do agronegócio e da necessidade de se suprimir o protagonismo dos agricultores locais, que se materializam na monopolização da terra e de subsídios, no crescimento do setor industrial, na desnacionalização das propriedades e na fome. Ao passo que, concomitantemente ao discurso ilusório de liberdade, emergem “redes sociais de resistência”, com uma perspectiva de conservação e integração.

Na pesquisa aqui desenvolvida, a ênfase é dada às “redes sociais de resistência”, que se movimentam por meio da luta dos trabalhadores rurais organizados, que reivindicam uma reforma agrária popular, baseada na agroecologia e na produção de alimentos saudáveis.

Nesses espaços, priorizam-se o equilíbrio ecossistêmico, obtido por meio de sistemas agroflorestais de produção, bem como a organização de mercados alternativos, com a predominância de organizações cooperativas de agroindústrias familiares e que fomentam outra configuração nas relações de consumo. Orienta-se também na busca por um desenvolvimento rural sustentável que preconize a agroecologia, a implementação de assentamentos agroecológicos e a manutenção de redes justas de comercialização de produtos. Compreendem território onde a agroecologia é ferramenta de poder. Os assentamentos agroecológicos buscam o resgate das relações sociais e culturais das comunidades no seu trato com a natureza e entorno, em um contexto no qual os circuitos curtos de comercialização adquirem uma conotação de ruptura.

Especificamente, na análise das experiências da rede estabelecida pela Cooperativa Comuna da Terra, identifica-se que a autonomia de produção e financeira para os agricultores – somada à busca por saúde e qualidade de vida dos atores envolvidos – contribui para uma revalorização das relações de produção e consumo locais. Tais características se expressam, dentre outras experiências, por meio dos mutirões e das visitas às propriedades.

Dentre as controvérsias e incertezas que mantêm esta rede em funcionamento, por meio de conexões e ações entre humanos e não-humanos, identificam-se movimentos carregados de uma conotação política, que emerge dos diferentes atores que compõem a rede. Neste sentido, pode-se destacar o discurso dos atores em relação à rejeição da utilização dos agrotóxicos para a

produção de alimentos, atrelado a questões de saúde e de consciência sócio-ambiental.

Na realidade estudada, também é de grande relevância a presença do Movimento Sem Terra para a manutenção de práticas como as experienciadas pela Comuna da Terra, que priorizam um formato de assentamento sustentável de produção agroecológica e com um determinado grau de organização política. O MST auxilia na disseminação dos processos de formação social e produtiva que se direcionam para um formato de produção sem utilização de agrotóxico, no estabelecimento de um diálogo cada vez mais próximo do público consumidor.

Nas práticas cooperativas, a implementação das agroflorestas e a manutenção da organização dos agricultores e consumidores, somada à inserção em projetos e políticas públicas de fomento, mantêm a rede em funcionamento. E nas relações de consumo sobressai a importância dada ao contato direto entre produtores e consumidores, que estimula a troca de conhecimentos e experiências entre eles e mantêm a confiança estabelecida.

O que se observa nessa experiência de escoamento é um estímulo para a ampliação da diversidade produtiva nos lotes, com o intuito de atender às necessidades alimentares dos consumidores, bem como a necessidade de investir em mais tecnologias que atendam e ampliem essa dinâmica de escoamento. Configurando-se, assim, uma oportunidade para futuras parcerias, e estímulo para maior inserção dos jovens do assentamento.

Outro destaque interessante observado na rede é o discurso em relação à certificação dos produtos agroecológicos, que se configura como uma controvérsia instável na rede, tendo em vista os múltiplos discursos que o perpassam. Na pesquisa, o não-humano (certificado) recebe diversas opiniões que variam de importante a mera formalidade, ou, ainda, como algo desnecessário e caro. Tal questão aponta a necessidade de ampliação do diálogo a esse respeito, o que pode vir a fortalecer a rede e a servir como argumentação positiva para a admissão de novos participantes.

Em suma, o que se conclui com a pesquisa é que a produção de alimentos pautada em modelos agroflorestais se origina em uma mobilização

coletiva, auxilia na efetivação de estratégias ecológicas de produção e contribui para o fortalecimento da agricultura familiar e seu diálogo com os consumidores diretos, portanto para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

Em resposta às incertezas levantadas pelo trabalho, que se encontram na introdução (p. 20), o que se observa na dinâmica da rede é que: (1) a sua inserção em um contexto de luta organizada amplia o discurso de produtores e consumidores em relação à utilização da terra e de formas de consumo, contribui para a autonomia dos agricultores em seus lotes, bem como, para sua manutenção e permanência; (2) identifica-se, mesmo compreendendo a rede equanto movimento, que quanto maior o diálogo entre agricultores, cooperativa e consumidores, maior será o fortalecimento, manutenção e ampliação dessa rede e, conseqüentemente, para ampliar o entendimento em relação a diversas questões tais como: a luta organizada por terra, a necessidade de produção de alimentos livres de agrotóxicos, o entendimento em relação à diversidade e sazonalidade das produções locais, dentre outras questões que ampliam o arcabouço do entendimento sócio-ambiental dos integrantes da rede; (3) além de ratificar que o fortalecimento e a disseminação de experiências como esta, com seus êxitos e obstáculos, contribui para se pensar e efetivar um desenvolvimento rural mais sustentável.

Tais configurações validam a importância desta pesquisa para o DRS, tendo em vista a ampliação do desenvolvimento local e a compreensão de que ele gera impulsos locais que pautam recursos e que mobilizam atores e instituições. Nesse conjunto de relações locais, criam-se espaços de mediação que reconfiguram o global e que necessitam cada vez mais de conhecimentos interdisciplinares para sua manutenção e disseminação.

Pensando que o desenvolvimento rural sustentável deve ser implementado em bases locais e regionais, e acreditando que nessas instâncias se pode contrapor o controle social, legitimamente instituído, sobre a influência do grande capital na busca por bases locais, de forma a preservar a autonomia, em detrimento do domínio do capital e do poder instituído.

Para que experiências como esta sejam disseminadas, é necessário um movimento constante de resistência, que, mesmo em meio ao sistema capitalista, se mantém e procura gerar outras experiências e conexões sociais,

que reduzem o preconceito e, concomitantemente, ampliam o consumo, visando também as periferias. Conclusão que aponta para a necessidade de ampliar o investimento em pesquisas, propostas e sistematizações dentro das unidades produtivas, e de vivência sinalizando as especificidades com realização de mais pesquisas empíricas. Pois, para que se ampliem as “redes sociais de resistência”, é crucial o fortalecimento das distintas interfaces entre o Estado, agricultores e consumidores, abrangendo processos contínuos de interpretação, negociação, renegociação.

A partir da pesquisa realizada, além da obtenção de informações relevantes em relação à experiência e sua multiplicação, também é válido salientar que se trata apenas de uma ponta em um emaranhado de relações a se discutir e desbravar, sendo o tempo um limitador cruel para a ampliação dos debates oriundos da experiência. Fator que nos indica um trabalho, a posteriori, no sentido de realizar tal intento no futuro. Mesmo com esta limitação, a experiência demonstra que a opção metodológica utilizada pode servir como uma forma de diagnóstico dessas experiências de resistência em formato de redes, sendo útil para um trabalho de assessoria e consultoria para os movimento sociais e experiências que tenham objetivos em comum aos relatados nesta tese.

APÊNDICE 1

VERSÃO DO ARTIGO 1 PUBLICADO EM PERIÓDICO

Contemporary capitalism and the “resistance social networks”⁶⁶ of the Brazilian countryside

Capitalismo contemporâneo e as “redes sociais de resistência” do rural brasileiro

El capitalismo contemporáneo y las “redes sociales de resistencia” en el Brasil rural

Received: 04/13/2022 | Reviewed: 04/21/2022 | Accept: 04/26/2022 | Published: 04/29/2022

Veridiany Filus

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1349-2601>

State University of Western Paraná, Brazil

E-mail: veri_filus@yahoo.com.br

Romilda de Souza Lima

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0968-0044>

State University of Western Paraná, Brazil

E-mail: romilda.lima@unioeste.br

Abstract

The climatic and environmental imbalance, the result of the intensification and expansion of the capitalist planetary economic system, is increasingly worrying. Alarming data revealed by scientists worldwide, mobilize countries in favor of reducing these effects, for the maintenance of the human species. The objective of this article is based on this premise, which, through exploratory research, will explain the historical context that consolidates this conjuncture, the reflexes of this trajectory in contemporary times, as well as the “resistance social networks”, which underlie the confrontation to such systemic imbalances. Focusing on the Brazilian reality, and, in particular, the insertion of capitalism in relationships in the country's rural environment, the article will bring to the discussion the impact of rural capitalism on the struggle of peasants/rural workers; the consolidation of this capitalist insertion in the countryside through contemporary data regarding Brazilian deforestation and the consolidation of agribusiness and the production of export monocultures, which directly impact work and food security in Brazil. In order to present

⁶⁶ The term “resistance social networks” is underlined in the text, in an effort to highlight it as a term under construction.

some alternatives of resistance existing in Brazil, in this worrying scenario, as a way of thinking and systematizing strategies for overcoming it.

Keywords: Capitalism; Networks; Actor-network theory; Agroecology.

Resumo

O desequilíbrio climático e ambiental, fruto da intensificação e ampliação do sistema econômico planetário capitalista, é cada vez mais preocupante. Dados alarmantes revelados por cientistas em nível mundial, mobilizam países em prol da redução destes efeitos, para a manutenção da espécie humana. Parte-se desta premissa o objetivo deste artigo que, por meio de uma pesquisa exploratória, irá explanar sobre o contexto histórico que consolida esta conjuntura, os reflexos desta trajetória na contemporaneidade, bem como as “redes sociais de resistência”, que se articulam no enfrentamento a tais desequilíbrios sistêmicos. Tendo como enfoque a realidade brasileira, e, em específico, a inserção do capitalismo nas relações no ambiente rural do país, o artigo trará para a discussão o impacto do capitalismo rural para a luta dos camponeses/trabalhadores rurais; a consolidação desta inserção capitalista no rural por meio de dados contemporâneos em relação ao desmatamento brasileiro e a consolidação do agronegócio e da produção de monoculturas de exportação, que impactam diretamente o trabalho e a segurança alimentar no Brasil. O intuito é, também, apresentar algumas alternativas de resistência existentes neste cenário preocupante, como forma de se pensar e sistematizar estratégias de sua superação.

Palavras-chave: Capitalismo; Redes; Teoria ator-rede; Agroecologia.

Resumen

El desequilibrio climático y ambiental, resultado de la intensificación y expansión del sistema económico planetario capitalista, es cada vez más preocupante. Datos alarmantes revelados por científicos de todo el mundo, movilizan a los países a favor de reducir estos efectos, para el mantenimiento de la especie humana. El objetivo de este artículo parte de esta premisa, que a través de una investigación exploratoria explicará el contexto histórico que consolida esta coyuntura, los reflejos de esta trayectoria en la contemporaneidad, así como las “redes sociales de resistencia”, que se articulan en el abordaje de tales desequilibrios sistémicos. Centrándose en la realidad brasileña y, en particular, en la inserción del capitalismo en las relaciones del medio rural del país, el artículo traerá a discusión el impacto del capitalismo rural en la lucha de los campesinos/trabajadores rurales; la consolidación de esta inserción capitalista en el campo a través de datos contemporáneos sobre la deforestación brasileña y la consolidación de la agroindustria y la producción de monocultivos de exportación, que impactan directamente en el trabajo y la seguridad alimentaria en Brasil. El objetivo es también presentar algunas alternativas de resistencia que existen en este preocupante escenario, como una forma de pensar y sistematizar estrategias para superarlo.

Palabras clave: Capitalismo; redes; Teoría actor-red; Agroecología.

1. Introduction

There is a consensus that human activities directly interfere with the space in which we live. Among the reflections of this intervention, what stands out in contemporary times is an increasingly notorious global warming. The consequences of global warming are already affecting the lives of many people around the globe and the changes have occurred quickly and directly affect the climate, causing, in addition, negative effects on biodiversity. As can be seen in a recent publication, in February 2022, in the sixth report of the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC)/WGII, which discusses the strength of climate effects: "Climate change is a threat to human well-being and planetary health" (IPCC, 2022, p. 35).

The climate regime threatens all states in all their dimensions of production, culture, housing, art, and commerce (Latour, 2015). And beyond the climate imbalance, humanity's 'choices' regarding its development (production, economic, and cultural) create a scenario of both financial instability and compromised quality of life and the environment.

With regard to environmental changes, data published in a previous report by the IPCC/WGI, August 2021, show that temperature changes are increasingly uncontrolled and impactful. The projection is that in the next decades, we will have an increase of 1.5°C in global warming, a critical limit for the population's health and one that directly affects Brazilian agriculture (IPCC, 2021), since Brazil, as a commodity agro-exporting country, will feel these effects significantly.

In face of the facts, what we have in operation is what Furtado (1974) had already signaled, five decades ago, about the implementation of the precepts inherent to the third phase of the imperialist stage of capitalism, which is characterized as a planetary economy, increasingly dependent on non-renewable resources and on the strengthening of large companies, capable of promoting the exploitation of natural resources, also on a planetary scale.

This reinforces the hypothesis that "in our civilization, the creation of economic value provokes, in the great majority of cases, irreversible processes of degradation of the physical world" (Furtado, 1974, p. 19) and that, not always, they cannot be solved by technological progress alone. After all, populations,

including Brazilians, do not feed on 'technologies' or commodities but survive on the fruits of their labor, food⁶⁷ is the most important item, that is, a priority social fact.

However, as far as labor is concerned, what can be observed is that, since the year 2020, a significant negative impact is configured, with the emergence of a pandemic virus - Sars-Cov-2, pointed out by experts as the result of the imbalance described above⁶⁸ and, by requiring drastic changes in social organization, exacerbated the scourge of unemployment, especially in the poorest countries and/or those with unequal income distribution. About this, the IPCC 2022/WGII report warns about the increasing risk of animal-transmitted diseases, such as dengue, chikungunya, and Sars in practically every continent, in addition to water-borne diseases in some places and contamination from toxic algae blooms.

In view of the exposed context, this paper aims to analyze some important issues for reflection regarding the planetary capitalist dynamics and how such dynamics guide the relationship of human beings with nature. To discuss some important data about the reflexes of these positions in contemporary times, and finally, to point out some "resistance social networks" amid this context, specifically concerning the reality of the Brazilian countryside.

Therefore, following the exploratory methodology, which focuses on "getting to know the characteristics of a phenomenon in order to seek, later on, explanations of the causes and consequences of this phenomenon" (Richardson, 1999, p. 326), we seek to delimit some consolidated theoretical references, in Brazilian and international literature, in order to exemplify this conjuncture, as a way to expose plausible and already existing possibilities of integration between society and nature, in the light of Bruno Latour's Actor-Network Theory (ANT).

This paper is subdivided into three guiding points, namely: the influence of capitalism on agriculture and, consequently, on the struggles of rural workers; the

⁶⁷ According to Woortmann (2007), "in studies on social dimensions of food among peasants, argues that 'food,' for this group, is a "nucleating cultural category that is articulated to 'work' and 'land,' and that eating choices that include forbidden, permitted, and preferred foods are linked to dimensions of gender, memory, family, identity, religion, etc." (Lima, 2015, p. 57).

⁶⁸ According to (Pontes, 2020, n/a), in the case of the new coronavirus, long before it infected the first humans and traveled from China, it inhabited other hosts in a wild environment. Isolated and in balance in their habitat, such as closed forests, viruses like this would not threaten humans. The problem is when this natural reservoir begins to be clipped, destroyed, and occupied.

reflection of this influence in Brazil; and the signs of possible “resistance social networks”, even amid contemporary capitalism.

2. Methodology

Departing from the understanding that methodology is characterized as the way of thinking along with the practice exercised on reality where method, technics and creativity are simultaneously present (Minayo, 2019), this paper is characterized as the result of a qualitative social research.

From this perspective, social research is identified as an activity that seeks to understand the behavior of individuals and society; and qualitative research as the “study of history, relations, representations, beliefs, perceptions and opinions, an outcome of the interpretations that humans make about how they live, build their artifacts and themselves” (Minayo, 2014, p.57).

Here, specifically, we will be bringing an exploratory bibliographic study that is carried out through the investigation of the capitalist insertion in the Brazilian countryside, in order to get closer and more familiar with the analyzed object and with the contribution and guidance on possible hypotheses (Prodav & Freitas, 2013), that represent here overcoming and resistance proposals; in a persistent exercise towards insights and ideas, which allow a greater understanding of the subject.

Regarding the research cut, it took place in a longitudinal way and comprises the specific and relevant literature for the study of the reality that is in question, formulated in the last fifty years, that is, from the 70's up today, an extensive cut, but one that helps us to bring to view the paradigms that were pointed out at that time, and that are still present nowadays. The data were collected from secondary sources, through websites, official documents and scientific bibliographies.

3. Results and Discussion

3.1. Agrarian context in contemporary capitalism

According to Furtado (1974), the rapid industrialization of the periphery of the capitalist world - that is, the countries that were historically colonized and responsible for providing resources to consolidate the central countries - corresponds to the third phase in the evolution of industrial capitalism. A period

that 'began with a process of integration of the national economies that form the center of the system' (Furtado, 1974, p. 28).

Until the mid-1970s, the development of industrial practices was identified by material progress, which would spontaneously lead to improved social standards. A rather utopian vision, in view of the political game as background, and its heterogeneous influence on the social structure.

For a long time, especially in the golden age of capitalism 1945-75, the concept of development was associated with the ideas of progress and growth of gross domestic product, from the 1980s and especially 1990s, other elements began to gain body in this debate, mainly environmental issues, social justice, and the need for stakeholder participation in the planning and management process (Plein, 2016, p. 27).

Important factors were pointed out in the first Human Development Report published in 1990, and, in Furtado's (1974, p. 32) analysis, "the growth of the economy will come to be understood by many analysts as an element of a larger process, since its results do not automatically translate into benefits."

Sen (2000, p. 28), in his important analysis in "Development as Freedom," points out the difference between development and economic growth, the latter enables a society to desire wealth for utility, which is 'the freedom to lead the kind of life we have reason to value,' that is, people's search for wealth aims to obtain goods, in this sense wealth becomes more important because it enables consumption. However, the author considers that there are other aspects of life that are important and are not propitiated only by the fact that there is economic growth.

It is as important to recognize the crucial role of wealth in determining our conditions and quality of life as it is to understand the restricted and dependent nature of this relationship. A proper conception of development must go far beyond the accumulation of wealth and the growth of Gross National Product and other income-related variables (Sen, 2000, p. 28).

The author points out, therefore, that growth needs to consider development in order to ensure the improvement of people's lives and the freedoms they can enjoy, which include, among others, adequate food, access to health services, and quality education, as well as the guarantee of basic services such as sanitation and access to drinking water. Because the absence

of some freedoms related to economic poverty prevents many individuals from enjoying basic, fundamental rights.

According to Veiga (2010), growth is the result of the free interaction of market forces, agreed upon by the unequal and emblematic Washington Consensus. Such agreement, as cited by lamamoto (2011, p. 108), drives the globalization of the economy through “transnational industrial groups, resulting from a process of mergers and acquisitions of companies in a context of deregulation and liberation of the economy”. And yet:

Unequal development is accelerated, in leaps and bounds, among companies, branches of industry, and different nations, and, within countries, in favor of the dominant classes and groups [...]. The transfer of wealth between classes and social categories, and among countries, is at the root of the increase in chronic unemployment, the precariousness of labor relations, the demands for wage restraint, the so-called 'flexibility' of working conditions and relations, and the dismantling of the social protection system (lamamoto, 2011, p. 111).

The emergence of climate disasters, which together lead to uncertainty about the future, leads Veiga (2000) to criticize an orthodox economy that subordinates the natural environment to the economic system. In contemporary times, the effects of climate change have shown that this economic vision is mistaken.

Thus, humanity's insistence on distinguishing nature from society creates a scenario that produces a concentration of wealth and, at the same time, poverty, and misery. It drives the privatization of public institutions in peripheral countries, which will be acquired by companies that own technology and stimulate creative design work, under the control of profitability norms, which consequently will contribute to the intensification of work and low wages. In short, the burden of privatization falls on increased structural unemployment and union disarticulation, as discussed by Anderson (1995).

In addition to the privatization of public goods, another factor that consolidates the monopolistic articulation of the contemporary world and solidifies the role of the peripheral countries in the international labor dynamics, is linked to property relations.

As far as Brazil is concerned, there is a political and economic interest in promoting agribusiness to the detriment of family-based agriculture, expressed in the increase of export subsidies that “imposed a reduction in social spending and implemented a regressive social security and labor policy with a clear commitment to the interests of big capital” (Iamamoto, 2011, p. 122). In a well-demarcated framework, Santos (2012) states the existence of three main phenomena, which consolidate the Brazilian position in the current monopoly capitalist dynamics. These are the conservative character of the modernization of Brazilian capitalism, the passive revolution⁶⁹, and the centrality in state intervention.

With regard to the conservative character of Brazilian modernization, we find as characteristics, the agrarian structure consisting of agricultural estates which develop their agricultural practices through extensive monoculture production with an export focus. It is important to highlight that, according to Talaska (2017, p. 200 and 201), after the Agrarian Law of 1993 was sanctioned, the term 'agricultural estate' was suppressed in official documents from Incra and the Brazilian legislation, which created a substitute category called 'large property.' But, as the author discusses, it is only a substitution of terms, given that from 2014 registry statistics, she points out "the existence of 182 agricultural estates by size in Brazil, whose occupied areas total 12,845,381.8 hectares." A territory area larger than the entire state of Pernambuco, or Santa Catarina, or the area of the junction of Espírito Santo, Rio de Janeiro, Alagoas, and the Federal District.

According to Prado Júnior (2004), this type of export-oriented production, which remained hegemonic, consolidated Brazil's place in the international division of capitalist labor. Such characteristics, according to Cardoso de Melo (1994), solidified industrialization in Brazil and in all Latin America, as national capitalist export economies, with a lagging character.

As a consequence of this dependency, which transforms the “agrarian economy into a source of surplus production appropriated by the hegemonic urban sectors” (Wanderley, 2011, p. 25), a link between production and labor is

⁶⁹ Characterized by the exclusion of popular forces from political decisions in the direction of social life; by a bourgeois democracy that is restricted to members of classes that qualify economically, socially, and politically, for the exercise of bourgeois domination; and by an unequal process of lagging capitalism (Santos, 2012).

guaranteed that, according to Florestan Fernandes (1973), atrophies the Brazilian capitalist agrarian development.

It is worth noting that the logic of the peripheral monopoly assumes that only a few investors meet the necessary conditions for investment, a crucial element for the definition of the agribusiness format in the country (Albuquerque, 2004). Where, no longer only the primary product is sold, but also products with several levels of processing.

In this way, the monoculture agricultural estate is maintained, with priority given to export, which gains an air of modernity, justified by its participation in the country's balance of trade.

In short,

The mass of rural and urban wage earners grows, necessary for the expansion of the internal market, and to meet the demands of increasing production and productivity. This same development incorporates and recreates the small simple mercantile production - partners, small tenants, squatters - submitting it to the yoke of capital (commercial, industrial, financial) and to the land revenue. Agricultural wage earners and peasants experience a permanent deprivation of social, labor, and political rights, deepening an exclusion from the power bloc and from political pacts (Iamamoto, 2011, p. 131 and 132).

It is important to point out that the Brazilian bourgeoisie is marked by the rural structuring, whose protagonists are the owners of large areas of land, who dictate the rules of state investments in the sector, in favor of agribusiness, interfering in the major transformations operated in the life of the nation (Ianni, 1984). Thus, "the accumulation of capital requires not the rationalization of agriculture, but its submission to the rationality of the industrial sector" (Silva, 1981, p. 67). In view of an orthodox Marxist reading, it was credited in the "proletarianization the confirmation of the emergence of properly capitalist relations in agricultural production, that is, the consolidation of a true rural proletariat" (Wanderley, 2011, p. 58). However, "the impositions and determinations of capital, effective in the construction of mechanisms of control and power over workers, did not appropriate the entire social space" (Ferrante, 1993, p. 70), not being able to coerce the correlations of forces, present between the classes.

3.1.1. Resist to survive

It is worth mentioning the importance of peasant resistance to what was being imposed, which, as shown by Martins (1981), from the end of the 1940s on, the Peasant Leagues (Northeast), the Landless Farmers' Movement (South), and the rural unions started to occupy an important place in the manifestation of rural workers' rights.

As an example of this correlation of forces and in contrast to the statements of Albuquerque (2004), Iamamoto (2011), Wanderley (2011), what is observed is a movement of rural workers towards the organization of collective structures, through agricultural cooperation, which includes associations and cooperatives, for the production of surplus for marketing (Borges, 2010).

As a result of this articulation, and in view of the expansion of procedures, such organizations, like the MST, specialize in forms of agro-industrial production (technological insertion), in order to increase productivity and maintain themselves in the market.

According to data from the Institute for Applied Economic Research - IPEA (2013), with data from the Agricultural Census of 2006, the family agroindustry produced more tons of cassava flour and starchy food made of cassava per year, than the non-family agroindustry, even having as priority the productive diversification, A factor that may be linked to the insertion of a significant portion of farmers who benefit from INCRA's Terra Forte Program, a program that aims at applying R\$300 million in projects for the implementation and/or modernization of agro-industrial structures in the Settlement Projects (Mattei & Andrade, 2017).

Data that strengthen the visibility that, as a form of resistance, occurs a political maturation of rural workers, expressed mainly in the struggle of traditional communities, in the rural union force, and in the struggle for land of squatters, partners, and tenants (Iamamoto, 2011).

It is in the midst of a set of struggles and tensions of the various segments of the working class, which it organizes in search of better wages, land, work, and social rights, that rural poverty presents itself in a cruel and unmeasured class form. It is also where the government response is given through focused policies, among which is the creation of agrarian reform settlements, in a compensatory configuration (Sant'Ana, 2014).

According to Almeida (2009), it is within the crisis, the result of a concentrated, unequal, and excluding land structure, that collective actions take

strength. To him, this organized pressure is what led, in 1944, President Getúlio Vargas to authorize the creation of agricultural and rural unions, and in 1963, the National Confederation of Agricultural Workers - Contag.

In a repressive context and with little autonomy, in view of the successive military governments, Contag only began to have more openness in 1975, when a new framework of struggles, mobilizations, and social demands for citizenship, democracy, freedom, union autonomy, social assistance, an adequate agricultural policy of minimum prices, and agrarian reform came into effect.

These factors have contributed "to the emergence of social movements with a certain degree of organization and structuring, which in turn have led to numerous encampment and land occupation actions" (Almeida, 2009, p. 55), especially since the 1980s.

According to Bergamasco and Norder (1996), the meaning of settlement is something created in space-time and can be defined today as a unit of agricultural production, created through public policies of land use reorganization, and it can be divided into five distinct types. They are: colonization projects, created by the military regime, from 1970 on; resettlements of people affected by dams and the like; state plans for the valorization of public land and regularization of tenure; agrarian reform programs and extractive reserves.

However, Almeida (2009, p. 57) points out that,

The struggle for land reaches its peak with certain settlements based on the actions of landless farmers. Then, new problems arise, particularly with regard to forms of organization and agricultural production. As soon as these problems are identified, arising from the agricultural use of poorly fertile, hilly land and the lack of technical assistance, the first civil support groups and associations begin to emerge, made up of technicians and farmers, whose objective will be to promote and develop agriculture in the context of these settlements. Many of these groups are constituted as associations, non-governmental organizations of civil people closely linked to churches (mainly Catholic and Lutheran), agricultural technicians, and the movement of landless rural workers MST, which was already well structured at that time.

It is worth noting that "in a new political context, both the union oppositions and the MST defended the need for a new law capable of supporting a broad land distribution" (Medeiros, 2015, p. 346), as opposed to the Land Statute. In this period, there was a significant increase in occupations and encampments, "bringing the land issue back into the public arena, based on both economic

arguments (the importance of food production) and moral justifications (the need to eliminate the enormous social injustice that marked the Brazilian countryside)" (Medeiros, 2015, p. 348).

According to Mazalla Netto (2013, p. 24), "the real consolidation of agrarian reform and the establishment of the countryside as a space for living and for sustainable rural development happens, to a considerable extent, through the process of struggle for land and for the rights of rural workers". The MST is the greatest influence of organized social mobilization in this area.

As pondered by Sant'ana (2014, p. 268), with the consolidation of the MST and its struggles, after the election of Luiz Inácio Lula da Silva as President of the Republic, what is observed is that,

Even though violence against social movements has decreased and programs for family agriculture have increased, the political direction of agrarian reform has remained the same: redistributing land, not in order to make it possible for families to access it and guarantee their autonomy through policies aimed at strengthening the settler as an autonomous producer responsible for producing food and, at the same time, guaranteeing his/her own and his/her family's reproduction through work. On the contrary, the beneficiary of agrarian reform becomes a user of social programs aimed at those who have no income.

This factor reinforces the agrarian policy as a focal social policy, with rural workers being one of the targets of the dominant class and the mass media, in a context of constant criminalization.

Even after 2006, with the enactment of law 11,326, entitled the Family Farming Law, which helps this population to channel state resources, it is "absolutely insufficient to analyze and understand the complexity of the subjects of the Brazilian countryside" (Saquet, 2017, p. 87).

In this sense, one of the contributions of Marxism is in guiding on the need to understand the essence of the so-called peasant production, which involves the cultivation of the land, small-scale production, and activities centered on the family nucleus.

According to Oliveira (2004), Marx points out that there are, in this context, three segments in modern society: the owners of the labor force, the owners of capital, and the owners of the land. And in complementation, Saquet (2017) points out that among the landowners, there are those who develop their productive activities from it, and who do not make up the monopolistic mass of

rural entrepreneurs⁷⁰, they are linked to the land; their main objective is the biological and social reproduction of the family and not the valorization and accumulation of capital; they have a close relationship between family labor and consumption, with emphasis on cooperation, stimulated by the need to ensure the family's reproduction; they are integrated to the markets via the flow of goods with subordination to the rules of the capitalist production model; family labor predominates; they promote socialization and the reproduction of labor power; they own the other means of production besides the land: inputs, instruments and machines; and, they have a working day that varies according to the time of year, that is, according to the planting and harvesting periods.

Saquet (2017, p. 90), "there is, in general, in peasant agriculture, the reproduction of non-capitalist relations of production or relations not specifically capitalist created by modern capitalism;" however, these relations are dependent on the market, directly producing the means of socioeconomic reproduction.

3.2. The impact of contemporary capitalism and the search for alternatives

Among the guidelines obtained in 2021, as a result of the data made available by the IPCC/WGI report, scientists are emphatic about the planetary need to combat greenhouse gases and CO² in a short space of time, if the proposal is to keep the earth's temperature habitable for humans (IPCC, 2021). The 2022 IPCC/WG2 report presents several implications of climate change and warming for food production, and consequently, food security.

However, in the Brazilian reality, the picture is not favorable to the maximum reduction of gases, and contrary to expectations, in the year 2019, the country increased 9.6% of gross greenhouse gas emissions. This is the year in which the country, because of an uncommitted government policy and lack of interest in actions involving environmental preservation and climate issues, extinguished the Department of Climate Change and Forests of the Ministry of Environment and shelved plans to prevent and control deforestation (SEEG, 2020).

⁷⁰ According to Wanderley (2011, p. 26) "rural entrepreneurs have a privileged position in this structure, as they are the immediate agents of capturing agricultural surpluses destined for the dominant sectors, through which they sediment the material base of their own social reproduction."

According to data from the System of Greenhouse Gas Emission and Removal Estimating System - SEEG (2020, p. 4), "the country released into the atmosphere 2.17 billion tons of carbon dioxide, against 1.98 billion in 2018," however, the country's Gross Domestic Product-GDP, in that year, rose only 1.1%, a factor that expresses that devastation is not linked to the generation of wealth for Brazil.

As the main factor of Brazilian environmental devastation, there is the deforestation of the Amazon, followed by the agricultural production, which suffered an increase of 1.1% compared to the year 2018.

Among the main emissions from the agricultural and livestock sector, it can be seen that they are linked to the expansion of cattle raising (28%) - a factor that represents a real increase of 7% in emissions, together with the use of synthetic fertilizers in agriculture (24.8%), and the management of animal waste, irrigated cultivation, and the burning of agricultural waste, which complete the remaining 6.7% of national emissions for the sector in 2019 (SEEG, 2020).

Such a scenario is inserted in the contemporary context of the imperialist stage, which has as its proposal the devaluation of human labor, and where the crisis of the union movement and the reduction of the contingent of workers stand out (Netto & Braz, 2012).

According to Netto and Braz (2012, p. 230):

All the transformations implemented by capital aim to lower the rate of profit and create renewed conditions for the exploitation of labor power - from wage reduction to job precarization. Here, in fact, lies one of the most expressive aspects of the offensive of capital against labor: the rhetoric of 'full employment' of the 'golden years' has been replaced, in the discourse of the defenders of capital, by the defense of precarious forms of employment and part-time employment, which forces the worker to seek sustenance, simultaneously, in several occupations.

This work is even more scarce in the pandemic period. According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, in the first quarter of 2021, the country had 14.8 million unemployed, which represents a percentage of 14.7% and corresponds to the highest rate and the largest contingent of people without work of all quarters since 2012 (IBGE, 2021).

In addition to the reduction in the number of jobs in the country, another additional factor that hinders the maintenance of the subsistence of the working

class is the budget reduction linked to food and nutritional security (FNS) in the country, which, in the year 2021, had a 75% cut in relation to 2020, going from 1.2 billion to 279.6 million, respectively, a scenario that translates, in the pandemic moment, the expansion of problems such as unemployment, hunger, and poverty. Such a picture also reflects the governmental positioning in face of this scenario.

With data from the National Survey on Food Insecurity, in the context of Pandemic of Covid-19 in Brazil, conducted in 2021 by the Brazilian Research Network on Food and Nutritional Sovereignty and Security - PENSSAN Network, less than half of Brazilian households (44.8%) had their residents in Food Security. Out of the remaining, 55.2% were food insecure, 9% lived with hunger, that is, they were in a situation of severe food insecurity (FI).

This condition is worsened in rural households, which reached the percentage of 12% (PENSSAN, 2021), the worst index since 2004. As for rural households, the situation is exacerbated in places with little water available for food production and for raising animals.

These factors must be interconnected with the urgency of thinking about strategies for environmental restoration that reduce this social scourge. The information pointed out in the survey shows political and economic neglect of aspects such as labor and hunger in the country, and that, when compared with the increase in deforestation rates and income concentration, further amplifies the existing inequalities in Brazil.

Against the backdrop of job availability and investments in food and nutritional security for the population, agriculture and cattle ranching reached exponential growth in recent years, especially in 2020, when most economic sectors suffered strong retraction due to the pandemic. According to data from the IBGE, while the Brazilian Gross Domestic Product (GDP) plummeted 4.1%, the biggest drop in the last twenty-five years, agribusiness grew 2% (IBGE, 2021).

In light of this context, we are reminded of the fundamental difference between development and underdevelopment, historically marked in capitalism by industrial activity, which has in its essence the concentration of a large part of the surplus in a few hands and in certain social groups directly committed to the productive process (Furtado, 1974).

This situation drives economic growth at the expense of development with

equity, given that growth is independent of culture, insofar as it does not imply the invention of a project, being limited to social aspects and its economic base, and 'ignoring the complex relationships between the future of human societies and the evolution of the biosphere' (Veiga, 2010, p. 10).

It is pertinent to infer that such a framework becomes unsustainable and already shows signs of its ruin. According to Schneider (2011), since the 1990s, political, economic, environmental, and social issues have entered the development agenda, with a specific concern for economic growth, and that it should be linked to the distribution of wealth and to issues related to sustainability, democracy, and social justice.

Some movements gain strength as a theoretical construction, such as Polanyi's substantive economy (2000) and Sen's development as freedom (2000). According to Heenirich, Filus, and Plein, (2021, p. 05) "both converge towards the understanding that development cannot be seen only by centering on the economy, but that it must be considered multifaceted, dynamic, and capable of obtaining reflexes beyond economic aspects" prioritizing the insertion of collective decisions that take into consideration cultural and regional characteristics.

As inherent alternatives to social relations, added to this context of environmental concern signaled by Schneider and Escher (2011), Polanyi (1978) observes and describes the intensification of counter-movements, which in the form of natural social protection, together with the productive aspect, are responsible for moving the 'goods' out of the orbit of market mechanisms (Bugra & Agartan, 2007). In a process of coexistence of such economic forms, in a dynamic where society can finally regulate the system (Schneider & Escher, 2011).

According to Latour (1994), the most important political issue for this to occur is that it is crucial that the two collectivities, society, and nature, are reconstituted taking into account the integration between humans and non-humans, treating in an integrated way: the social, nature, and discourse, in an environment that allows the production of institutions and the creation of collectivities/associations.

Given the exposed conjuncture and the need for more sustainable and inclusive alternatives, Veiga (2010, p. 10) signals that the development of nations

should design interventions with the precepts of ecological prudence and the appropriate use of nature "deployed in socially inclusive, environmentally sustainable and economically sustained over time" The example of agroecology should be seen as a scientific model capable of supporting the transition from current models of rural development (Zamberlan, 2012). Since, as Caporal and Costabeber (2004, p. 13), argue:

In applying the principles of agroecology, it is possible to achieve ecologically-based agricultural styles and thus obtain products of superior biological quality. But to respect those principles, this agriculture must meet social requirements, consider cultural aspects, preserve environmental resources, consider political participation and empowerment of its actors, and allow the achievement of economic results favorable to the society as a whole, within a long-term time perspective, that is, sustainable agriculture (Translated by the authors).

3.2.1. The agro-ecological guidance

As a productive and social alternative to these non-capitalist relations, the strategy proposed by theorists is the strengthening of an agroecological peasant agriculture, which focuses on production without chemical inputs, and that is intended for family food and the local market, advocating the conservation of nature, valuing biodiversity and the knowledge of the farmers themselves (Saquet, 2017), opposing, therefore, the model used by the conservative modernization of Brazilian agriculture that was guided by the precepts of the Green Revolution.⁷¹ But, as Altieri (2004, p. 21) points out: "restoring ecological health is not the only goal of agroecology [...], sustainability is not possible without the preservation of the cultural diversity that nourishes local agricultures."

Still, according to this author (1989; 2004), Agroecology, through the management and analysis of techniques and technologies, developed based on agroecosystems, encompasses the ecological, socio-cultural, and economic fields. "Agroecology provides ecological principles for the study and treatment of ecosystems that are both productive and preserving natural resources, and that

⁷¹ According to Tambara (1985), the Green Revolution is the capitalist penetration into the countryside and its objective is to maximize production by using nature to obtain profits. It is a program with the apparent objective of contributing to the increase of production and agricultural productivity in the world, from the development of experiences in the field of plant genetics, for the creation and multiplication of seeds adequate to the conditions of different soils and climates and resistant to pests (BRUM, 2000).

are culturally sensitive, socially just, economically viable (Altieri, 2004, p. 17).

More than an agricultural model, "it addresses the social organization, economic behavior, and political stance that contribute to the social transformations needed to generate more sustainable and equitable production and consumption patterns" (Mazalla Neto, 2013, p. 30).

What can be observed in the Brazilian trajectory is the unprecedented use of precarious labor and exploitation of natural resources, with the purpose of maintaining the consolidated capitalist structures. In response to this structure, and as a form of resistance, an organized popular mobilization emerges, mainly through the MST and related organizations, which seek alternatives to maintain life in the countryside, through practices based on cooperative principles and the conservation of natural resources.

These organizations, although expressive in their actions and productive activities, such as the MST, which is emerging in this sense, have not yet managed to break with the status quo of the capitalist economic dynamics, to the point of an effective change in the pre-established framework, but they are consolidating and gaining strength, as can be observed in the sequence.

In short, we are living a critical moment in human history, the result of the imbalance created by human action and the insistence on a system that has proven to be wrong and harmful. This imbalance is reflected in the ecosystemic (environmental) issues and in the quality of human life, and it also has negative consequences in terms of food and work. Therefore, it is urgent to think and develop strategies to overcome this imbalance, and these should generate more inclusive and sustainable practices, such as those advocated by sustainable rural development and agroecology.

3.3. The importance of reporting on "resistance social networks" in contemporary capitalism

Between the 19th and 20th centuries, after the rise of big industry, "the growth of the world economy was predominantly extensive, that is, with production and population increasing at very close rates" (Veiga, 2010, p. 66).

However, as Veiga (2010) observes, such growth did not mean an increase in the population's per capita income, because the widening of the foundation of support and political consolidation of contemporary capitalism

occurs through the generalization and institutionalization of social rights, which enable the organization of a veiled consensus, which ensures its monopoly performance (Netto, 2011).

In a movement, called by Latour (2019) a "double click," ⁷²where contemporary society tends to keep the same and, again, in order to kill the mediations. A context that stimulates the forgetfulness of networks and that institutes black boxes ⁷³of domination and massification, being necessary, a constant movement of breaking with the mode of programmed happiness, in favor of different forms of happiness and coexistence.

However, as far as the unfolding of the different historical passages of development are concerned, what can be observed is that it was only in the 1990s that countries cogitated more effectively on local thinking with the use of participatory diagnoses, in favor of a safety net that considers issues such as environment and sustainability, with the increase of strategies for the reduction of poverty and hunger (Ellis & Biggs, 2001).

As observed by Ellis and Biggs (2001), it is only in recent times that development includes discussions and effective actions in relation to the protagonism of the individual (actor/ peasant/family farmer), in the space lived, a conjuncture that signals the need for an unbureaucratized and decentralized development, to be built in a collective way (Saquet, 2007).

Spaces where qualitative social aspects take place, which prioritize the non-use of "excessive efforts on the part of their producers, poorly paid jobs exercised in unhealthy conditions, inadequate provision of public services and subhuman housing standards" (Veiga, 2010, p. 81). With strategies to reduce the ills that plague impoverished communities, and specifically, those in peripheral countries.

A social context in which mercantile relations are embedded, and where networks exist that influence the functioning of markets as sets of actors linked

⁷² According to Latour (2019), the reference pattern of double-click communication occurs when one wants us to believe that it is feasible to carry, without the slightest deformation, any precise information about situations and things that are not present here, in a looping of reproduction and copying.

⁷³ According to Latour, "scientific knowledge develops by the progressive construction of 'scientific facts' that are like black boxes whose truth or adequacy is taken for granted by those who use them as a starting point for other studies, but whose problematic nature can always be highlighted when examined in their origins" (Schwartzman, 1997, p. 30).

by a relationship and a form of social integration that puts actors in contact with each other (Steiner, 2006). In a place where the material conditions are sustainable, the economy is circular, and where there is the multiplication of controversies⁷⁴ (Latour, 2019), because "nature and society are not separated by a radical or ontological difference" (Gonzales & Baum, 2013, p. 145), and individuals, the 'things,' permeated by mediation, form the collective that is in a continuous process of articulation.

Regarding rural areas, it is necessary to have a dynamic that includes the presence and permanence of family farming, with its different social sectors and their representations (Abramovay, 1997), and to have mediations that contribute to increasing the trust among the people of a community, their bond with the land, the forest, the plantations, the people, in short, with the place and the territory (Brandão, 2012). Spaces where trust ends up having an emotional and affective content that is constituted with people and things, within social relations, which are linked to the formation of a set of common beliefs and values, which allow endowing collective actions with identities (Soto, 2013). These actions value traditional knowledge, which is shared and reproduced through direct dialogue among individuals, in a movement of nature, society, and thought, effected in relations of closeness and distance, with energies, forces, successions, contacts, identities, differences, contradictions, in a dialectical synthesis between society-nature (Saquet, 2012).

In an innovation and conservation 'hybrid' of knowledge and management, trying to maintain the identity passed on from generation to generation as family heritage, which is facilitated, allowed, and produced by hybrid beings that are neither facts nor things. That is, these 'hybrids' are humans and non-humans entirely connected, and in continuous mobility (Latour, 2012).

Given that family production is developed with a certain autonomy before the market, the family farmer cultivates for family food and to sell surpluses and buy goods needed to produce and to supply his/her extra-farming needs (Saquet,

⁷⁴ Controversies are "multivariate elements that in syncopated or irregular movements disperse or stabilize and that never belong to a single domain or unit a priori. Hence the presence of controversies that at some point stabilize into domains, categories, identities, or explanatory frames of reference" (Gonzales & Baum, 2013, p.150). According to the Actor-Network Theory, it is necessary to "trace more solid relations and discover more revealing patterns [one must find] a means of registering the links between unstable and changing frames of reference" (Latour, 2012, p. 45), which must be followed and not necessarily resolved.

2017). In this sense, productive, commercial, and technological relations take place in a transterritorial dimension, synthesizing markets, production, and globalization.

The commercialization networks, in turn, dynamize the economic potential and contribute to the valorization of territorial identities through interconnections. The example of short marketing circuits for organic/agroecological family farming products, which contributes to territorial development and consolidates agroecology in these spaces. Short networks, whether of knowledge exchange or commercialization, should be analyzed, apprehended, and used "as a starting point in rural development processes that, in turn, should mirror the cultural identity of the people who live and work in a given agro-ecosystem" (Caporal & Costabeber, 2002, p. 78).

Inserted in this context, agroecology seizes the experiences of farmers, safeguarding the decision-making autonomy of the subjects and, at the same time, integrating popular knowledge with technical and scientific knowledge, and an integrative and intelligent process, from sharing and cooperation that contributes to cognitive processes and continuous learning. In agroecological practices, one identifies the impetus to do the best possible way, with skills learned physically, materially, and socially, in an organic relationship of the social.

In view of the above, what becomes imperative is that these experiences need constant analysis, in favor of building knowledge to improve production and, concomitantly, conscious consumption skills on the part of consumers. In a qualified, critical, and constructive process, bearing in mind that people organized in cooperation and solidarity networks are potential contributors to a fairer and more sustainable society, without having to disconnect from the world around them.

In this perspective, André Lemos (verbal information⁷⁵, 2020) signals that, for this movement to occur, one of the alternatives is to trace the networks, and thus create a proof of heirs and descendants, in a process of building itself as existence, in the perspective that to exist is a constant act of passing through others. In an exercise of raising uncertainties, which relies on ethnographic

⁷⁵ Lecture given by Professor André Lemos in 2020, granted to the Instituto Humanitas Unisinos-RS, entitled: Inquiry into the modes of existence, an anthropology of the modern, from <https://www.youtube.com/watch?v=HVLn37wLQF0&t=14s> .

observation to analyze the center of relationships, where we consider humans and non-humans equanimously, treating in an integrated way the social, nature, and discourse (Latour, 2012).

It is no longer a matter of separating the exact knowledge about nature from the exercise of power among men, but of following the network that constantly connects men and things and that allows the construction of collectives, in order to closely link the issue of economic growth with the environment, and, from this, to be able to affirm the possibility of development, in an articulation among economic and social human behaviors, the evolution of nature, and the social configuration of the territory (Veiga, 2010).

4. Final Considerations

In the Brazilian reality, of an underdeveloped country, "little or no attention was given to the consequences on the cultural level, of an exponential growth of the stock of capital in the large modern metropolises" (Furtado, 1974, p. 17). Added to this hostile scenario, the lack of a collective environmental awareness contributes to the invisibility of environmental impacts that have little attention, given the self-centered use of natural resources in the country.

It can be seen, however, that from the 1980s and mainly in the 1990s, the discussion regarding nature and the environmental impacts of the current economic system has been on a global agenda, in view of the 'administration' of resources and consequently the maintenance of monopolistic capitalism.

On the other hand, this concern, veiled by environmental discourse, also contributes to the consolidation of "resistance social networks" that, amid the conjuncture, seek alternative forms of interaction, with a development perspective of a territorial character, which starts from the local and not the transversal, and that identifies development as an effective process if conceived and implemented by local actors (Plein, 2010).

In a context where individual action is necessary to safeguard the social situation, it is important to preserve the particularities of social demands and strengthen the social heritage (Polanyi, 2000), besides being socially located, given the relevance of going beyond the individual motives that may have motivated the action (Granovetter, 2005).

Specifically in this text, this movement is expressed in the struggle of the

rural workers and specifically of the 'landless workers'-MST, who in the midst of this context mobilize (in the escape from the double click) towards the conscious use of natural resources and fairer forms of the income distribution, which are materialized through agroecology and cooperative organization.

As Saquet (2017) points out, for these experiences of flowing agroecological production to be more evident, it is necessary to invest in research, proposals, and systematization, within the productive and living units signaling the specificities of each relationship, in its reality, that is, empirical research needs to be resumed and valued, and should occur *en masse*, in the scientific community. Understanding that this space is of constant correlation of forces, with distinct initiatives, interactions, conflicts, and appropriations of techniques and technologies in view of the capitalist project for the Brazilian countryside and its interconnection with the planetary system.

Considering the above, this paper sought to systematize some considerations in relation to the context experienced in the Brazilian countryside, focusing on the need to observe the interaction of actors, with regard to mobilization, resistance, and counter-hegemonic political struggle, through the interrelation between knowledge and practices (cultural, political, economic and environmental), and their dialogue with technical and technological innovations. An environment where the processes of political and cultural self-organization consider the predominantly family, cultural, political, ecological, cooperative, and participatory values, and objectives.

In addition to the systematization presented, this paper is aimed at pointing out some ways of thinking and giving visibility to the experiences of resistance networks in light of the Actor-Network theory, given its originality and dynamics, which analyzes the social of the modern world and its fragilities, (in view of its predatory positioning) and guides the way of how to report them as human and non-human collectives, which exercise a certain degree of importance within their connections. This methodology allows us to give visibility to the networks and their interactions, understanding them as being in constant mutation, but with characteristics that can serve as pointers to the consolidation of collective and just forms of subsistence.

References

- Abramovay, R. (1992). *Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão*. São Paulo: Hucitec.
- Albuquerque, R. C. de. (2004). A questão social no Brasil. Um balanço do século XX. Rio de Janeiro. In: *Anais do Fórum Nacional, Seminário Especial Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea*. Rio de Janeiro, Brasil.
- Almeida, J. (2009). *A construção social de uma nova agricultura*. (2 ed.). Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS.
- Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: Sader, E., & GENTILI, P. (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático* (p.9-23). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Altieri, M. A. (1989). *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Tradução: Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE.
- Altieri, M. A. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS.
- Bergamasco, S.M.P.P., & Norder, L.A.C. (1996). *O que são assentamentos rurais?*. São Paulo: Brasiliense.
- Borges, J. L. (2010). *MST: do produtivismo a agroecologia*. 1. ed. São Paulo; Goiânia: Terceira Margem; Editora da PUC Goiás, 2010. 176p
- Brandão, C. (2012). A comunidade tradicional. In: Costa, J., & Oliveira, C. (Orgs.). *Cerrado, gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos* (p. 367-380). São Paulo: Intermieios; Belo Horizonte: FAPEMIG; Montes Claros: UNIMONTES.
- Brum, A. J. (2000). *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes.
- Bugra, A., & Agartan, K. (org.) (2007). *Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: Market Economy as a Political Project*. Oxford: Palgrave Macmillan.
- Caporal, F. R., & Costabeber, J. A. (2004). *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA.
- Cardoso de Mello, J. M. (1994). *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense.
- Ellis, F, & Biggs, S. (2001). Evolving themes in rural development 1950s-2000s. *Development Policy Review*, Oxford, v. 19, n. 4, p.437-448.
- Fernandes, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no

Brasil. In: Szmrecsányi, T., & Queda, O. (Orgs.). *Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural* (p. 131-150). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

Ferrante, V. L. S. B. (1993). A proletarização não tem cartas marcadas (a terra no horizonte dos boias-frias). *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, vol.4, p.69-76.

Furtado, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gonzales, K., & Baum, C. (2013). Desdobrando a Teoria Ator-Rede: Reagregando o Social no trabalho de Bruno Latour. *Revista Polis e Psique*, v. 3, p. 142-157.

Granovetter, M. (2005). The impact of social structure on economic outcomes. *Journal of economic perspectives*, v. 19, n.1, p. 33-50.

Hennerich, J. E., Filus, V., & Plein, C. (2021). O valor, o mercado e o alimento: complexidade de relações ou simples poder de escolha?. *Emancipação*, v. 21, p. 01-17. doi: 10.5212/Emancipacao.v.21.2115022.019

IBGE. (2021). Desemprego chega a 14,7% no primeiro trimestre, maior desde 2012. 2021. From <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30793desemprego-chega-a-14-7-no-primeiro-trimestre-maior-desde-2012-e-atinge-14-8-milhoes-depessoas>.

IBGE. (2021). PIB cai 4,1% em 2020 e fecha o ano em R\$ 7,4 trilhões. 2021. From <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-denoticias/releases/30165-pib-cai-4-1-em-2020-e-fecha-o-ano-em-r-7-4-trilhoes>.

IPCC. (2021). The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen, L. Goldfarb, M. I. Gomis, M. Huang, K. Leitzell, E. Lonnoy, J. B. R. Matthews, T. K. Maycock, T. Waterfield, O. Yelekçi, R. Yu and B. Zhou (eds.)]. *Cambridge University Press*.

IPCC. (2022) Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC, 2022: Summary for Policymakers [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, M. Tignor, A. Alegria, M. Craig, S. Langsdorf, S. Lösche, V. Möller, A. Okem (eds.)]. In: *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegria, M. Craig, S. Langsdorf, S. Lösche, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)].

Cambridge University Press.

Iamamoto, M. V. (2011). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez.

Ianni, O. (1984). *O ciclo da revolução burguesa no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Latour, B. (1994). *Jamais fomos modernos*. São Paulo: Editora 34.

Latour, B. (2004). "Não Congelarás a Imagem", ou: Como não desentender o debate Ciência-Religião. *Mana*, 10(2), p. 349- 76. From <https://www.scielo.br/j/mana/a/TpFPS86FVdyztqb4gZchYJn/?format=pdf&lang=pt>.

Latour, B. (2012). *Reagregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-rede*. São Paulo: Edusc.

Latour, B. (2020). *Onde aterrar?*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Latour, B. (2020). *Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo/Riode Janeiro: Ubu Editora/ Ateliê de Humanidades Editorial.

Lima, R. de S. (2015). *Práticas alimentares e sociabilidades em famílias rurais da Zona da Mata mineira: mudanças e permanências*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, MG, Brasil.

Martins, J. de S. (1981). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

Mattei, L., & Andrade, D. C. (2017). Agroindústrias e projetos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: UFRRJ, v. 25, p. 83-106.

Mazzalla Neto, W. (2013). *Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais*. Campinas, São Paulo: Editora Átomo.

Medeiros, L. S. de. (2015). Luta por reforma agrária no Brasil contemporâneo: entre continuidades e novas questões. In: Grisa, C., & Schneider, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* (p.329-380). Editora da UFRGS.

Minayo, M. C. S. (2014). *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.

Minayo, M. C. S. (2016). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.

- Netto, J. P. (2011) *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2012). *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez.
- Oliveira, A. (2004). Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, A., & Marques, M. (Orgs.). *O campo no século XXI – território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra.
- Plein, C. (2016). *Desenvolvimento, mercados e agricultura familiar: uma abordagem institucional da pobreza rural*. Curitiba, Paraná: CRV.
- Polanyi, K. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Pontes, N. (2020). *O Elo entre Desmatamento e Epidemias*. Made for minds. 2020. From <https://www.dw.com/pt-br/o-elo-entre-desmatamento-e-epidemiasinvestigado-pela-ci%C3%AAncia/a-53135352>.
- Prado Junior, C. (2004). *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico* (2ª ed). Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.
- REDE PENSSAN. (2021). *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. From http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf.
- Richardson, R. J. (1999). *Pesquisa Social: métodos e técnicas*. (3 ed). São Paulo: Altas.
- Sant'Ana, R. S. (2014). A realidade agrária e o trabalho do assistente social na interface com assentamentos rurais. In: Abramides, M.B., & Duriguetto, M. L. (Orgs.). *Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária* (p.263-277). São Paulo: Cortez.
- Santos, J. S. (2012). *“Questão Social”: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Saquet, M. A. (2007). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular.
- Saquet, M. A. (2012). *1 território dela geografia*. Milão: Franco Angeli.
- Saquet, M. A. (2017). *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Consequência.

Schneider, S., & Escher, F. (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 13, n.27, p. 180-219.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SEEG (2021). Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa-SEEG. Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil 1970-2019. ANÁLISE DAS EMISSÕES BRASILEIRAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS METAS DE CLIMA DO BRASIL 1970-2019. 20200. From https://seegbr.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf.

Schwartzman, S. (1994), "Os dinossauros de Roraima (ou a sociologia da ciência e da técnica de Bruno Latour)". *Novos Estudos*, v.39, p. 172-179.

Silva, S. (1981). *Valor e renda da terra: movimento do capital no campo*. São Paulo: Polis.

Soto, J. (2013). Confianza, fator clave en las estrategias de desarrollo agropecuario sustentadas en la innovación. In: Rivera, M., Jaso, A., & Ramirez, I. (Orgs.). *Ciência tecnología e innovación en el desarrollo de México y América Latina* (p. 85-110). México: UNAM.

Stainer, P. (2006). *A sociologia econômica*. São Paulo: Atlas.

Talaska, A. (2017). Ainda existem latifúndios no Brasil? E em Santa Catarina? Uma análise do espaço agrário catarinense. *Grifos*, n. 42, p. 189-210.

Tambara, E. (1985). *Modernização e crise na agricultura*. Porto Alegre, RS: Mercado Aberto.

Veiga, J. E. da. (2010). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.

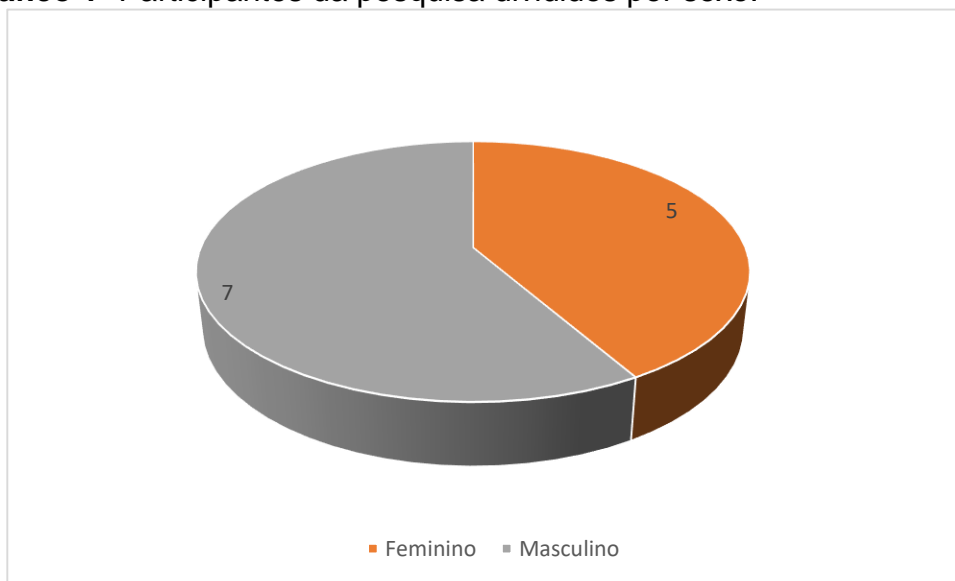
Wanderley, M. de N. B. (2011). *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora Unicamp.

Zamberlam, J.; Fronchetti, A. (2012). *Agroecologia: Caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente*. Editora Vozes.

APÊNDICE 2

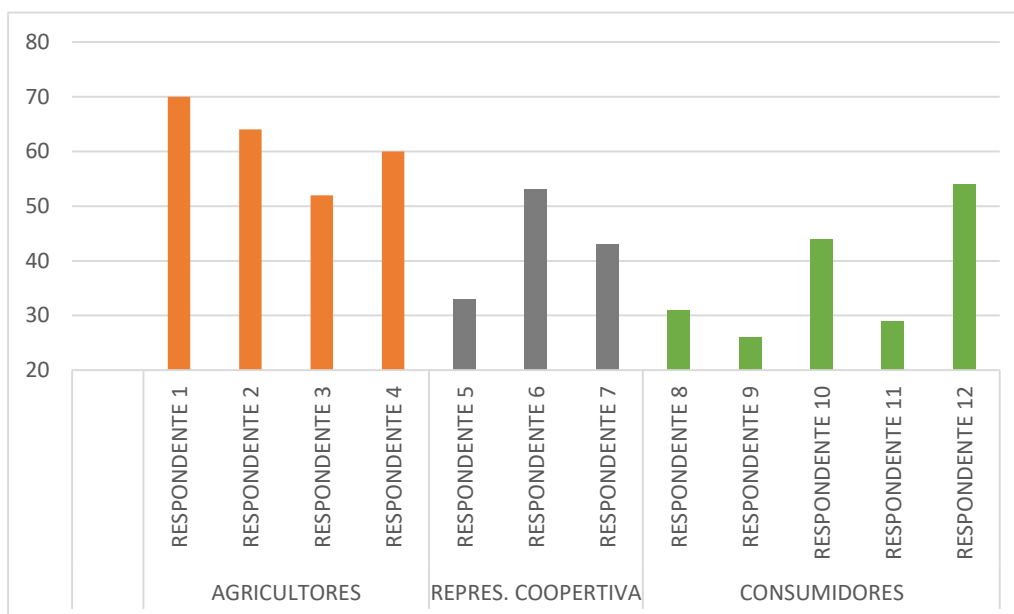
RELATÓRIO DO PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA PESQUISA

Gráfico 1- Participantes da pesquisa divididos por sexo.



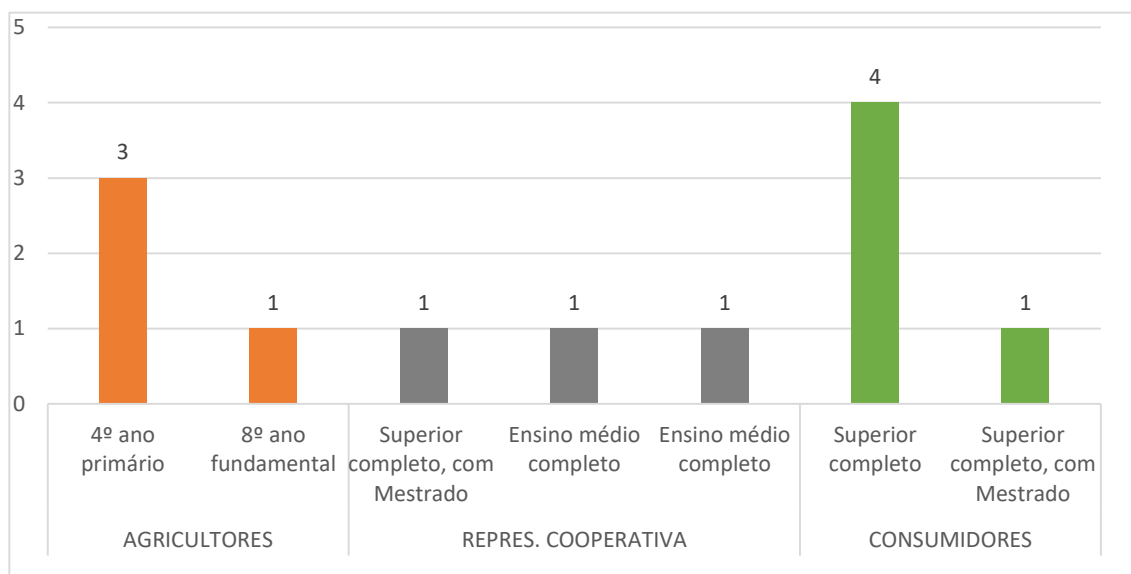
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 2- Idade dos entrevistados, divididos por tipo de respondente



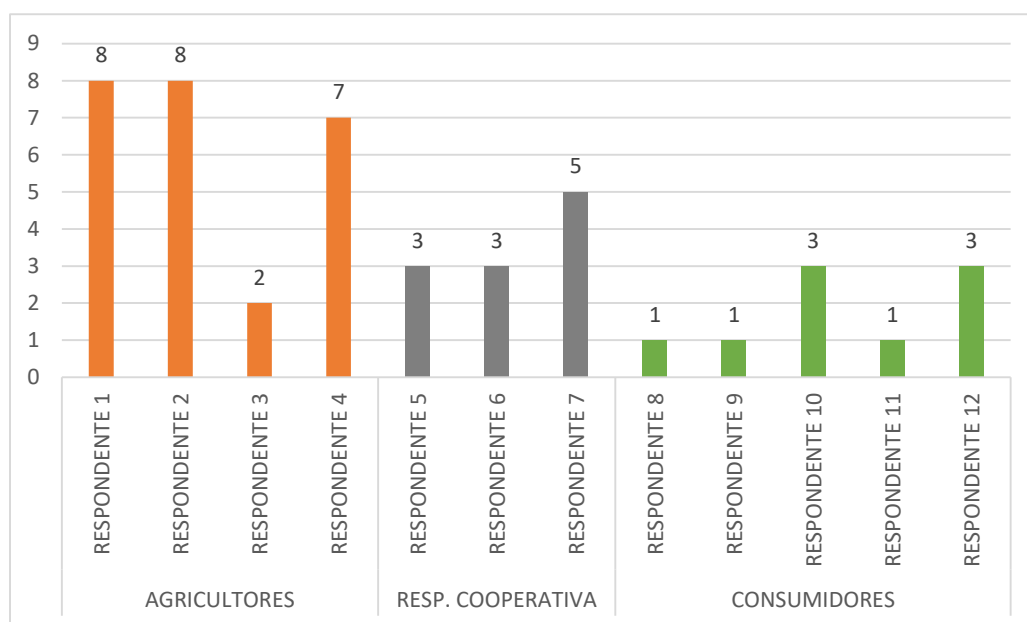
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 3- Escolaridade dos entrevistados, divididos por tipo de respondente



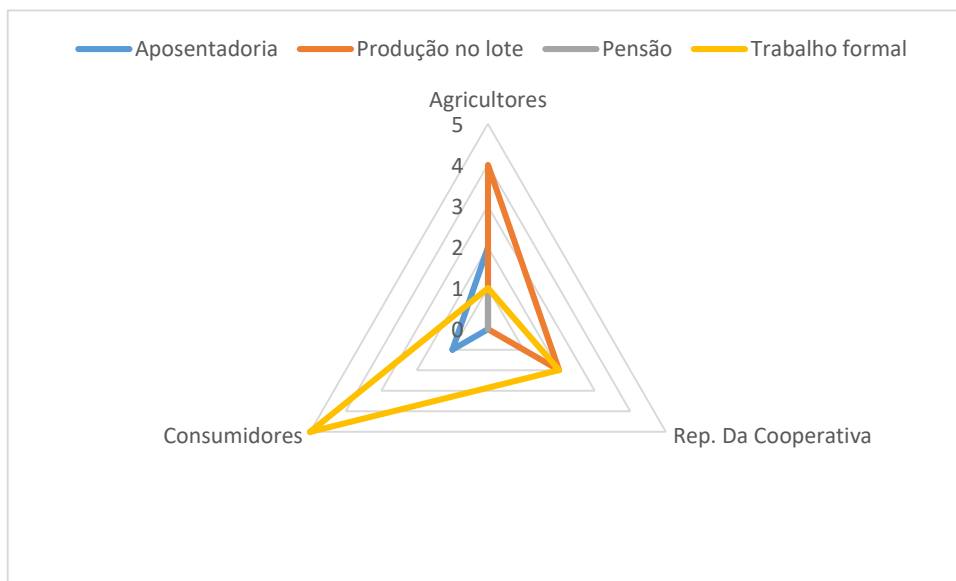
Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 4- Quantidade de moradores por residência, divididos por tipo de respondente



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Gráfico 5- Composição da renda familiar, dívida por grupos de pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA

AGRICULTOR (A)

1- Dados pessoais:

- 1.1- Nome completo
- 1.2- Idade
- 1.3- Escolaridade
- 1.4- Composição familiar, quem mora aqui na casa com o(a) senhor(a)?
- 1.5- E a renda de vocês vem só do lote? Ou tem outra fonte de renda?

2- Histórico de Vida:

- 2.1- Como foi o seu processo de luta até a concessão de posse da terra?
- 2.2 - Quais foram as principais dificuldades até você conseguir a terra?
- 2.3- E em contrapartida, teve algumas coisas positivas que fizeram com que você ficasse, quais foram as principais motivações?
- 2.4- E dentro disso tudo, desse processo, como o(a) senhor(a) enxerga a importância do MST?

3- Práticas agroflorestais:

- 3.1- Quando começou a pensar a plantar sem veneno e o que o motivou a iniciar uma produção limpa?
- 3.2- Como o(a) senhor(a) começou a se aproximar da agroecologia e da produção agroflorestal?
- 3.3 - E o(a) senhor(a) lembra mais ou menos quanto tempo produz com agroflorestal?
- 3.4 - Você recebeu apoio técnico para trabalhar com agrofloresta? De quem? Quais Órgãos?
- 3.5- Quais as produções mais relevantes do seu lote, que sai da agrofloresta? O que você mais produz?

4- Práticas cooperativas:

- 4.1- Como se aproximou da ideia que era bom cooperar para vender?
- 4.2- Qual o benefício de trabalhar em cooperativa ao invés de trabalhar sozinho?
- 4.3- E como se deu o início de o(a) senhor(a), você lembra?
- 4.4- O que motivou você a continuar a ser cooperado(a)?
- 4.5- E o(a) senhor(a) considera satisfatório o retorno financeiro que tem dessas vendas dos produtos para a cooperativa?

5 Relação com o consumidor:

- 5.1- Você conhece as pessoas para onde vai os produtos que você comercializa?
- 5.2- Ocorre alguma interação entre você e os consumidores?
- 5.3- E o(a) senhor(a) identifica algum perfil dos consumidores, que compram as cestas de vocês?
- 5.4 - E além da venda via cooperativa o(a) senhor(a) vende de outra forma os seus produtos?

REPRESENTANTE DA COOPERATIVA

1- Dados pessoais:

- 1.1. Nome completo
- 1.2. Idade
- 1.3. Escolaridade
- 1.4. Composição familiar- Quem mora com você, na sua casa?
- 1.5. Qual a fonte da renda familiar?

2- Histórico de Vida:

- 2.1. Como, quando e porque você entrou para a na coordenação da cooperativa?
- 2.2. Quais foram as principais dificuldades?
- 2.3. Quais foram as principais motivações?
- 2.4. Qual a importância do MST neste processo?

3- Práticas agroflorestais:

- 3.1. Quais foram as motivações que levaram as pessoas do assentamento a se organizar de forma cooperada e a plantar sem veneno?
- 3.2. A cooperativa teve apoio técnico pra trabalhar com agrofloresta? De quem? Quais Órgãos?
- 3.3. Quais as produções mais relevantes vendidas pela Comuna da Terra?
- 3.4. Qual a sua opinião sobre o atual cenário político, tendo em vista o desmonte das políticas públicas de apoio a produção agroecológica?
- 3.5. Quais os desafios enfrentados pela produção agroecológica?

4- Práticas cooperativas:

- 4.1. Quando começou a organização das famílias para a criação da Comuna da Terra?
- 4.2. A cooperativa teve apoio técnico para existir? De quem? Quais Órgãos?
- 4.3. Quantas famílias cooperadas vocês têm? Você tem noção da quantas pessoas estão envolvidas?

- 4.4. A quanto tempo a cooperativa existe? Você esteve presente na criação da cooperativa? Como foi esta experiência pra você?
- 4.5. Qual a importância da cooperativa para sua vida no início e agora?
- 4.6. O que motivou você a continuar na cooperativa e especificamente enquanto responsável por ela?
- 4.7. Como você vê o processo de certificação dos produtos?
- 4.8. Quais os desafios enfrentados pela cooperativa?

5- Relação com o consumidor:

- 5.1. Quais os canais de comercialização da cooperativa?
- 5.2. Sabe mensurar a quantidade de consumidores envolvidos?
- 5.3. Você conhece as pessoas para onde vai os produtos da cooperativa?
- 5.4. Existe algum tipo de interação entre vocês?
- 5.5. Como você enxerga o perfil dos consumidores dos produtos?
- 5.6. Quais os desafios no mercado consumidor dos produtos agroecológicos? Desse processo de interação? Processo de logística? Disponibilidade e interesse do consumidor?

CONSUMIDOR

1 -Dados pessoais:

- 1.1- Nome completo:
- 1.2- Idade
- 1.3- Escolaridade:
- 1.4 - Composição familiar- quem mora com você, na sua casa?
- 1.5- Qual a fonte de renda familiar?

2-Histórico de Vida:

- 2.1 - Qual foi o canal de comunicação que te fez chegar nos produtos da comuna?
- 2.2- Como foi o seu processo de decisão por se alimentar com alimentos agroecológicos?
- 2.3- Teve dificuldades em relação a aquisição dos alimentos agroecológicos? Ou teve alguma dificuldade no começo?
- 2.4- Quais foram as principais motivações, para escolher esse tipo de alimento?
- 2.5- Qual a importância dos movimentos sociais, em disseminar práticas como está?
- 2.6- A quanto tempo consome produtos agroecológicos?

3 - Práticas agroflorestais:

- 3.1- Você sabe a diferença entre produtos orgânicos e agroecológicos?
- 3.2 - Como se aproximou da agroecologia e da produção agroflorestal?
- 3.3 - Além dos alimentos agroecológicos consumidos via cooperativa Comuna da Terra, você possui outros locais de consumo deste tipo de alimento?
- 3.4 - Você já realizou visitas nas propriedades? Como foi?
- 3.5- Quais alimentos agroecológicos você mais consome no seu dia a dia?
- 3.6 - Qual a sua opinião sobre o atual cenário político, tendo em vista o desmonte das políticas públicas de apoio a produção agroecológica?
- 3.7- Quais os desafios enfrentados pela produção agroecológica?

4-Práticas cooperativas:

- 4.1- Você sabe que os alimentos que consome, via Comuna da Terra, são organizados via cooperativa? O que você pensa sobre isso?
- 4.2- Como você vê o processo de certificação dos produtos?

5- Relação com o consumidor:

- 5.1 - Você conhece as pessoas que produzem o alimento que você consome, via comuna da terra?
- 5.2- Existe algum tipo de interação entre vocês?
- 5.3- Como você enxerga o papel da cooperativa no processo de distribuição dos produtos?
- 5.4- Você já refletiu sobre a importância de interação entre você e os agricultores e cooperativa?
- 5.5- Como você enxerga (percebe) a relação com quem produz a sua comida?
- 5.6- Você tem críticas ou sugestões para melhorar a relação entre produtores e consumidores?